



Número: 02/2004

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA MARIA VIEIRA CARDOSO

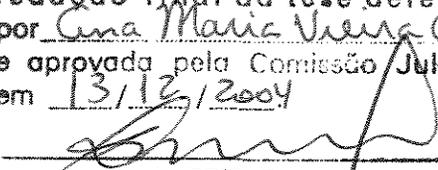
FAMÍLIA DE CIDADES: A ATIVIDADE TÊXTIL EM AMERICANA E ENTORNO

200503898

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Ana Maria Vieira Cardoso e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/12/2004



ORIENTADOR

CAMPINAS - SÃO PAULO

Novembro – 2004



DATA	12/02/05
ORIGEM	UNICAMP
EX	
ABO BC/	61812
IC.	16.86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
CO	11.000
A	10-2-05
CPD	

LA 3423 58

### Catálogo da Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

Cardoso, Ana Maria Vieira  
C179f Família de cidades: a atividade têxtil em Americana e entorno / Ana  
Maria Vieira Cardoso.- Campinas,SP.: [s.n.], 2004.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.  
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto  
de Geociências.

1. Geografia urbana. 2. Indústria têxtil - Americana (SP).  
3. Distribuição espacial. I. Cataia, Márcio Antonio. II. Universidade  
Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AUTORA: ANA MARIA VIEIRA CARDOSO**

**FAMÍLIA DE CIDADES: A ATIVIDADE TÊXTIL EM AMERICANA E ENTORNO**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia**

Aprovada em: 13/12/2004

**EXAMINADORES:**

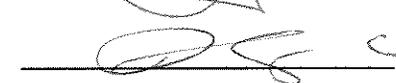
**Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia**

**Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes**

**Profa. Dra. Regina Célia Bega dos Santos**

  
\_\_\_\_\_  
- Presidente

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

Campinas, 13 de dezembro de 2004



Aos meus pais, Maria de  
Lourdes e Antonio,  
trabalhadores da indústria  
têxtil.



## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu forças nesta caminhada.

Ao Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia, pelo apoio e por acreditar em minha capacidade.

Ao Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes, da UNESP – Rio Claro e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Célia Bega dos Santos, da UNICAMP, por aceitarem o convite para comporem a Comissão de Qualificação e a Banca de Defesa e pela carinhosa acolhida e valorosa contribuição ao aperfeiçoamento da presente dissertação de Mestrado.

Ao meu marido Laércio Bento – por quem meu amor se tornou mais forte - pelo apoio e pela paciência e compreensão em minha constante “ausência”.

Aos meus amigos geógrafos José Carlos P. do Nascimento, Heronilda de Alcântara, Silvia R. Mascarin e Antonio Carlos Pinheiro, pelo apoio e incentivo.

Aos meus amigos Adhemar B. Tiziano, José Claro A. Baptista, Íris B. Stefani e Miguel A. Stefani, pelos diálogos de incentivo e encorajamento.

Aos meus amigos Gislainy S. Farinha, Luís Fernando F. O. Pinto, Geraldo A. Basanella, Marcus A. Capóssoli e Érica Mesquita, que me acompanharam de perto nesta caminhada com apoio e incentivo.

Ao Fabrício Gallo, pela imprescindível parceria na elaboração dos mapas e gráficos.

Ao Prof. Dr. Wilson Cano, por compartilhar seu profundo conhecimento durante as aulas e nos demais momentos de conversa em busca de esclarecimentos.

Ao Mário Zocca e João B. Girardi, do SINDITEC; a Prof<sup>a</sup> Maria Adelina Pereira, do Centro UNISAL, por compartilharem sua experiência sobre a atividade têxtil.

Ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), pelas informações prestadas.

Aos funcionários do Instituto de Geociências da UNICAMP, em especial Edinalva e Valdirene, sempre dispostas a ajudar com simpatia e competência.

Aos funcionários do Centro de Documentação do Instituto de Economia, da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e da Biblioteca Central da UNICAMP, pela indispensável ajuda na busca de material e coleta de dados.



Ao pessoal do Departamento de Indústria do IBGE do Rio de Janeiro, especialmente a Andréa Leonel, Sandra M. A. Coelho e Adriane Gonzalez; ao pessoal do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho, vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego; ao João Nunes, da Delegacia da Receita Federal, pelo imprescindível auxílio na coleta de dados.

À comunidade escolar da EMEF “Paulo Freire”, onde sempre fui acolhida e de onde me retirei para continuar minha caminhada.

A todas as demais pessoas, muitas vezes anônimas, que me auxiliaram durante a realização da pesquisa e elaboração da presente dissertação.



MAIS UMA VEZ  
(Flávio Venturini / Renato Russo)

Mas é claro que o sol  
Vai voltar amanhã  
Mais uma vez, eu sei

Escuridão já vi pior  
De endoidecer gente sã  
Espera que o sol já vem

Tem gente que está do mesmo lado que você  
Mas deveria estar do lado de lá  
Tem gente que machuca os outros  
Tem gente que não sabe amar  
Tem gente enganando a gente  
Veja nossa vida como está  
Mas eu sei que um dia a gente aprende

Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança

Mas é claro que o sol  
Vai voltar amanhã  
Mais uma vez, eu sei

Escuridão já vi pior  
De endoidecer gente sã  
Espera que o sol já vem

Nunca deixe que lhe digam  
Que não vale a pena  
Acreditar no sonho que se tem  
Ou que seus planos nunca vão dar certo  
Ou que você nunca vai ser alguém  
Tem gente que machuca os outros  
Tem gente que não sabe amar  
Mas eu sei que um dia a gente aprende

Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança



## SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	xv
Lista de mapas, quadros e gráficos.....	xvii
Introdução.....	1
Capítulo 1. A atividade têxtil e sua espacialização no Brasil.....	3
1.1 A indústria têxtil no contexto da industrialização brasileira.....	5
1.2 Meio e período técnico-científico-informacional.....	20
1.3 Espacialização estadual e municipal da atividade têxtil.....	48
1.4 Arena e área da produção têxtil.....	55
Capítulo 2. Divisão técnica da produção têxtil e atuação das grandes empresas.....	73
2.1 Fiação, tecelagem plana, malharia e acabamento/beneficiamento.....	75
2.2 Elementos do circuito espacial produtivo têxtil.....	98
2.3 Atuação das grandes empresas na fiação química e na agroindústria algodoeira.....	100
2.4 Grandes grupos nacionais têxteis: Vicunha Têxtil e Santista Têxtil.....	110
Capítulo 3. Formação da família de cidades têxteis: Americana e entorno.....	113
3.1 Pólo de crescimento e família de cidades.....	115
3.2 Formação da família de cidades e especialização funcional têxtil.....	122
3.3 Participação da indústria têxtil de Americana e entorno na arrecadação de impostos municipais e federais.....	138
3.4 Quadro atual e perspectivas para a família de cidades têxteis.....	147
Considerações finais.....	155
Anexos.....	159
Referências.....	169
Bibliografia.....	183



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Produção mundial de fibras têxteis e respectivas percentagens relativas de participação total (em milhões de toneladas).....	32
Tabela 1.2 – Produção mundial de fibras têxteis e respectivas percentagens relativas de participação total (em milhões de toneladas) - 1995-2000.....	33
Tabela 1.3 – Brasil: Produção de fibras têxteis.....	34
Tabela 1.4 – Brasil: Tarifas aduaneiras para produtos têxteis.....	43
Tabela 1.5 – Brasil: Balança comercial têxtil e de confecções em US\$ 1.000.000.....	44
Tabela 1.6 – Brasil: Nº de estabelecimentos têxteis por Estados e Macro Regiões do IBGE.....	49
Tabela 1.7 – Brasil: Nº de municípios com estabelecimentos têxteis por Estados e Macro Regiões do IBGE.....	54
Tabela 2.1 – Brasil: Distribuição por porte das empresas de fiação.....	82
Tabela 2.2 – Brasil: Máquinas instaladas por tipo e idade média (fiação).....	85
Tabela 2.3 – Brasil: Distribuição por porte das empresas de tecelagem plana.....	87
Tabela 2.4 – Brasil: Máquinas instaladas por tipo e idade média (tecelagem plana).....	90
Tabela 2.5 – Brasil: Distribuição por porte das malharias.....	92
Tabela 2.6 – Brasil: Número de empresas de acabamento/beneficiamento têxtil.....	95
Tabela 2.7 – Brasil: Beneficiamento de fios segundo a natureza das fibras (em toneladas).....	97
Tabela 2.8 – Capacidade produtiva das 14 maiores empresas produtoras de fibras químicas.....	104
Tabela 2.9 – Brasil: Número de fiações exclusivas e integradas.....	109
Tabela 3.1 – Número de estabelecimentos têxteis por município.....	129
Tabela 3.2 – Número de empresas de tecelagem plana.....	136
Tabela 3.3 – Número de empregos efetivos nas empresas de tecelagem plana.....	136
Tabela 3.4 – Participação da atividade têxtil no VAF municipal (indústria de transformação) - %.....	140
Tabela 3.5 – Arrecadação de tributos federais – Fabricação de produtos têxteis – Americana (em reais).....	141
Tabela 3.6 – Arrecadação de tributos federais – Fabricação de produtos têxteis – Nova Odessa (em reais).....	142
Tabela 3.7 – Arrecadação de tributos federais – Fabricação de produtos têxteis – Santa Bárbara d’Oeste (em reais).....	143
Tabela 3.8 – Arrecadação de tributos federais – Fabricação de produtos têxteis – Sumaré (em reais).....	144
Tabela 3.9 – Número de empresas têxteis em Americana e entorno.....	148



## LISTA DE MAPAS, QUADROS E GRÁFICOS

---

### Mapas

Mapa 1.1 – Brasil: Porcentagem de estabelecimentos têxteis por Macro Regiões do IBGE.....	51
Mapa 1.2 – Brasil 1960: Número de estabelecimentos têxteis por município.....	61
Mapa 1.3 – Brasil 1970: Número de estabelecimentos têxteis por município.....	63
Mapa 1.4 – Brasil 1980: Número de estabelecimentos têxteis por município.....	65
Mapa 1.5 – Brasil 1985: Número de estabelecimentos têxteis por município.....	67
Mapa 1.6 – Brasil 1996: Número de estabelecimentos têxteis por município.....	69
Mapa 1.7 – Brasil 2000: Número de estabelecimentos têxteis por município.....	71

### Quadros

Quadro 2.1 – Divisão técnica da produção têxtil.....	79
Quadro 2.2 – Empresas de fibras e filamentos químicos no Brasil.....	106
Quadro 3.1 – Composição e ponderação do índice de participação dos municípios na distribuição do ICMS no Estado de São Paulo.....	139

### Gráficos

Gráfico 1.1 – Brasil: Saldo da balança comercial têxtil e de confecções em US\$ 1.000.000.....	45
Gráfico 3.1 – Número de estabelecimentos têxteis por município.....	129





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Família de cidades: a atividade têxtil em Americana e entorno**

**RESUMO**

**Dissertação de Mestrado  
Ana Maria Vieira Cardoso**

O presente estudo buscou compreender a atuação de forças externas sobre o processo de formação e organização atual da família de cidades têxteis formada por Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, localizadas no Estado de São Paulo. O conceito de família de cidades relaciona-se à implantação de novas infra-estruturas em áreas urbanas, como resposta às exigências do mercado para uma produção moderna. Sugerimos a importância da indústria têxtil no contexto geral da industrialização brasileira até os dias atuais, e procuramos mostrar as alterações ocorridas em sua distribuição espacial pelo território brasileiro, no período de 1960 a 2000. Diversos segmentos compõem o setor têxtil (produção de fibras e filamentos, fiação, tecelagem plana, malharia e acabamento/beneficiamento) e, recentemente no Brasil, observamos um processo de concentração produtiva e especialização nesses segmentos. Abordamos a atuação de empresas pertencentes a grandes grupos multinacionais na produção têxtil brasileira, assim como a reorganização produtiva desses grupos em nível mundial, especialmente na produção de fibras e filamentos têxteis de origem química. Também enfocamos a agroindústria algodoeira, com a atuação de grandes grupos, e o segmento integrado de fiação/tecelagem, com a liderança de grandes grupos nacionais têxteis. Especificamente em relação à mencionada família de cidades, sugerimos a importância da atividade têxtil na dinamização econômica dos dois circuitos da economia urbana. No decorrer da pesquisa, observamos a continuidade, a diversificação, bem como a intensificação da atuação de forças externas sobre essa família de cidades têxteis.

Palavras-chave: família de cidades; indústria têxtil; distribuição espacial da indústria têxtil; segmentos do setor têxtil.





**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Family of cities: the textile activity in Americana and vicinity**

**ABSTRACT**

**Dissertação de Mestrado  
Ana Maria Vieira Cardoso**

The present study searched to comprehend the external forces actuation on the process of formation and actual organization of the family of the textile cities composed by Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste and Sumaré, situated in the State of São Paulo. The concept of family of cities concerns to the implantation of new substructure in urban areas, as a response to the mercantile exigencies for a modern production. We suggested the importance of the textile industry in the general context of the brazilian industrialization up to the present days, and aimed to show the alterations occurred in its spacial distribution through the brazilian territory, from 1960 to 2000. Different segments compose the textile sector (production of fibers and filaments, wiring, plain texture, hosiery and finishing/refining) and, recently in Brazil, we can observe a process of concentration of production and specialization in these segments. We also set to discussion the influence of companies which belong to big international groups on the brazilian textile production, as well as the worldwide productive reorganization of these groups, in special in the production of textile fibers and filaments of chemical origin. We focussed as well the cotton agricultural industry, with the action of big groups, and the integrated segment of wiring/weaving, with the leadership of big national textile groups. Specifically related to the mentioned family of cities, we suggested the importance of textile activity on the economic dynamism of both circuits of the urban economy. During the study, we observed the continuity, the diversification as well as the intensification of external forces actuation on these family of textile cities.

Key-words: family of cities; textile industry; spacial distribution of the textile industry; segments of the textile sector.

## INTRODUÇÃO

A indústria têxtil é considerada uma das mais antigas atividades industriais realizadas pelas sociedades humanas. No período atual, observa-se um elevado grau de evolução tecnológica na realização das atividades econômicas, inclusive com a organização de novas atividades, como a tecnologia da informação. Essa evolução atingiu também a indústria têxtil que, no entanto, manteve sua importância sob diversos aspectos, como quantidades produzidas e comercializadas mundialmente, possibilidades para investimento de capital, capacidade de geração de postos de trabalho, entre outros.

Neste sentido, no capítulo 1 procuramos mostrar a importância da indústria têxtil no contexto geral da industrialização brasileira até a II Guerra Mundial. Essa atividade industrial, tendo o algodão como matéria-prima, apresentou o primeiro período de expansão no Brasil entre os anos de 1866 e 1885. Na década de 1920, já era a mais importante atividade industrial do país, com 354 fábricas instaladas. Na seqüência, abordamos a atividade têxtil no contexto do chamado período técnico-científico-informacional, denominação dada ao período pós-guerra até os dias atuais. A partir de dados coletados no Censo Industrial e na Pesquisa Industrial Anual (PIA), ambos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o número de estabelecimentos têxteis existentes em cada município brasileiro, nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1996 e 2000, elaboramos tabelas e mapas, mostrando as alterações ocorridas na espacialização da atividade têxtil durante esse período no país.

O conceito de indústria têxtil, utilizado no presente estudo, engloba uma seqüência de complexos e diversificados processos industriais interligados entre si, realizados pelas empresas produtoras de fibras e filamentos, fiações, tecelagens planas, malharias e empresas de acabamento/beneficiamento, para a obtenção do produto final. No capítulo 2, apresentamos cada um desses segmentos do setor têxtil e, a partir de um levantamento feito junto ao banco de dados do Instituto de Estudos e *Marketing* Industrial (IEMI), referente ao período de 1991 a 2001 no Brasil, procuramos evidenciar a ocorrência de um processo de concentração produtiva. Apresentamos o

conceito de circuito espacial produtivo e abordamos a atuação de empresas pertencentes a grandes grupos multinacionais na produção têxtil brasileira, assim como a reorganização produtiva desses grupos em nível mundial, especialmente na produção de fibras e filamentos têxteis de origem química. Enfocamos também a agroindústria algodoeira, com a atuação de grandes grupos, bem como o segmento de fiação/tecelagem, com a liderança de grandes grupos nacionais têxteis, cuja produção destina-se principalmente ao mercado externo.

Finalmente, no capítulo 3, após uma discussão sobre o conceito de pólo de crescimento, apresentamos o processo de formação da família de cidades baseada na atividade têxtil composta pelos municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, localizados no Estado de São Paulo. O conceito de família de cidades está relacionado à implantação de novas infra-estruturas em áreas urbanas, como resposta às exigências do mercado para uma produção moderna. Ao longo deste capítulo, buscamos destacar os fatores responsáveis pelas características atuais da produção têxtil realizada nessa família de cidades, bem como a importância dessa atividade para a economia desses municípios, avaliando sua participação na composição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) e na arrecadação de tributos federais. Sob o enfoque atual, abordamos a implantação do Pólo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções, formado pelos citados municípios, juntamente com Hortolândia, e as perspectivas decorrentes do fim do período de vigência do Acordo Têxtil-Vestuário.

Dentro desse contexto, nosso objetivo é compreender a atuação de forças externas sobre o processo de formação e organização atual dessa família de cidades têxteis.

No decorrer da pesquisa, observamos a continuidade, a diversificação, bem como a intensificação da atuação dessas forças externas sobre essa família de cidades, principalmente no período técnico-científico-informacional. Dessa forma, ao longo do presente trabalho e, especialmente nas considerações finais, buscaremos expor essas constatações.

## CAPÍTULO 1

### A ATIVIDADE TÊXTIL E SUA ESPACIALIZAÇÃO NO BRASIL



## 1.1 A INDÚSTRIA TÊXTIL NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Buscando destacar a evolução da atividade têxtil no contexto do processo de implantação das relações capitalistas de produção no Brasil, faremos uma análise da economia cafeeira e da cultura algodoeira desenvolvidas no Estado de São Paulo. Ambas tiveram decisiva participação no citado processo: foi com o desenvolvimento do “complexo capitalista cafeeiro”<sup>1</sup>, a partir da década de 1870, que o capitalismo comercial se organizou em São Paulo, estabelecendo as bases para a organização do capitalismo industrial, e a cultura do algodão, como atividade complementar no complexo, num primeiro momento, foi responsável pela oferta de matéria-prima, impulsionando a atividade têxtil.

As primeiras fábricas de produtos têxteis, cuja matéria-prima era o algodão, foram instaladas na província de São Paulo. A primeira delas, construída em 1780 pela Real Junta do Comércio, funcionou até a década de 1820. Posteriormente, em 1851 foi instalada uma fiação e tecelagem de algodão em Sorocaba (SP); mais tarde suas atividades foram encerradas, conforme indica Wilson Suzigan (2000) em sua obra “Indústria brasileira: origem e desenvolvimento”. No Nordeste, a instalação das primeiras fábricas ocorreu na década de 1830, em Salvador, na Bahia.<sup>2</sup> Em 1844, a implantação da tarifa Alves Branco, que estabeleceu a cobrança de taxas de 30% para a maioria dos produtos manufaturados estrangeiros, inclusive tecidos de algodão e, posteriormente, em 1846 e 1847, a suspensão das taxas alfandegárias cobradas sobre a importação de máquinas e matérias-primas, incentivaram a instalação de novas fiações e tecelagens de algodão. Esse ramo da atividade industrial apresentou um rápido período de expansão entre os anos de 1866 e 1885. O autor Stanley J. Stein (1979), em sua obra “Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950”, indica a existência de nove fábricas de produtos têxteis de algodão no Brasil em 1866, com

---

<sup>1</sup> Este conceito é apresentado por Wilson Cano (1998b) em sua obra *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*.

<sup>2</sup> Conforme dados disponíveis e apresentados por Wilson Suzigan (2000) no Apêndice 3 - Fábricas de tecidos de algodão estabelecidas no Brasil antes de 1905, de sua obra *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento* (Nova edição).

produção aproximada de quatro milhões de metros de tecidos. Em 1885, o autor aponta a existência de quarenta e oito fábricas, produzindo mais de vinte milhões de metros. Neste período, o número de teares instalados cresceu cinco vezes e o número de trabalhadores passou de 795 para 3.172<sup>3</sup>. A produção de artigos a partir de outros tipos de fibras têxteis no Brasil teve início no final do século XIX, com a fabricação de produtos de juta (principalmente sacaria), artigos de lã, artigos de seda (nas décadas de 1920 e 1930) e produtos de raio a partir do final da década de 1920 (SUZIGAN, 2000).

A primeira área de destacada importância na produção têxtil algodoeira no Brasil foi a Bahia, posição ocupada entre 1844 e final da década de 1860, onde em 1866 estavam instaladas cinco das nove fábricas então existentes. Diversos fatores explicam essa situação: abundância de matéria-prima, possibilidade de aproveitamento das fontes de energia hidráulica, existência de mercado consumidor, disponibilidade de capital, tanto nacional como estrangeiro, existência de um sistema portuário e fluvial eficiente, que facilitava o transporte das máquinas, entre outros. Entretanto, já em 1885, das quarenta e oito fábricas têxteis instaladas no país, trinta e três localizavam-se no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, demonstrando a evolução da importância política e econômica do Centro-Sul após 1850, situação diretamente relacionada com o sucesso da cafeicultura aí implantada (STEIN, 1979).

No final do século XIX, o Brasil era um país predominantemente rural, com a presença de economias regionais exportadoras isoladas, tais como a borracha na Amazônia e o açúcar e o algodão no Nordeste, que praticamente não realizavam intercâmbios comerciais entre si. Nesse contexto, destacava-se a economia cafeeira, especialmente aquela implantada em São Paulo.

Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), em sua obra "O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI", retomando clássicos da Geografia, como Pierre Deffontaines, referem-se ao território brasileiro, neste período, como um arquipélago, devido à existência de um conjunto de manchas no território, onde a produção mecanizada era direcionada para o mercado externo. A falta de meios de transporte

---

<sup>3</sup> Conforme dados apresentados no Anexo A.

eficientes através do território contribuía para essa situação, inexistindo, portanto, uma integração nacional. Neste período, ainda não havia se estruturado uma rede urbana em âmbito nacional, pois o crescimento das cidades ocorria de forma muito desigual e sua importância dependia das relações com o estrangeiro.

Segundo Wilson Cano (1998b), o conceito de “complexo econômico” refere-se a um conjunto de atividades econômicas principais, a atuação de cada uma delas no processo de crescimento econômico e ainda aos inter-relacionamentos existentes entre as mesmas, permitindo a integração econômica do conjunto, possibilitando um processo dinâmico de acumulação ao próprio sistema, baseado em relações capitalistas de produção.

Devido à proibição em 1851 do tráfico de escravos para o Brasil, o preço da mão-de-obra escrava tornou-se extremamente elevado. A alternativa encontrada foi a transição para o trabalho assalariado, com a entrada dos imigrantes europeus. A implantação do regime de trabalho livre, característica primordial da relação capitalista de produção, trouxe várias vantagens para o complexo cafeeiro, entre elas: a queda nos custos da produção de café, pois não era mais necessário o investimento de grandes quantidades de capital na aquisição dos escravos; o crescimento da produtividade; a diversificação agrícola do complexo, devido à permissão para que os colonos realizassem cultivos alimentares em partes da propriedade cafeeira; a fixação por contrato de um salário anual para os colonos, contribuindo para a formação de um mercado consumidor; e a ampliação da disponibilidade de mão-de-obra para a expansão urbano-industrial, pois parte dos imigrantes se fixavam nas cidades e nas épocas de crise do café, muitos trabalhadores deixavam o campo e se dirigiam para as cidades.

Rui H. P. L. de Albuquerque (1983), em seu estudo “Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950” aponta, para o período de 1860 a 1875, a ocorrência de um surto de algodão herbáceo, de maior produtividade que a variedade arbórea até então predominante, e a presença de um esboço de indústria têxtil em São Paulo, resultante dos estímulos do capital cafeeiro em direção à urbanização e industrialização. A região de Sorocaba (SP)

foi o centro da expansão da cultura de algodão, feita de forma intercalar<sup>4</sup>, que se espalhou por extensas áreas do interior paulista, atingindo as divisas de Minas Gerais e do Paraná. Segundo Stanley J. Stein (1979), houve um incentivo externo para esse surto, representado pela diminuição das exportações norte-americanas de algodão devido à ocorrência da Guerra Civil naquele país. Após 1865, com o final do conflito, as exportações foram retomadas e as vendas de algodão brasileiro no mercado externo caíram, ocasionando a disponibilidade de matéria-prima a baixo custo no mercado interno brasileiro, o que estimulou a instalação de fábricas têxteis em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Quando a cafeicultura se expandiu pelo interior paulista a partir da década de 1870, encontrou condições naturais muito favoráveis de clima, topografia e fertilidade do solo, além da disponibilidade de terras desocupadas. A alta produtividade alcançada possibilitava o crescimento dos lucros e exigia a ocupação de mais terras com novas plantações, que se distanciavam cada vez mais do porto de exportação, localizado em Santos (SP), ocasionando o encarecimento do transporte. Essa questão foi resolvida com a implantação das ferrovias, em sua maior parte, possibilitada por investimentos de capitais dos fazendeiros de café, os quais conseguiram mais uma fonte de renda, pois a lucratividade desse meio de transporte era relativamente alta. Surgiu, assim, uma outra forma de investimento do capital gerado pela cafeicultura. E ainda, segundo Stanley J. Stein (1979), a implantação das ferrovias, fazendo a ligação entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, foi um importante fator para o destaque alcançado pelo Centro-Sul na produção têxtil algodoeira.

A implantação das ferrovias, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira, está ligada a um processo de mecanização do território: [...] “Às técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas no território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 35). Acrescentam que a instalação das primeiras fábricas no país, contudo, nem sempre ocorreu em áreas urbanas. As atividades têxteis são um exemplo, pois a produção de fios pelas fiações dependia de matérias-primas agrícolas, principalmente o algodão. Além disso, a hidreletricidade, uma das fontes de energia utilizada, era obtida fora das áreas urbanas.

---

<sup>4</sup> Misturada, entremeada.

A citada disponibilidade de terras no interior paulista permitiu que as propriedades com solos desgastados pela cafeicultura pudessem ser vendidas por valores menores a ex-colonos. Dessa forma, passaram a existir condições para uma diversificação agrícola, com a criação de uma agricultura mercantil, necessária para suprir a demanda por alimentos e matérias-primas originada com a urbanização, e para uma maior circulação de capital no complexo.

A ampliação da produção cafeeira estimulou o surgimento de muitas atividades urbanas a ela vinculadas: comércio atacadista, de importação e exportação, bancos, escritórios e demais. Por sua vez, essas últimas também estimularam o surgimento de outras, tipicamente urbanas: comércio varejista, transporte, construção civil, sistema de comunicação, etc com uma crescente interdependência entre todas elas. Dessa forma, havia uma diversidade de possibilidades para a aplicação do capital cafeeiro, tanto nas épocas favoráveis quanto nos períodos de crise da cafeicultura.

Em relação à atuação do setor público, o Governo Federal facilitou e subsidiou<sup>5</sup> parte da imigração para São Paulo, concedeu financiamentos, se responsabilizou por empréstimos no exterior e ainda investiu no setor ferroviário. Por sua vez, o governo paulista se responsabilizou pelas mais importantes obrigações financeiras e administrativas da imigração, implantou os núcleos coloniais, atuou na distribuição das terras devolutas, na política de valorização do café e ainda na organização do sistema ferroviário. É necessário destacar que os impostos resultantes da exportação cafeeira eram apropriados por São Paulo, constituindo-se numa importante fonte de recursos.

Segundo Wilson Cano (1998b), tanto direta como indiretamente, foi o capital cafeeiro o responsável pelo início do processo de expansão industrial observada no Estado de São Paulo, através dos investimentos realizados por cafeicultores, comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros elementos integrantes do complexo cafeeiro, beneficiados por condições favoráveis de acumulação capitalista.

O mesmo autor indica que a atividade industrial realizada em São Paulo até 1880 era muito reduzida, e que a organização do capital industrial ocorre entre 1881 e 1894, período em que se verificou uma convergência de fatores favoráveis na cafeicultura:

---

<sup>5</sup> Do verbo subsidiar: dar subsídio, ajudar, auxiliar.

altos lucros, amplo crédito, preços internos do café superiores à desvalorização cambial e aumento menor no custo da mão-de-obra.

Um dos desafios a serem enfrentados pela nascente indústria têxtil nacional era a conquista de mercados até então abastecidos pelas importações. Até a década de 1880, as fábricas dedicavam-se a produzir tecidos grosseiros de algodão. A iniciativa de melhorar a qualidade da produção têxtil – estimulada pela competição entre fábricas nacionais e pela entrada de tecidos importados - coube a algumas fábricas que, a partir de 1885 passaram a melhorar sua produção, elaborando tecidos de qualidade média (STEIN, 1979).

Outro lado desse desafio referia-se à aceitação do produto nacional por parte dos comerciantes de tecidos, o que foi conseguido gradativamente nas décadas de 1880 e 1890, pela substituição das casas importadoras inglesas por casas portuguesas e brasileiras. O envolvimento dos portugueses no ramo têxtil nacional ampliou-se com investimentos na produção têxtil propriamente dita e na expansão da rede de distribuição dos produtos. Até a década de 1880, os produtos dos centros têxteis pioneiros destinavam-se aos mercados regionais. Isso podia ser observado na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro e outros centros, com raras exceções. Essa situação foi alterada na década de 1890, especialmente no Rio de Janeiro, devido à nascente competição entre as próprias fábricas nacionais aí localizadas e à importação de tecidos estrangeiros, o que obrigou os industriais locais a buscar alternativas para conquistar mercados em outras regiões do Brasil. Isso foi alcançado com a inclusão de experientes comerciantes originários de tradicionais firmas atacadistas de tecidos, principalmente portugueses, nos quadros administrativos das indústrias têxteis, concretizando uma ligação entre os produtores e os grandes distribuidores.

A reivindicação de proteção tarifária aos produtos têxteis nacionais foi outra forma encontrada pelos industriais do ramo para ampliar seu mercado. No final do Governo Imperial, a legislação tarifária apresentava nítidas características protecionistas, através do estabelecimento de tarifas aduaneiras elevadas sobre os tecidos importados.

Em 1892, os industriais brasileiros organizaram-se numa campanha junto ao Estado pelo auxílio à indústria, especialmente em relação à falta de crédito, na qual tiveram papel destacado os industriais têxteis. Os resultados da campanha foram positivos e com o apoio conseguido, além da continuidade da política tarifária protecionista, a indústria têxtil algodoeira nacional conheceria uma fase de expansão nas três décadas seguintes.

Segundo Stanley J. Stein (1979), nos anos da I Guerra Mundial (1914–1919), tanto as exportações como as importações brasileiras sofreram uma forte redução. Após o final do conflito, e comprovando a expansão da produção têxtil, 75 a 85% do mercado nacional de tecidos de algodão era abastecido por indústrias nacionais, que produziam um maior volume de tecidos de qualidade média, ocorrendo nessa época as primeiras exportações de tecidos para a Argentina e Uruguai. Em 1905, existiam no país 110 fábricas de tecidos de algodão, número que se elevou para 242 no ano de 1921, empregando 108.960 operários, quase triplicando a quantidade de mão-de-obra empregada em 1905.<sup>6</sup> Um fato que merece destaque nesse período, é o aumento maior da taxa de crescimento da indústria têxtil algodoeira de São Paulo quando comparada aos Estados vizinhos, além da perda da liderança do centro têxtil da Bahia para o Centro-Sul.

A ocorrência de outro surto algodoeiro, apontado por Rui H. P. L. de Albuquerque, pode ser considerado como um fator para o referido aumento maior da taxa de crescimento da indústria têxtil algodoeira paulista:

Em síntese, mesmo levando em conta a infidelidade dos dados da época, pode-se afirmar que o algodão paulista representou um componente ponderável de sua economia agrícola durante o decênio de 1916 a 1926, quiçá transformando o Estado no maior produtor brasileiro da malvácea durante dez anos consecutivos [...]<sup>7</sup>

Segundo o mesmo autor, a convergência de fatores favoráveis permitiu que a indústria têxtil algodoeira se destacasse no Estado de São Paulo e esta, por sua vez, se

---

<sup>6</sup> Conforme dados apresentados no Anexo A.

<sup>7</sup> ALBUQUERQUE, Rui Henrique P. L. de. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. (Série Teses e Pesquisas – Economia e Planejamento) p. 117.

destacasse no Brasil a partir dos primeiros anos do século XX. Em 1905, as fábricas têxteis paulistas empregavam seis mil e trezentos operários, ocupando o segundo lugar no emprego de mão-de-obra têxtil, colocação que será alterada em 1915, quando passará a ocupar o primeiro lugar, com dezoito mil e trezentos empregados, chegando em 1921 a empregar vinte e cinco mil operários. Em 1915, um quinto das fábricas têxteis brasileiras localizam-se no Estado de São Paulo, possuindo porte médio acima da média nacional e um quarto dos fusos e teares instalados.

Em 1919/20, o preço externo do café elevou-se fortemente, ampliando a capacidade de importação e estimulando o investimento de capital na atividade industrial. Durante a década de 1920, os investimentos na atividade industrial em São Paulo foram maiores do que no restante do país, permitindo um maior grau de modernização industrial. Houve também um crescimento maior das exportações e da produção industrial em São Paulo em comparação com outras áreas do país (CANO, 1998b).

Conjuntamente a essa evolução da atividade industrial, o processo de urbanização também avança pelo território nacional, com a formação de uma rede de cidades, sendo que aquelas de destaque na produção econômica passam a exercer um comando sobre o espaço regional, auxiliadas pela instalação das ferrovias (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A indústria têxtil de algodão, então a mais importante do país, continuava sua expansão e em 1927 contava com 354 fábricas instaladas<sup>8</sup>. A partir dessa época, um número maior de fábricas passaram a melhorar sua produção, produzindo inclusive tecidos de qualidade superior. Essa diversificação produtiva permitiu que os empresários têxteis, destacadamente os paulistas, se lançassem, em 1928, numa campanha contra o *dumping*<sup>9</sup> de tecidos de algodão ingleses, especialmente de qualidade média e superior. O alvo da campanha era a inadequada estrutura tarifária, que teve as cláusulas do algodão alteradas em janeiro de 1929, resultando numa grande redução das importações de tecidos de algodão (STEIN, 1979).

---

<sup>8</sup> Conforme dados apresentados no Anexo A.

<sup>9</sup> Prática comercial que consiste em vender uma mercadoria por preço sistematicamente inferior ao preço de venda dos outros concorrentes.

O ritmo de desenvolvimento da atividade industrial paulista nessa época já exigia a diversificação da estrutura industrial, em especial no que se refere aos bens de produção. Assim, principalmente a partir de 1924, ocorre a instalação de diversas unidades produtivas pertencentes aos ramos industriais de maior dinamismo e complexidade (siderurgia, fibras químicas, cimento, equipamentos agrícolas e têxteis, etc), inclusive com a participação de capital estrangeiro, concedendo um maior grau de autonomia ao seu parque industrial (CANO, 1998b). Na liderança desse desenvolvimento, a cidade de São Paulo passará a desempenhar o papel de metrópole industrial, com a presença fábricas dos mais diversos produtos (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A crise do sistema capitalista em 1929, enquanto causadora da diminuição do poder aquisitivo dos consumidores, foi responsável por uma grande redução produtiva nas indústrias têxteis brasileiras, cuja maior dificuldade era a manutenção dos operários e das máquinas (STEIN, 1979).

A brusca queda nas exportações de café como consequência da crise, ocasionou, a médio prazo, a perda de dinamismo da cafeicultura paulista e o redirecionamento de parte dos investimentos para atividades urbanas e para outras culturas, entre elas, o algodão.

A crise de 1929 ocasionou profundas transformações na organização do sistema produtivo no Brasil. Segundo Wilson Cano,

A crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agroexportador para o industrial. Desarticulado o comércio exterior, isto causaria forte reversão no abastecimento interno: as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, agora, produtos manufaturados de São Paulo; este, por sua vez, deveria, crescentemente, importar mais matérias-primas e alimentos de outros estados. Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo [...]<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup>CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e a concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2. ed. rev. aum. Campinas: UNICAMP. IE, 1998a. (30 Anos de Economia – UNICAMP 2) p. 59.

A cultura de algodão teve seu auge produtivo em terras paulistas durante a década de 1930, respondendo às necessidades de matéria-prima da indústria têxtil local e também do mercado internacional, substituindo as plantações de café, intercalando-se com elas ou ainda ocupando novas áreas agrícolas. Segundo Rui H. P. L. de Albuquerque, em relação à produção de algodão, “O Estado de São Paulo produzia um terço do total brasileiro na primeira metade dos anos trinta, um pouco mais da metade nos anos de 1935-40, atingindo três quartos da produção nacional durante a guerra, e voltou à metade no após-guerra” (ALBUQUERQUE, 1983, p. 172). Ainda segundo o autor, a indústria têxtil paulista utilizava em torno de 100.000 toneladas de algodão no fim dos anos 40.

Sob o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), os industriais brasileiros, com destaque para os do ramo têxtil, passaram a exercer grande influência na formulação da política governamental, que passou a ser guiada pelo conceito de Estado corporativista, enfatizando a intervenção e o planejamento estatal. Segundo Stanley J. Stein, “Do ponto de vista dos empresários, no período de 1930-1945, a indústria têxtil algodoeira alcançou o máximo de produção e o mínimo de estabilidade” (STEIN, 1979, p. 143).

Buscando limitar a produção têxtil no país e evitar a superprodução, foi feita uma tentativa de formação de um cartel de indústrias têxteis em 1930, sem obtenção de sucesso. Mesmo antes dessa iniciativa, a Associação das Indústrias Têxteis, em 1928, já havia proposto a suspensão da importação de máquinas têxteis como forma de controlar a produção. O desfecho da situação deu-se em março de 1931, com a assinatura de um decreto presidencial que

[...] restringia por três anos a importação de máquinas para indústrias cuja produção ‘fosse considerada excessiva pelo governo’. Em 13 de maio do mesmo ano, a indústria têxtil de algodão foi declarada em estado de ‘superprodução’. Admitia-se a importação de máquinas novas e peças sobressalentes para a reposição de equipamentos e instalações obsoletos ou desgastados. O decreto [...] proibia a importação de teares de tecer e de fiar.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Cf. STEIN, 1979, p.145-146, (grifo do autor).

O referido decreto, cuja validade terminaria em março de 1933, foi prorrogado pelo Governo até março de 1937. Dessa forma, ficava claro que, tanto o Governo como os industriais, haviam optado por medidas que visavam a diminuição da concorrência e a manutenção do nível tecnológico da produção industrial têxtil brasileira.

Contraditoriamente à declaração de superprodução têxtil, muitas fábricas ampliaram a jornada de trabalho de seus operários. E a limitação à importação de máquinas possibilitou o surgimento de indústrias nacionais de teares, que possuíam amplo mercado. Assim, um balanço do período de vigência do decreto de limitação à importação de máquinas (1931-1937) indica um aumento da produção têxtil. Após o fim da vigência do decreto, observou-se a entrada de um grande volume de máquinas têxteis no país e também um aumento na produção, contrariamente à diminuição nas vendas de tecidos de algodão.

Frente a esta situação, no final da década de 30, as lideranças industriais têxteis começaram a reivindicar do Governo medidas de alcance mais amplo, entre elas o apoio financeiro para as exportações de tecidos de algodão.

Segundo Barjas Negri (1996) em sua obra "Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)", a continuidade do processo de industrialização no Brasil, com a recuperação da economia a partir de 1933, caracterizou-se pela dependência do crescimento das exportações, como fator gerador de recursos para custear a importação de bens de produção, devido à debilidade desse setor industrial brasileiro na época. Esse período é denominado de "industrialização restringida", pois ela não possuía autonomia para sua reprodução.

Em relação ao mesmo período, Wilson Cano (1998a) em sua obra "Desequilíbrios regionais e a concentração industrial no Brasil, 1930-1995", indica a constatação, por parte do Governo Federal, da necessidade de integração do mercado nacional para a continuidade do desenvolvimento do capitalismo no país, constatação que resultou na realização de grandes investimentos públicos no sistema de transportes rodoviários. Indica ainda que a industrialização brasileira passou a ser encarada como uma prioridade nacional, com a centralização por parte do Governo das medidas adotadas para o desenvolvimento industrial.

Entre estas medidas, Milton Santos e María Laura Silveira (2001) destacam a eliminação das barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados brasileiros, favorecendo o processo de integração econômica do espaço nacional.

O período correspondente à II Guerra Mundial (1939-1945) traz dificuldades para a realização de importações pelo Brasil, devido ao encarecimento dos produtos importados. Por um lado, isso ocasiona uma diminuição nos investimentos industriais, no que se refere à importação de máquinas e equipamentos, por exemplo, estimulando a produção interna de bens de produção. De outro lado, o mercado interno passaria a depender do fornecimento de produtos das indústrias nacionais, cuja produção também foi estimulada (NEGRI, 1996).

Especificamente em relação à indústria têxtil algodoeira, o período compreendido entre 1940 a 1945 foi o de maior prosperidade, apesar da manutenção das instalações, equipamentos e técnicas empresariais da década de 30. Mesmo com essa situação, a produção e as exportações brasileiras de tecidos de algodão se ampliaram, devido ao crescimento da procura externa, em decorrência do conflito mundial. A produção nacional em 1943 foi de 1.414.336.000 metros, sendo que em 1945 ela ainda ultrapassava 1 bilhão de metros. As exportações, que em 1941 foram de 92.379.320 metros de tecidos, foram mais que triplicadas em 1943. Apesar disso, a quantidade de tecidos de algodão direcionada ao mercado interno diminuiu, ocasionando uma elevação dos preços (STEIN, 1979).

Conforme Stanley J. Stein (1979), com a proximidade do final do conflito, a preocupação dos industriais têxteis brasileiros passou a ser a possibilidade de retomada dos mercados de tecidos de algodão por parte de importantes países exportadores desses produtos, até então envolvidos na guerra, em especial, Inglaterra e Estados Unidos. Diante dessa situação, a continuidade das exportações brasileiras em grande volume estava intimamente relacionada à redução dos preços e à melhoria na qualidade dos tecidos de algodão exportados. Para isso, era necessária a modernização das fábricas, através da aquisição de novas máquinas. Porém, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos – principais fornecedores de máquinas têxteis –

priorizavam reequipar suas próprias indústrias naquele momento, não se dispendo a atender ao mercado externo.

Por outro lado, a situação do mercado interno brasileiro chegou a tal ponto que em 1º de março de 1946, as exportações de tecidos de algodão foram suspensas por noventa dias pela Comissão Executiva Têxtil (CETex), medida que foi posteriormente estendida até dezembro de 1946 por uma ordem presidencial.

Os empresários do ramo têxtil protestaram contra essa medida, preocupados com o destino a ser dado ao excedente de produção. Contudo, segundo Stanley J. Stein,

Muitos brasileiros julgavam, em resumo, que os empresários têxteis não só haviam sido incapazes de guardar reservas adequadas, a partir dos lucros obtidos durante a guerra, para empreender a modernização de suas fábricas, como insistiam, após 1945, em manter margens extraordinárias de lucro que não condiziam com o custo de produção. Enquanto os fabricantes pudessem vender a sua produção ao país e o 'excesso' no exterior, operariam com êxito e evitariam as imposições da concorrência. Isto explica por que os preços dos tecidos de algodão se mantinham elevados no mercado interno, coexistindo com a 'superprodução'. Por fim, inexistindo concorrência, os empresários têxteis não eram estimulados a despende capital para modificar seus métodos de administração de empresa.<sup>12</sup>

Posteriormente, os próprios industriais admitiram a distribuição dos lucros resultantes das exportações de tecidos de algodão durante a guerra aos diretores das fábricas na forma de dividendos e bônus.

Até aquele momento, a maioria dos industriais brasileiros de diversos setores, entre eles o têxtil, encontravam-se dependentes da proteção governamental para a continuidade de suas atividades produtivas. Assim, todas as propostas levantadas para solução da crise de superprodução têxtil requisitavam a interferência do Estado. Em 1949, os industriais têxteis se reuniram e elaboraram um quadro sobre a situação do setor. Eles se responsabilizaram pelos altos preços dos tecidos de algodão no mercado interno, o que ocasionava um consumo bem abaixo da produção. A solução apontada

---

<sup>12</sup> Cf. STEIN, 1979, p. 181, (grifo do autor).

era o aumento das exportações para os países vizinhos. Frente a esta situação, sugeriam que o Estado deveria realizar esforços no sentido de aumentar a renda nacional e elevar o poder aquisitivo da população, facilitar as exportações de tecidos de algodão - que haviam diminuído muito, mesmo após a revogação da medida da CETex no final de 1946 - e financiar a modernização das indústrias, permitindo a instalação de condições de concorrência com o mercado externo. Finalizando seu estudo, Stanley J. Stein afirma que

[...] a intervenção do Estado sob várias formas, a ausência, na prática, de concorrência e o rápido crescimento da população havia durante muito tempo poupado a indústria têxtil dos efeitos da obsolescência tecnológica e administrativa. O planejamento a curto prazo, a visão limitada da economia nacional e o recurso constante aos expedientes imediatistas dominavam o pensamento e a ação dos empresários têxteis.<sup>13</sup>

A produção de algodão no Estado de São Paulo seria profundamente afetada pelo crescimento da produção de fibras artificiais (raiom), iniciada no país na década de 20. Wilson Suzigan (2000) aponta que a instalação da primeira fábrica para produção de fios de raiom pelo Grupo Matarazzo ocorreu em 1924, em São Paulo, dando início às suas atividades produtivas em 1926. Em 1933, uma subsidiária<sup>14</sup> da empresa francesa Rhône Poulenc instalou uma fábrica para a realização de todas as etapas do processo produtivo de fios de raiom. Em 1937, começa a produzir também em São Paulo, a terceira fábrica instalada no Brasil – a Companhia Nitro-Química Brasileira -, fundada por um consórcio brasileiro entre Votorantim e Klabin Irmãos em associação com capital norte-americano. Segundo Wilson Cano (1998b), essas três fábricas passaram a exercer o controle oligopolista do mercado nacional de fibras e fios de raiom, pois estabeleciam os preços e as quantidades destinadas às tecelagens (no caso dos fios) e às fiações (no caso das fibras). A partir desse período, houve um grande crescimento do número de pequenas e médias indústrias têxteis que utilizavam essa matéria-prima.

No início da década de 50, a produção mundial de fibras artificiais dobrou e seu preço chegou a estar 11% abaixo do preço internacional do algodão, continuando baixo

---

<sup>13</sup> Cf. STEIN, 1979, p.187.

<sup>14</sup> Diz-se de ou empresa controlada por outra, que detém o total ou a maioria de suas ações.

na década seguinte, ocasionando uma grande diminuição na área de plantio no país. Verificou-se também a substituição do algodão em quase metade dos usos industriais. Com o mercado internacional de algodão em queda, as atenções se voltaram para a indústria têxtil nacional (ALBUQUERQUE, 1983).

Durante a “industrialização restringida” (1933 a 1955), o processo de integração do mercado nacional foi conduzido pelo Estado de São Paulo, o que pode ser comprovado através da crescente importância verificada no comércio entre as regiões brasileiras e São Paulo, sob a liderança deste último. A atuação do capital industrial foi intensificada, com o fortalecimento de sua presença, aproveitando-se das características da economia paulista, possuidora do mais amplo mercado consumidor do país - representado pela grande população urbana, com bom nível de renda -, além do mais desenvolvido mercado de trabalho e da importância das atividades agrícolas, industriais e do setor terciário já presentes, que passaram a dispor de um eficiente sistema de rodovias em implantação no Estado (NEGRI, 1996).

Conforme Léa Goldenstein (1970), em sua tese de Doutorado intitulada “Estudo de um centro industrial satélite: Cubatão”, a atividade industrial já havia ultrapassado os limites da capital paulista na década de 1940, em seu processo de expansão pelo interior do Estado, acompanhando o traçado das ferrovias e, posteriormente, das rodovias Anchieta, Anhanguera e Presidente Dutra. Mais especificamente em relação à Via Anhanguera, foram criadas condições para o desenvolvimento industrial de diversos municípios, como Jundiaí, Campinas, Americana, Piracicaba e outros.

## 1.2 MEIO E PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

A partir do final da II Guerra Mundial, as sociedades foram envolvidas e atingidas por profundos processos transformadores, abrangendo os mais diversos ramos do conhecimento humano.

Entre os pensadores que propuseram novos parâmetros para a realização da análise desse período, que se estende até os dias atuais, destacaremos a contribuição de Milton Santos (1996b) com sua obra “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional”. Segundo ele, a partir da apreensão da existência de um único sistema técnico hegemônico no mundo todo, que se superpõe aos sistemas antecessores, pode-se observar a atuação dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política. Também se organiza um sistema social hegemônico, comandado pelas instituições supranacionais, empresas multinacionais e Estados, controladores dos objetos técnicos (cidades, rodovias, portos, fábricas, enfim, objetos elaborados pelo trabalho humano) e das relações sociais, agora mundializados. Em termos espaciais, observa-se o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, isto é, [...] “um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação” (SANTOS, 1996b, p. 44). Portanto, a ciência, a tecnologia e a informação fornecem a base de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço.

Assim, é no contexto do meio técnico-científico-informacional, que verificamos a atuação das atividades hegemônicas, participantes do comércio internacional, possibilitando a existência dos chamados lugares mundiais, ou seja, lugares cuja dinâmica é comandada pelos interesses dos atores hegemônicos, comando este possibilitado pela expansão frenética dos sistemas de informação no atual período (SANTOS, 1996b).

Milton Santos indica que no atual período, devido ao conteúdo técnico-científico-informacional do espaço, a elaboração de um produto pode ser realizada em áreas cada vez menores, em quantidades maiores e em menos tempo, ocasionando um desequilíbrio nas condições existentes e, assim, impondo um outro, com alterações nos capitais empregados, nas formas de organização, nas relações sociais, etc.

Segundo ele,

Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode doravante ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação entre lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos.<sup>15</sup>

Dessa forma, a circulação de produtos, ou seja, de matéria, é responsável pela definição dos circuitos espaciais produtivos. A dinâmica da circulação dá origem a fluxos, correntes de matéria em movimento pelo território. Associados a esses fluxos materiais, se formam outros, não necessariamente materiais, envolvendo o movimento de capital, informação, ordens, mensagens pelo território, formando os círculos de cooperação (SANTOS, 1996b).

A informação não é encontrada apenas nos objetos técnicos que compõe o espaço, mas é condição fundamental à ação realizada sobre eles. Segundo ele, [...] “a informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 1996a, p. 191).

Barjas Negri (1996) indica que, no período pós-guerra, diversos fatores contribuíram para o crescimento industrial brasileiro, entre eles, a citada crise no mercado internacional de algodão na década de 50. Deve-se destacar o papel do Estado, através da realização da reforma cambial em 1953, implantando o regime de taxas múltiplas de câmbio, o que estimulou as exportações, além de investimentos diretos no setor produtivo ou órgãos de apoio, como a instalação da Cia. Siderúrgica Nacional, em 1946, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952 e da Petrobrás em 1954. Ainda em relação às diretrizes governamentais, deve ser mencionada a adoção de medidas para facilitar a entrada de capitais estrangeiros no país.

---

<sup>15</sup> SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996b. p. 128.

Segundo o mesmo autor, o período entre 1956 e 1967 é chamado de “primeira fase da industrialização pesada”. Sua principal característica deve-se à intensificação da participação do capital estrangeiro, sob a forma de capital produtivo, na economia brasileira, e à ação do Estado, que cumpre o papel de estabelecer as bases de associação entre o capital estrangeiro e o nacional, além de investir maciçamente em infra-estrutura. Esse período é dividido em dois momentos: o primeiro, de 1956 a 1962 corresponde à etapa de expansão da economia.

Portanto, durante esta primeira etapa, e no contexto do Plano de Metas do Governo Federal, houve a realização de elevados investimentos estatais em infra-estrutura básica (transportes e energia), além de subsídios a setores considerados prioritários, concessão de terrenos industriais e isenção de tarifas de importação sobre máquinas e equipamentos. As medidas tomadas pelo Estado no pós-guerra, já descritas anteriormente, foram decisivas para o desenvolvimento do processo de industrialização do país a partir desta época, que se concretizou com a instalação das indústrias automobilísticas, de material elétrico pesado, de construção naval, além de máquinas e equipamentos, permitindo uma significativa ampliação do grupo de indústrias produtoras de bens de capital<sup>16</sup> e de consumo duráveis. As indústrias de bens intermediários também ampliaram suas atividades, através da instalação e expansão de siderúrgicas, indústrias de papel e celulose, materiais não-ferrosos, petróleo e química pesada.

Em 1962, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, apresentou os resultados de um estudo feito sobre a indústria têxtil no Brasil. Segundo os dados deste estudo, utilizados por José Carlos Durand, na elaboração de seu artigo “Formação da indústria têxtil no Brasil (1850-1965)”, a indústria têxtil brasileira, dentro do contexto do primeiro momento da “primeira fase da industrialização pesada”, foi gradativamente perdendo sua importância específica no conjunto da indústria de transformação. Apesar disso, ela ainda se destacava na geração de renda e de empregos, pois em 1960 empregava diretamente 300 mil operários, equivalendo a um quarto dos trabalhadores da indústria de transformação, além de 500 mil pessoas ocupadas na produção de suas matérias-primas. Ainda em

---

<sup>16</sup> Máquinas industriais e agrícolas, construção naval e ferroviária.

relação a 1960, a produção nacional de têxteis abastecia 98% do mercado interno, sendo que as exportações eram pouco significativas. A produção de tecidos de algodão predominava, seguida pela de tecidos de fios artificiais (em torno de 11% do total da produção durante a década de 50) e de tecidos de fios sintéticos, que em 1960 representava 1% do total produzido no país<sup>17</sup> (DURAND, 1985).

Um aspecto destacado no estudo da CEPAL refere-se ao elevado nível de desatualização verificado nos equipamentos: 80% dos filatórios (usados para produção de fios) e 70% dos teares utilizados na produção têxtil algodoeira foram considerados obsoletos, o que, aliado ao uso de métodos administrativos pouco eficientes, resultavam em uma baixa produtividade na produção têxtil. Frente a esta situação, o estudo da CEPAL propõe um programa de substituição e reforma do maquinário têxtil que, entretanto, não foi devidamente levado em consideração.

Conforme Barjas Negri (1996), a realização do conjunto de investimentos entre 1956 e 1962, na etapa de expansão da economia, possibilitou a alteração no padrão de crescimento industrial do país, além da consolidação das bases materiais de uma sociedade urbana e industrial, tanto em nível nacional, como no Estado de São Paulo. Ainda segundo o autor, as regiões brasileiras, no citado período, apresentaram ritmo de crescimento positivo, mas a atividade industrial paulista atingiu um ritmo de crescimento superior à média.

Em sua obra denominada "Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo", Milton Santos (1994) indica que, a cidade de São Paulo, bem como o território paulista, foram áreas pioneiras de implantação de modernizações (estradas de ferro, rodovias, portos, bancos, urbanismo, etc), modernizações estas que levaram a uma expansão do campo e ao desenvolvimento urbano. A influência mútua de ambos processos permitiu a formação de um conjunto dinâmico, responsável pelo impulso à economia brasileira.

O segundo momento da "primeira fase da industrialização pesada", entre os anos de 1962 a 1967, corresponde à desaceleração da economia, relacionada com a finalização dos grandes investimentos públicos e privados realizados entre 1956 e

---

<sup>17</sup> Os esclarecimentos sobre a produção de fios artificiais e sintéticos são feitos no capítulo 2.

1957. No contexto do Golpe Militar de 1964, um conjunto de reformas institucionais foi implantado no país – especialmente em relação ao comércio exterior, ao capital externo e ao financiamento dos setores público e privado (NEGRI, 1996).

Conforme o estudo “Política de governo para o setor têxtil e a repercussão para as PME”, de Vera H. Thorstensen e Arnaldo de Araújo Souza (1985), logo após o Golpe, é instalada uma política recessiva no setor produtivo, através da restrição ao crédito, desestímulo ao consumo, controle de preços, implantação da correção monetária nos financiamentos, entre outros. Assim, a indústria têxtil foi obrigada a manter os preços e a reduzir seus custos; em outras palavras, melhorar sua produtividade. Entretanto, a indústria têxtil brasileira encontrava-se descapitalizada, pois era um procedimento muito comum o investimento dos lucros em outras atividades ou na aquisição de imóveis por parte dos empresários, deixando de lado os investimentos necessários para o acompanhamento da evolução tecnológica na produção têxtil. A conjunção de atraso tecnológico e descapitalização frente às políticas governamentais ocasionou, a curto e a médio prazo, o fechamento de muitas pequenas e médias empresas têxteis, principalmente tecelagens, e a desnacionalização do setor, especialmente na fiação, que se caracteriza por ser intensiva no uso de capital e tecnologia.

Segundo os autores, em 1964 o Governo Federal implantou a primeira política específica para o setor têxtil, através de dois mecanismos ligados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um deles foi a criação do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), para o financiamento da compra de máquinas nacionais com juros subsidiados. O outro foi a criação do primeiro programa direcionado para pequenas e médias indústrias: o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME), com prioridade para as empresas têxteis. Com ele, eram realizados financiamentos para a construção industrial e para a modernização e a substituição de equipamentos e máquinas, através da indústria de máquinas têxteis nacional ou por meio de importação, desde que observada a inexistência de similar nacional.

Retomando a obra de Wilson Cano (1998a), o autor analisa o processo de integração do mercado nacional, que consistia na eliminação, tanto quanto possível, das barreiras à livre circulação econômica entre as regiões brasileiras. Com a maior parte da indústria nacional, a mais diversificada atividade industrial e a existência de relações capitalistas, baseadas no capital industrial, mais amplas do que aquelas observadas em outras áreas do país, o Estado de São Paulo exercia a liderança no referido processo. O fim da cobrança de impostos interestaduais sobre o comércio de mercadorias, em 1943, e a já apontada realização de grandes investimentos estatais no setor de transportes, no contexto do Plano de Metas, foram fundamentais para o processo de integração do mercado nacional, iniciado na década de 30 e que se estrutura efetivamente na década de 1960.

Essa integração proporcionou um grande aumento no comércio realizado entre as regiões brasileiras, aumentando-lhes o nível de complementaridade, até então insignificante. Nesse contexto, a participação no mercado nacional também significava a abertura do mercado regional e, dessa forma, as economias regionais foram expostas aos *efeitos de estímulo*, aos *efeitos de inibição ou bloqueio* e aos *efeitos de destruição* (CANO, 1998a, grifo do autor).

Aurílio S. C. Caiado (2002), em sua tese de Doutorado, intitulada “Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?”, baseando-se no trabalho de Wilson Cano (1998a), expõe os três efeitos citados. Conforme o autor, os *efeitos de estímulo* influenciaram principalmente o capital industrial instalado no Estado de São Paulo, mas também em outras regiões devido ao aumento da procura por mercadorias, algumas antes importadas, e também pelo fornecimento de produtos complementares aos produzidos em São Paulo.

Os *efeitos de inibição ou de bloqueio* foram sentidos na medida em que, atividades industriais (e também agrícolas) mais avançadas, pré-existentes ou não, principalmente no Estado de São Paulo, dificultaram o surgimento de atividades similares em outras áreas do país. Eles atingiram a produção de bens industriais direcionados ao atendimento do mercado regional, cuja intenção era também atender ao mercado nacional, que foi bloqueada por “barreiras à entrada” representadas pela

existência de indústrias produtoras dos mesmos bens no Estado de São Paulo ou por decisões sobre investimentos de empresários sediados naquele Estado.

Enfim, os *efeitos de destruição* atuaram através da competição entre as atividades mais eficientes localizadas no Estado de São Paulo e aquelas de mesma natureza, porém com menor eficiência, localizadas em outras áreas do Brasil. Eles tiveram atuação diversa nos três períodos do processo de integração do mercado nacional. Entre 1930 e 1950, a inexistência de sistemas de transportes integrados regionalmente por si só era uma barreira à competição. No segundo período, situado entre os anos de 1950 a 1962, a competição inter-regional aumentou. No terceiro período, a partir de 1962, quando observa-se a consolidação do processo de integração do mercado nacional, a sobrevivência de capitais, que até então encontravam-se “protegidos”, passa a sofrer mais diretamente os *efeitos de destruição*.

Uma análise da tabela 1.6, apresentada na página 49, e do mapa 1.1, apresentado na página 51, comparando-se os dados referentes a 1960 e 1970 - período correspondente ao final do processo de integração do mercado nacional - destaca duas situações. Primeiramente, as Macro Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, apresentaram um aumento na porcentagem de participação no total de estabelecimentos têxteis existentes no país. A mesma observação é válida para cada um dos Estados dessas três Macro Regiões. Essa situação sugere que a atuação dos *efeitos de estímulo* foi mais intensa nessas áreas.

De forma contrária, a Macro Região Nordeste, bem como cada um de seus Estados observados isoladamente, apresentaram uma redução em relação à mesma porcentagem. Essa situação indica a atuação dos *efeitos de destruição* sobre a atividade têxtil realizada nesta área. Em decorrência disso, tradicionais indústrias têxteis nordestinas encerraram suas atividades neste período.

Outro trabalho apresenta algumas conclusões semelhantes. Em sua tese de Doutorado, intitulada “Reestruturação urbano-industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo – a indústria têxtil”, Sandra Lencioni (1991) analisa as políticas públicas elaboradas e implantadas a partir da década de 60. Com o objetivo de descentralizar a atividade industrial, o Governo Federal estimulou a

instalação de empresas na Região Nordeste, enquanto o governo paulista incentivou a instalação de indústrias no interior do Estado.

Quanto às políticas federais de desenvolvimento regional, por meio da concessão de incentivos, subsídios e crédito, a autora afirma que elas contribuíram para o fortalecimento das empresas do Centro-Sul do país, em especial as de grande capital, realizado através de transferências, instalações de indústrias e de filiais no Nordeste. Segundo Sandra Lencioni, essas políticas se constituíram em elementos reforçadores da concentração industrial e também em forças centralizadoras do capital e do poder:

[...] Isso, tanto no sentido do processo social – da fusão ou aniquilamento de empresas menos competitivas –, como no sentido espacial – de que embora tenha havido dispersão de unidades fabris, o “quartel-general” das empresas envolvidas neste processo de mobilidade espacial do capital se manteve assentado, sobretudo, em São Paulo. [...] É por isso que a integração produtiva nacional ao se consolidar, ainda mais, no bojo destas políticas de desenvolvimento regional, reafirmou uma economia nacional regionalmente concentrada em São Paulo: um processo e um produto do desenvolvimento capitalista do Brasil.<sup>18</sup>

A análise das políticas federais de desenvolvimento regional é completada pela autora, mais especificamente no que se refere à indústria têxtil, por apontamentos a respeito da política federal de incentivos à exportação de manufaturados, baseada nos subsídios: ambas possuíam a mesma lógica, pois eram orientadas pela privatização de dinheiro público. Apesar disso, poucas empresas possuíam condições de direcionarem sua produção para o mercado externo, destacando-se aquelas ligadas ao grande capital que, dessa forma, continuaram o processo de concentração e centralização no setor têxtil.

Em relação ao Estado de São Paulo, os resultados foram observados numa área circunscrita a um raio de 150 quilômetros a partir da capital, sendo a mesma ultrapassada somente ao longo dos principais eixos rodoviários. Segundo a autora,

---

<sup>18</sup> LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano – industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo – a indústria têxtil*. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 96, (grifo do autor).

essa situação mostra apenas uma aparente descentralização industrial, tendo como significado e acompanhamento, um processo de concentração e centralização das atividades econômicas, entre elas, da atividade têxtil. O que na realidade ocorreu foi a desconcentração da indústria paulista, entendida como o espraiamento das unidades produtivas que, contudo, continuam a ser controladas pelos centros de comando e decisão instalados na capital, situação possibilitada pelo uso cada vez mais intenso das tecnologias da informação.

A grande empresa, detentora de importância crescente, é compreendida pela autora como uma forma social resultante de um processo de concentração, isto é, da expansão de sua base de acumulação, e também de um processo de centralização, ou seja, da associação, absorção ou fusão de capitais individuais sob o comando de um mesmo capital.

Concluindo, Sandra Lencioni afirma que

A análise da indústria têxtil, segundo a perspectiva do processo de valorização do capital, procurou mostrar que no chamado processo de descentralização industrial se encontra seu inverso; ou seja, o desenvolvimento da centralização do capital. Trata-se de uma centralização que consolida a hegemonia do grande capital e subordina outros capitais à organização oligopolista.<sup>19</sup>

O período entre 1967 e 1980 corresponde à “segunda fase da industrialização pesada”, com a modernização da estrutura industrial e ampliação dos setores industriais mais complexos. Esse período também pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, conhecido como “milagre”, caracteriza-se por uma forte expansão da atividade econômica e se estende de 1967 a 1973 (NEGRI, 1996).

As razões para a retomada do crescimento econômico durante o “milagre” são apontadas por Barjas Negri:

[...] Em síntese, elas se relacionam com a reestruturação dos mecanismos de financiamento – público e privado – derivados das reformas bancária e fiscal da segunda metade da década de 1960, bem como dos estímulos decorrentes

---

<sup>19</sup> Cf. LENCIONI, 1991, p. 271.

da conjuntura extremamente favorável da economia internacional, entre 1970 e 1973.<sup>20</sup>

A partir de 1967, o investimento governamental foi reiniciado, como resultado da melhoria das condições de financiamento do setor público. No âmbito da economia mundial, o comércio internacional foi estimulado, o que incentivou a produção industrial e agrícola voltada para a exportação, possibilitando a geração de recursos necessários para o pagamento das importações brasileiras. Diversas medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal auxiliaram a expansão das relações comerciais internacionais, com destaque para a implantação, em 1968, da política de minidesvalorização cambial, o aumento dos empréstimos no exterior e os generosos incentivos e subsídios de caráter fiscal e creditício às exportações.

No citado artigo de José Carlos Durand (1985), ele aponta para uma recuperação das atividades da indústria têxtil no final da década de 60, relacionada ao processo de recuperação econômica mais geral do país, baseada no incentivo às exportações.

Segundo o estudo de Vera H. Thorstensen e Arnaldo de Araújo Souza (1985), até a década de 60, havia uma tendência à horizontalização no setor têxtil, como uma estratégia para facilitar o acompanhamento das inovações tecnológicas nas máquinas têxteis. Entretanto, a partir de 1970, o Governo Federal, por meio dos órgãos oficiais de crédito e de incentivos fiscais, passou a estimular a criação de grandes empresas no setor, através da fusão, incorporação ou pela integração vertical de fiação, tecelagem, acabamento e até confecção<sup>21</sup>.

Ainda segundo os autores, entre os anos de 1970 e 1973, a produção têxtil foi estimulada pelas condições favoráveis do mercado interno e por novos incentivos governamentais para a exportação. A entrada de produtos têxteis brasileiros no mercado dos Estados Unidos iniciou-se nesse período, mas foi duramente penalizada pela adoção de leis protecionistas por parte do governo norte-americano.

---

<sup>20</sup> Cf. NEGRI, 1996, p. 147.

<sup>21</sup> Manuel Correia de Andrade, em sua obra "Geografia Econômica" afirma que: "A concentração financeira é feita ora de 'forma horizontal', em que um grupo emprega capitais em várias fábricas e atividades que não se complementam, ora de 'forma vertical', em que uma atividade industrial se integra, procurando controlar a produção [...]" (ANDRADE, 1986, p. 185, grifo do autor).

Conforme Barjas Negri (1996), a partir de 1970, as taxas de crescimento industrial de praticamente todas as principais regiões do país superam aquela apresentada pelo Estado de São Paulo que, no entanto, continuou elevada.

Dentro desse contexto, podem ser observadas duas mudanças: a redução do crescimento industrial verificado na Região Metropolitana de São Paulo e o aumento da importância industrial do interior paulista, que elevou sua participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) da indústria de transformação brasileira de 14,7% em 1970 para 20,2% em 1980, constituindo-se na segunda maior região industrial do país, depois da Grande São Paulo. Segundo Barjas Negri,

O que precisa ser evidenciado é que a indústria montada na periferia nacional era complementar à de São Paulo e dependente de seu mercado de insumos, bens de capital e produtos finais. Assim, independentemente de se realizar a ritmos mais elevados, seu crescimento era solidário com a expansão industrial do Sudeste e sobretudo de São Paulo. Isto era válido, em particular, no contexto dos baixos graus de abertura comercial da economia brasileira até fins da década de 1970.<sup>22</sup>

A “segunda fase da industrialização pesada” se completa nos anos de 1974 a 1980, correspondendo a um período de crise econômica no país, cujas dimensões não foram maiores ainda devido à parcial implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), entre os anos de 1975 a 1979, com a continuidade de grandes investimentos pelo setor público. Apesar das dificuldades, alguns resultados positivos foram alcançados, como a intensificação das relações técnicas entre a indústria e a agropecuária, ocasionando um processo de modernização dessa última, acompanhado do aumento das exportações de seus produtos. Também aumentaram as exportações de bens de consumo não-duráveis - entre eles os tecidos -, resultado do avanço da modernização tecnológica, dos padrões de produtividade e competitividade industrial. A substituição de importações de produtos intermediários também foi alcançada (NEGRI, 1996).

Henrique Rattner e Vera H. Thorstensen, no artigo “Inovação Tecnológica e as PME têxteis”, fazem um destaque em relação aos aspectos tecnológicos: “A grande

---

<sup>22</sup> Cf. NEGRI, 1996, p. 144.

revolução tecnológica na indústria têxtil deve-se muito mais ao desenvolvimento da indústria química no país, a partir de subprodutos do petróleo (petroquímica), do que propriamente à tecnologia específica do setor têxtil” (RATTNER; THORSTENSEN, 1985, p. 233). Até 1973, a maior parte das matérias-primas utilizadas na produção das fibras químicas no Brasil era importada. A partir dessa data, e no contexto da citada substituição de importações de produtos intermediários, o Governo Federal passou a apoiar a produção nacional, principalmente através de incentivos na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para o Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), resultando na instalação de grandes empresas químicas.

Retomando o estudo de Vera H. Thorstensen e Arnaldo de Araújo Souza (1985), os autores indicam que, a partir de 1974, o setor têxtil deixou ser especificamente prioritário para o Governo Federal, cuja atenção foi direcionada então para os setores de bens de capital, de insumos<sup>23</sup> básicos e de exportação. Para o setor têxtil foi mantido apenas o apoio da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (empresa pública subsidiária do BNDES a partir de 1971), para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Uma séria crise atingiu esse setor a partir de 1975, e sua recuperação iniciou-se a partir de 1977. De uma forma geral, enquanto as grandes empresas modernizadas se mantinham devido aos ganhos de escala, as pequenas adotaram a estratégia da produção especial, com a produção de tecidos sofisticados.

Um aspecto importante a ser analisado se refere ao volume da produção de fibras têxteis<sup>24</sup> em termos mundiais. O artigo “Novos aspectos da influência da cotonicultura no setor têxtil brasileiro”, de Fátima de Souza Freire, Maria C. P. de Melo e Alain Alcouffe (1997), apresenta a seguinte tabela:

---

<sup>23</sup> Utilizados na produção de outros e que são transformados para a obtenção do produto final, como os minerais.

<sup>24</sup> Os esclarecimentos sobre as fibras têxteis são feitos no capítulo 2.

**TABELA 1.1 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE FIBRAS TÊXTEIS E RESPECTIVAS PERCENTAGENS  
RELATIVAS DE PARTICIPAÇÃO TOTAL (EM MILHÕES DE TONELADAS)**

Ano	Alg.	NATURAIS					QUÍMICAS						Total Geral
		%	Lã	%	Total	%	Artif.	%	Sint.	%	Total	%	
1920	4,6	85	0,8	14,8	5,4	<b>99,8</b>	0,015	<b>0,2</b>			0,015	5,4	5,4
1940	6,9	76	1,1	12	8	<b>88</b>	1,1	<b>12</b>	0,005		1,1	9,1	9,1
1945	4,6	74	1	16	5,6	<b>90</b>	0,6	<b>10</b>	0,02		0,62	6,62	6,62
1950	6,6	70	1,1	12	7,7	<b>82</b>	1,6	<b>17</b>	0,07	<b>1</b>	1,7	9,4	9,4
1955	9,5	71	1,3	10	10,8	<b>81</b>	2,3	<b>17</b>	0,26	<b>2</b>	2,6	13,4	13,4
1960	10,3	68	1,5	10	11,8	<b>78</b>	2,6	<b>17</b>	0,7	<b>5</b>	3,3	15,2	15,2
1965	11,6	63	1,5	8	13,1	<b>71</b>	3,4	<b>18</b>	2	<b>11</b>	5,4	18,6	18,6
1970	11,8	55	1,6	7	13,4	<b>62</b>	3,4	<b>16</b>	4,7	<b>2</b>	8,1	21,5	21,5
1971	13	55	1,6	7	14,6	<b>62</b>	3,4	<b>14</b>	5,6	<b>24</b>	9	23,6	23,6
1972	13,7	54	1,5	6	15,2	<b>60</b>	3,6	<b>14</b>	6,4	<b>26</b>	10	25,2	25,2
1973	13,7	52	1,4	6	15,1	<b>58</b>	3,7	<b>14</b>	7,6	<b>28</b>	11,3	26,4	26,4
1974	14	52	1,5	6	15,5	<b>58</b>	3,5	<b>13</b>	7,5	<b>29</b>	11	26,5	26,5
1975	11,8	50	1,5	6	13,3	<b>56</b>	3	<b>13</b>	7,4	<b>31</b>	10,4	23,7	23,7
1976	12,4	48	1,5	6	13,9	<b>54</b>	3,2	<b>12</b>	8,6	<b>34</b>	11,8	25,7	25,7
1977	13,8	50	1,4	5	15,2	<b>55</b>	3,3	<b>12</b>	9,1	<b>33</b>	12,4	27,6	27,6
1978	13,1	47	1,5	5	14,6	<b>52</b>	3,3	<b>12</b>	9,9	<b>36</b>	13,2	27,8	27,8
1979	14,1	48	1,6	5	15,7	<b>53</b>	3,4	<b>11</b>	10,6	<b>36</b>	14	29,7	29,7
1980	14	48	1,6	5	15,6	<b>53</b>	3,2	<b>11</b>	10,5	<b>36</b>	13,7	29,3	29,3
1981	15,3	50	1,6	5	16,9	<b>55</b>	3,2	<b>10</b>	10,8	<b>35</b>	14	30,9	30,9
1982	14,7	50	1,6	5	16,3	<b>55</b>	2,9	<b>10</b>	10,1	<b>35</b>	13,1	29,4	29,4
1983	15,1	49	1,6	5	16,7	<b>54</b>	2,9	<b>10</b>	11,1	<b>37</b>	14	30,7	30,7
1984	15,3	48	1,7	5	17	<b>53</b>	3	<b>9</b>	11,9	<b>38</b>	14,9	31,9	31,9
1985	16,6	49	1,7	5	18,3	<b>54</b>	2,9	<b>9</b>	12,5	<b>36</b>	15,4	33,7	33,7
1986	18,3	51	1,7	5	20	<b>56</b>	2,8	<b>8</b>	13	<b>36</b>	15,8	35,8	35,8
1987	18,1	50	1,8	5	19,9	<b>55</b>	2,8	<b>8</b>	13,8	<b>38</b>	16,6	36,5	36,5
1988	18,2	49	1,8	5	20	<b>54</b>	2,9	<b>8</b>	14,2	<b>38</b>	17,1	37,1	37,1
1989	18,7	49	1,9	5	20,6	<b>54</b>	2,9	<b>8</b>	14,7	<b>38</b>	17,6	38,2	38,2
1990	18,7	49	2	5	20,7	<b>54</b>	2,8	<b>7</b>	14,9	<b>39</b>	17,7	38,4	38,4

Fonte: Textile Organon/Lanifícios apud FREIRE, 1997, p. 66

Os dados da tabela indicam que, em 1920, a quase totalidade da produção mundial era de fibras naturais, correspondendo a 99,8%. A situação se mostra alterada em 1940, quando as fibras naturais correspondem a 88% e as fibras artificiais aos 12%

restantes do total produzido. O surgimento das fibras sintéticas no mercado ocorre em 1950, sendo que já em 1960 sua produção corresponde a 5% do volume total produzido. Desde essa época, o aumento de sua produção é contínuo, ocasionando o deslocamento das fibras naturais e artificiais no mercado mundial. Em 1970, a produção mundial se encontra assim dividida: 62% de fibras naturais, 16% de fibras artificiais e 22% de fibras sintéticas. Em 1980 se observa a seguinte situação na produção mundial: 53% de fibras naturais, 11% de fibras artificiais e 36% de fibras sintéticas. Essa situação praticamente se preserva em 1990, com a observação das seguintes porcentagens no total produzido no mundo: 54% de fibras naturais, 7% de fibras artificiais e 39% de fibras sintéticas.

A produção mundial de fibras têxteis a partir de 1995 é apresentada na tabela a seguir:

**TABELA 1.2 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE FIBRAS TÊXTEIS E RESPECTIVAS PERCENTAGENS RELATIVAS DE PARTICIPAÇÃO TOTAL (EM MILHÕES DE TONELADAS) – 1995-2000**

Ano	NATURAIS						QUÍMICAS						Total Geral
	Alg.	%	Lã	%	Total	%	Artif.	%	Sint.	%	Total	%	
1995	18,5	93	1,4	7	19,9	<b>49</b>	2,4	<b>6</b>	18,3	<b>45</b>	20,7	51	40,6
1996	19	93	1,4	7	20,4	<b>48</b>	2,2	<b>5</b>	19,9	<b>47</b>	22,1	52	42,5
1997	19,3	94	1,3	6	20,6	<b>46</b>	2,3	<b>5</b>	22,1	<b>49</b>	24,4	54	45
1998	19,1	94	1,2	6	20,3	<b>45</b>	2,2	<b>5</b>	22,7	<b>50</b>	24,9	55	45,2
1999	19,4	94	1,2	6	20,6	<b>44</b>	2	<b>4</b>	23,9	<b>52</b>	25,9	56	46,5
2000	19,7	94	1,2	6	20,9	<b>44</b>	2,2	<b>4</b>	25,1	<b>52</b>	27,3	56	48,2

Fonte: Fiber Organon; ABIT; International Fiber Journal; Zimmer AG (1999) apud COMPLEXO..., 2001, p. 6

Obs.: Tabela elaborada com base no documento referenciado acima.

Pode-se observar a continuidade da tendência de diminuição da participação das fibras artificiais e naturais no total produzido mundialmente, e um crescimento da participação das fibras sintéticas. Um estudo realizado por Maria H. de Oliveira (1997), denominado "Principais matérias-primas utilizadas na indústria têxtil", também aponta essa tendência para o futuro, relacionando-a com o crescimento demográfico. Segundo a autora, com o aumento da população mundial, maiores áreas serão destinadas ao

uso urbano e à produção de alimentos, reduzindo as áreas destinadas à produção de fibras naturais derivadas da agricultura.

A redução da produção mundial de fibras artificiais (raiom viscose e raiom acetato) se deve principalmente ao seu alto custo, pois o processo produtivo dessas fibras é altamente poluente, e o tratamento dos efluentes encarece muito o produto final (ANÁLISE SETORIAL, 1997).

O estudo “Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira” (2000), afirma a existência de estimativas indicadoras de uma tendência ao crescimento da utilização de fibras sintéticas na produção têxtil devido a incertezas relacionadas à produção das fibras naturais (especialmente algodão), como as variações climáticas, de safra e de preço. Além disso, o aperfeiçoamento das fibras sintéticas faz com que seja cada vez maior a aproximação de suas características com aquelas apresentadas pelas fibras naturais.

Um estudo de Vera H. Thorstensen (1985), denominado “Estrutura de mercado e pequena e média empresa têxtil”, mostra as alterações na produção de fibras têxteis no Brasil, entre 1963 e 1981, através de uma tabela apresentada no Anexo B. A autora destaca os dados mais significativos do período através da seguinte tabela:

**TABELA 1.3 – BRASIL: PRODUÇÃO DE FIBRAS TÊXTEIS**

	<b>1965</b>	<b>%</b>	<b>1970</b>	<b>%</b>	<b>1975</b>	<b>%</b>	<b>1980</b>	<b>%</b>
Naturais	569,4	92	717,2	88	660,7	77	695,8	71
Artificiais	38,3	6	47,9	6	49,2	6	51,4	5
Sintéticas	14,5	2	45,6	6	145,4	17	229,1	24
TOTAL	622,2	100	810,7	100	855,3	100	976,3	100

Fonte: Carta Têxtil, 1982 apud THORSTENSEN, 1985, p. 165

Primeiramente, em relação às fibras naturais, pode-se observar que a partir de 1970, houve uma queda em sua participação no total produzido no país, apesar de continuar liderando a produção. Vale ressaltar que a produção de fibras têxteis de algodão sempre teve a maior participação durante o período citado. Em relação às fibras artificiais (com destaque para o raiom viscose), observa-se um crescimento

gradativo na produção, acompanhado, contudo, da manutenção da porcentagem de participação do total produzido. E, finalmente, as fibras sintéticas (com destaque para o náilon ou poliamida e o poliéster) apresentaram uma participação crescente no total produzido, ocupando uma parcela do mercado de fibras naturais.

Retomando o estudo de Maria H. de Oliveira (1997), a autora afirma que a tendência de substituição das fibras naturais pelas sintéticas tem sido observada com menor intensidade no Brasil, devido às características do clima tropical, favorável ao uso de fibras naturais, com destaque para o algodão.

Dando continuidade à análise sobre as alterações na produção de fibras têxteis no Brasil, o Anexo C apresenta os dados referentes ao período de 1982 a 2001.

Entre os anos de 1982 e 1992, pode-se observar a continuidade da situação exposta em relação à tabela anterior para todos os tipos de fibras têxteis, com uma tendência ao crescimento da produção. No Brasil, em 1992, a produção de fibras naturais foi de 726, 8 mil toneladas (67,5% do total produzido), a de fibras artificiais atingiu 54,2 mil toneladas (5% do total produzido) e a de fibras sintéticas chegou a 294,8 mil toneladas (27,4% do total produzido)<sup>25</sup>.

O período compreendido entre 1993 e 1999 corresponde a um período de crise na produção de algodão no Brasil. Segundo Lia Haguener et al. (2001) no estudo “Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90”, sendo o algodão responsável por cerca de 90% das fibras naturais utilizadas no país, essa crise afetou profundamente o volume total de fibras têxteis produzidas. O Brasil, que até então era um grande exportador de algodão beneficiado e de fios, passou para a condição de grande importador, devido aos seguintes fatores: ocorrência da praga do bicudo nas culturas de algodão arbóreo, de melhor qualidade, no final da década de 80 e eliminação do imposto de importação sobre esse produto em 1990. Outros fatores são ainda apontados em Análise Setorial (1997): aumento da oferta de algodão no mercado mundial em 1990 e 1991, ocasionando a queda nos preços internacionais, além da

---

<sup>25</sup> Em relação ao crescimento na produção total de fibras sintéticas, convém destacar que os dados referentes a 1992 incluem a produção de polipropileno (utilizado na produção de sacarias, carpetes, cordas e produtos geotêxteis, como mantas para forração na agricultura), cuja produção em 1980 apresentava indisponibilidade de informações, conforme Anexo C.

recente expansão de outras culturas agrícolas no Brasil, como a soja e a cana-de-açúcar, com a ocupação de áreas antes destinadas ao algodão.

Os dados apresentados no Anexo C confirmam essa situação. A produção de fibras têxteis de algodão no Brasil, que em 1992 foi de 667, 1 mil toneladas caiu para 305,8 mil toneladas em 1997, sendo o menor volume registrado no período entre os anos de 1993 e 1999. Paralelamente a isso, a produção de fibras naturais no país que, em 1992 foi de 726,8 mil toneladas, foi reduzida para 347, 2 mil toneladas em 1997, com o registro da menor produção no referido período.

Ainda conforme os dados do Anexo C, a partir de 1998 a produção de fibras têxteis de algodão no país inicia uma recuperação, atingindo em 2001 o volume de 938,8 mil toneladas. Em relação às fibras artificiais, observa-se uma tendência à redução da produção de raiom viscose no Brasil a partir de 1994, além da suspensão da produção de raiom acetato a partir de 1986. Em relação às fibras sintéticas, pode-se observar a continuidade da tendência do crescimento da produção no país, atingindo em 2001 o volume de 438,3 mil toneladas. Finalizando, a produção de fibras têxteis no Brasil em 2001 apresentou as seguintes quantidades e porcentagens: 961,7 mil toneladas de fibras naturais (67,3% do total produzido); 28,5 mil toneladas de fibras artificiais (2% do total produzido) e 438,3 mil toneladas de fibras sintéticas (30,6% do total produzido). É importante destacar a participação das fibras têxteis de algodão no total produzido no Brasil: elas representaram 97,6% do total de fibras naturais e 65,7% do total de fibras têxteis produzidas em 2001.

A partir do que foi exposto acima, podemos concluir que a produção de tecidos, a partir de fibras naturais, artificiais ou sintéticas, acompanha aproximadamente a mesma proporção apresentada pela produção dos diferentes tipos de fibras têxteis no país, considerando-se a realização de importações de filamentos, fibras e fios têxteis e ainda que é cada vez mais comum a mistura de diferentes fibras para a melhoria das características do fio e do produto final.

Durante os anos 80, o fraco desempenho da atividade industrial no Brasil pode ser assim resumido:

[...] No total, em nove anos, entre 1980/89, o crescimento real foi de apenas 7,8%, que pode ser considerado irrisório, quando se sabe que na década de 1970, a taxa de crescimento da indústria de transformação brasileira foi da ordem de 9% ao ano. Se a estes dados ainda agregássemos a recessão que se inicia em 1990, alcançaríamos índices de produção industrial menores que os do início da década.<sup>26</sup>

Segundo Barjas Negri (1996), essa situação foi resultado das políticas de ajustamento à crise internacional praticadas a partir do final da década de 70 e dos índices inflacionários crônicos dos últimos anos da própria década de 80.

Enquanto na década de 1970, foi observado um crescimento maior nos setores industriais produtores de bens de capital e de bens de consumo durável, nos anos 80, esse crescimento foi observado nos setores direcionados ao mercado externo, como papel e celulose, metalurgia, química, materiais de transporte e outros.

Durante a década de 80, em relação ao desempenho da atividade industrial, o Estado de São Paulo foi o mais seriamente afetado, devido a diversos fatores, entre os quais destacamos: a concentração de dois terços da indústria de bens de capital, fortemente atingida pela crise, neste Estado e a interdependência técnica existente em sua estrutura industrial, ou seja, a incidência de um fator positivo ou negativo sobre um setor importante, afeta os demais setores industriais com maior intensidade em São Paulo do que nas outras áreas do país.

Uma análise da política industrial implementada nas décadas de 80 e 90 no Brasil é feita por Margarida A. C. Baptista, em seu estudo "Política Industrial e Desestruturação Produtiva". Segundo ela, [...] "o primeiro elemento a destacar, numa tentativa de realizar um balanço geral da década de oitenta, é a *cristalização da estrutura produtiva herdada da década de setenta*" [...] (BAPTISTA, 1993, p. 233, grifo do autor).

A autora se refere à não realização de investimentos significativos em novas fábricas e na aplicação de novas técnicas de gerenciamento produtivo, ocasionando um distanciamento dos padrões de qualidade e eficiência exigidos pelo mercado internacional. As exportações, que cresceram significativamente durante os anos 80,

---

<sup>26</sup> Cf NEGRI, 1996, p. 158.

foram o resultado de políticas governamentais, como a concessão de subsídios e incentivos, a adoção de políticas cambiais agressivas e a manutenção do baixo nível salarial, e do fato de que os produtos exportados eram, geralmente, *commodities* industriais.<sup>27</sup>

Ainda segundo ela, durante a década de 70, não foram incorporados à estrutura industrial brasileira diversos setores e segmentos industriais, hoje considerados líderes no processo de acumulação e valorização do capital a nível internacional. Dessa forma, considerando - se que, no final dos anos 70, havia uma convergência da estrutura industrial brasileira com aquela encontrada nos países desenvolvidos, ela deixou de existir no final da década de 80. Contrariamente a isso, autora indica uma situação de divergência, na medida em que o crescimento verificado ocorreu nos setores industriais tradicionais, direcionados ao mercado externo.

Conforme o artigo de Edi B. Júnior e Carlos A. Hemais, denominado “O Brasil e sua indústria têxtil: uma abordagem histórica. Parte I – dos primórdios coloniais à década de 80” (2000), a crise econômica ocorrida naquela década permitiu que apenas as grandes empresas têxteis realizassem investimentos tecnológicos - como, por exemplo, a importação de máquinas mais produtivas -, ocasionando uma diferenciação nesse aspecto entre estas e as pequenas e médias empresas. As exportações passaram a ter um papel importante para as empresas têxteis a partir dos anos 80.

Segundo Barjas Negri (1996), as exportações de tecidos a partir de 1974 e durante a década de 1980, foram lideradas pelas indústrias têxteis do Estado de São Paulo, que concentrava parcela significativa da produção têxtil brasileira.

A partir da implantação de proposições baseadas no neoliberalismo, especialmente com o início do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello em 1990, as diretrizes da política industrial foram radicalmente alteradas, ocasionando impactos profundos em toda a organização da produção econômica brasileira.

Retomando o estudo de Margarida A. C. Baptista (1993), ela afirma que, partindo da identificação da origem estrutural da crise econômica existente no país como sendo

---

<sup>27</sup> As *commodities* são produtos de destaque nas relações comerciais internacionais, normalmente negociados nas bolsas de mercadorias. As *commodities* industriais são produtos originários das indústrias de insumos básicos, como petroquímicos e papel.

relacionada ao esgotamento do padrão de desenvolvimento colocado em prática desde a década de 1950, o discurso governamental veiculado a partir de então, na área de política industrial, apontava a utilização indiscriminada de instrumentos de proteção ao mercado interno como a causa da ineficiência verificada na atividade produtiva nacional, refletindo nos baixos níveis de competitividade perante os países desenvolvidos. Portanto, ao Governo caberia implementar um novo padrão de desenvolvimento, com condições para a retomada do crescimento econômico em novas bases. Assim, passa a ser implantada uma política de liberalização da economia brasileira, com o objetivo de incentivar a modernização industrial por parte do setor privado. Essa política combinava elementos de pressão sobre as empresas, denominados de “políticas de competição”, juntamente com elementos de estímulo, as chamadas “medidas de competitividade” (BAPTISTA, 1993, grifo do autor).

Passando a focar as “políticas de competição”, a autora indica que

As políticas de desregulamentação e abertura da economia brasileira à concorrência externa podem ser agrupadas em três eixos básicos: política de liberalização comercial; políticas de atração ao investimento direto externo, via redefinição nas condições de operação das empresas estrangeiras no país; política de privatização das estatais.<sup>28</sup>

Entre os três eixos básicos citados acima, concentraremos nossa atenção no estudo da política de liberalização comercial, responsável pelos maiores impactos ocorridos no mercado têxtil nacional durante esse período.

A característica central das “políticas de competição” é destacada por Fábio Stefano Erber (1991, p. 419-420 apud BAPTISTA, 1993, p. 241-242):

A política econômica do presente governo e, dentro desta, a política industrial, é regida pelo velho paradigma liberal que identifica a raiz da crise industrial nos empecilhos postos ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado pela proteção dada à indústria nacional contra as importações, pelas estruturas oligopólicas de produção, por algumas diferenças de tratamento entre capitais de origem nacional e estrangeira e pela intervenção do Estado.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> BAPTISTA, Margarida A. C. Política Industrial e Desestruturação Produtiva. In APPY, Bernard et. al. *Crise Brasileira: anos oitenta e Governo Collor*. São Paulo: INCA; DESEP, 1993. p.239.

<sup>29</sup> Cf. BAPTISTA, 1993, p. 241-242.

Ainda segundo a autora, em relação às “medidas de competitividade”, elas foram estabelecidas no Programa de Competitividade Industrial (PCI) e abrangiam três aspectos: estrutural, setorial e empresarial.

Em seu estudo, a autora estabelece uma diferenciação básica entre a natureza das “políticas de competição” – baseadas na abertura comercial – e das “medidas de competitividade” – estabelecidas no PCI. Enquanto as “políticas de competição” surtem efeito a curto prazo, afetando de forma imediata e direta o mercado das empresas, as “medidas de competitividade”, destinadas a diminuir os custos de investimentos e a promover as condições gerais de competitividade do sistema industrial, apresentam resultados apenas a longo prazo. Assim, as “medidas de competitividade” deveriam ser implementadas pelo Governo Federal anteriormente às “políticas de competição”, porém o que ocorreu foi exatamente o contrário. Além disso, é importante assinalar que as “medidas de competitividade” não foram implementadas de forma integral.

Segundo a autora,

A implementação da Pice [Política Industrial e de Comércio Exterior] tem-se restringido, na prática, quase que exclusivamente a uma política de abertura comercial estabelecida pelas ‘políticas de competição’. [...] estas políticas têm como pressuposto básico a convicção de que a pressão competitiva decorrente da abertura do mercado à concorrência externa traria, como resultado, o aumento da competitividade da indústria brasileira.<sup>30</sup>

Finalizando, a autora afirma que a conjugação da política de abertura comercial à política de “estabilização” adotada, caracteristicamente recessiva, levou a indústria brasileira a uma crise sem precedentes (BAPTISTA, 1993, grifo do autor).

Dentro do contexto exposto acima, a indústria têxtil foi um dos setores mais atingidos, devido a diversos fatores, analisados por Célio Hiratuka e Renato de Castro Garcia (1995) no artigo “Impactos da abertura comercial sobre a dinâmica da indústria têxtil brasileira”.

Inicialmente, os autores analisam o cenário internacional, onde pode ser observado um crescimento da concorrência no comércio mundial de produtos têxteis

---

<sup>30</sup> Cf. BAPTISTA, 1993, p. 255, (grifo do autor).

nas últimas décadas, ocasionado pela diminuição relativa na demanda mundial por produtos têxteis e de vestuário, a partir dos anos 70, e também pelo surgimento de novos fornecedores nos países em desenvolvimento no final dos anos 60 e início da década de 70. Alguns países do Sudeste Asiático, especialmente Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan, passaram a se destacar como exportadores de artigos têxteis.

Conforme o estudo de Marcelo C. Barbosa et al. (2004), denominado “Setor de Fibras Sintéticas e Suprimentos de Intermediários Petroquímicos”, a combinação de câmbio competitivo (acompanhando as variações do dólar), elevados subsídios e práticas tarifárias estimuladoras do desenvolvimento, integrou uma estratégia governamental que proporcionou a organização de grandes conglomerados, inicialmente no Japão, posteriormente nos chamados Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e, mais recentemente, em países como a China, Tailândia, Malásia, Indonésia, Índia, Paquistão e Filipinas. Conforme o estudo,

[...] Pode-se dizer que houve no Extremo Oriente, como resultado das diferenças de custos relacionadas às taxas de câmbio e à mão-de-obra, a constituição de uma divisão intra-regional do trabalho no setor têxtil (fibras/fiação, tecidos e confecção), marcada pelo progressivo deslocamento de unidades industriais de transnacionais para ZPEs [zonas de processamento de exportações] de países com taxas de câmbio mais desvalorizadas e menores custos salariais [...]<sup>31</sup>

Retomando o artigo de Célio Hiratuka e Renato de Castro Garcia, diante disso, os países desenvolvidos iniciaram um processo de reorganização da produção têxtil, com a instalação de novas máquinas e a implantação de novas formas de organização produtiva em suas indústrias, buscando compensar, pelo aumento da produtividade, seu custo mais elevado da mão-de-obra. Por sua vez, os países em desenvolvimento também se viram obrigados a incorporar as inovações tecnológicas em seu processo produtivo.

Essas transformações resultaram no aumento da capacidade produtiva mundial - a oferta de fios entre 1980 e 1991 cresceu 30% -, além de alterações nos determinantes tradicionais da competitividade da indústria têxtil, que passou a ser mais

---

<sup>31</sup> BARBOSA, Marcelo C. et al. Setor de Fibras Sintéticas e Suprimento de Intermediários Petroquímicos. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 20, set. 2004, p. 89.

capital–intensiva, devido aos altos custos das novas máquinas, e a empregar uma quantidade muito menor de trabalhadores, devido ao crescimento da produtividade e à eliminação de algumas operações no processo produtivo modernizado.

Frente a este cenário internacional, os autores passam a situar a indústria têxtil brasileira, indicando que seu principal objetivo sempre foi atender ao mercado interno, sendo que o crescimento das exportações esteve sempre relacionado com a redução das vendas no mercado brasileiro. Como já indicado anteriormente, as grandes empresas continuam responsáveis pela maior parte das exportações de artigos têxteis. De uma forma geral, as estratégias direcionadas para melhoria na qualidade e diferenciação dos produtos, bem como a implantação de novas formas de organização produtiva nas indústrias têxteis, eram menos difundidas ainda do que as inovações tecnológicas. As relações interfirmas no setor têxtil também se encontravam muito atrasadas, sendo pouco comum a cooperação entre as empresas. Assim, a indústria têxtil era caracterizada como pouco competitiva, apresentando atraso tecnológico e organizacional, além de grandes dificuldades quanto às relações interfirmas.

Os maiores impactos da política de liberalização comercial implantada a partir de 1990 foram observados sobre as importações do setor têxtil. A tabela a seguir apresenta dados importantes a esse respeito:

TABELA 1.4 – BRASIL: TARIFAS ADUANEIRAS PARA PRODUTOS TÊXTEIS

Produtos	ALÍQUOTAS						
	1986	1988	1990	1991	1992	1993 *	1994 **
Fios de seda	85	50	20	20	20	15	10
Tecidos de seda	105	65	40	40	30	20	15
Lã bruta	30	30	0	0	0	0	0
Fios de lã	65	50	20	20	20	15	10
Tecidos de lã	105	65	40	40	30	20	15
Algodão em pluma	55	10	0	0	0	0	0
Fios de algodão	85	30	20	20	20	20	10
Tecidos de algodão	105	60	40	40	30	20	15
Filamentos art./sint.	55	55	20	20	20	20	20
Fil. de poliuretano ( <i>lycra</i> )	55	55	20	0	0	0	0
Tecidos de filamentos	85	65	40	40	30	30	20
Fibras art./sint.	55	45	20	20	20	15	15
Fios e fibras art./sint.	55	55	20	20	20	20	20
Tecidos de fibras art./sint.	105	65	40	40	30	30	20

\* Alíquotas com vigência antecipada para 01/10/1992.

\*\* Alíquotas com vigência antecipada para 01/07/1993.

Fonte: SINDITÊXTIL/ABIT apud GARCIA, 1993, p. 81.

Sem dúvida alguma, a forte redução das alíquotas<sup>32</sup> de importação sobre os produtos têxteis alterou profundamente a balança comercial têxtil e de confecções do país, como mostrado na tabela seguinte:

<sup>32</sup> Designação dada ao percentual com que determinado tributo incide sobre a coisa tributada.

**TABELA 1.5 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL TÊXTIL E DE CONFECÇÕES EM US\$ 1.000.000**

<b>ANO</b>	<b>EXPORTAÇÃO</b>	<b>IMPORTAÇÃO</b>	<b>SALDO</b>
1975	535	114	421
1980	916	120	796
1985	1.001	72	929
1990	1.248	463	785
1991	1.382	569	813
1992	1.491	535	956
1993	1.382	1.175	207
1994	1.403	1.323	80
1995	1.441	2.286	-845
1996	1.292	2.310	-1.018
1997	1.267	2.416	-1.149
1998	1.113	1.923	-810
1999	1.010	1.443	-433
2000	1.222	1.606	-384
2001	1.306	1.233	73
2002	1.185	1.033	152
2003	1.656	1.061	595

Fonte: ABIT

Em relação às exportações, durante a década de 90 elas apresentaram um declínio, cuja recuperação pode ser observada a partir do ano 2000.

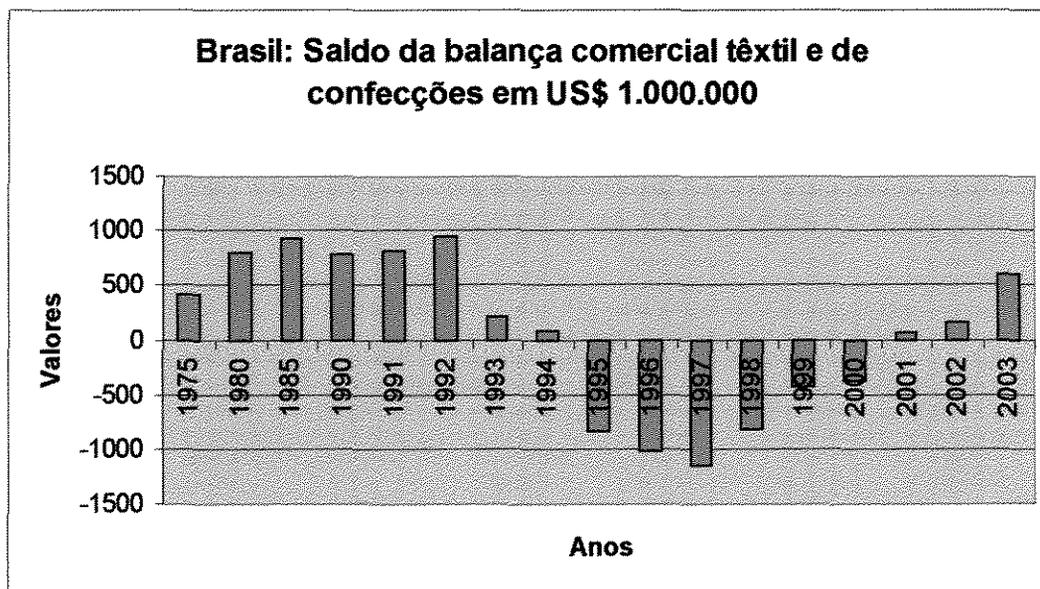
As principais alterações ocorreram nas importações que, a partir de 1990, apresentaram um crescimento forte e constante, atingindo o valor mais elevado em 1997 e, a partir deste ano, apresentaram uma gradual redução.

Segundo o “Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Impactos das zonas de livre comércio – Cadeia Têxtil e Confecções” (2002), o citado período de crescimento das importações, além da influência da política de liberalização comercial, foi favorecido também pelo crescimento do consumo interno e pelo fortalecimento de fornecedores estrangeiros de artigos têxteis de baixo custo, representados por países do Sudeste Asiático, com destaque para Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan. A redução gradual das importações, a partir de 1998, está relacionada à tomada de medidas por parte do Governo Federal e a realização de investimentos

privados, sendo que, a esses fatores deve ser acrescida a desvalorização cambial a partir de 1999 (UNIVERSIDADE, 2002).

Esses dois movimentos foram responsáveis pela alteração na balança comercial têxtil e de confecções do Brasil que, até 1994 era superavitária e, a partir desta data, passa a ser deficitária, sendo que em 1997 foi registrado o maior déficit no valor de US\$ 1.149 milhões. A situação de superávit será recuperada apenas em 2001, mesmo assim com uma pequena diferença no total de US\$ 73 milhões, como mostrado no gráfico a seguir, elaborado a partir dos dados da tabela anterior:

Gráfico 1.1



Fonte dos dados: ABIT

Um estudo realizado por Ana Paula F. Gorini (2000), denominado "Panorama do Setor Têxtil no Brasil e no Mundo: Reestruturação e Perspectivas", indica que a conjugação dos impactos da política de liberalização comercial, do aumento da competição com os produtos importados a partir de 1990 e da estabilização da moeda brasileira, resultando no crescimento do consumo da população de menor renda, possibilitaram a ocorrência de transformações estruturais na indústria têxtil brasileira, entre os quais destacamos:



- Grande concentração produtiva, caracterizando a indústria têxtil atualmente como intensiva no uso de capital, devido à exigência de elevados investimentos para atualização tecnológica e organizacional (este aspecto será analisado no capítulo 2);

- Aumento da relação capital/trabalho, ocasionado pelos elevados investimentos;

- Aumento da participação da região Nordeste na produção têxtil brasileira, estimulada por políticas de incentivos fiscais estabelecidas pela SUDENE e pelo menor custo da mão-de-obra.

Em relação a este último aspecto, o mencionado estudo “Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira” (2000), também considera como um fator de atração das indústrias têxteis para o Nordeste, o baixo custo da energia elétrica nesta região, se comparado ao Centro-Sul. Recentemente, os governos estaduais do Ceará e da Paraíba implantaram programas de incentivos fiscais, conseguindo garantir a instalação de importantes unidades produtivas têxteis.

### 1.3 ESPACIALIZAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DA ATIVIDADE TÊXTIL

A seguir, apresentaremos dados sobre o número de estabelecimentos têxteis existentes nos Estados brasileiros, agrupados por Macro Regiões segundo o IBGE, organizados na tabela 1.6. Antes, porém, é necessário um esclarecimento em relação ao porte dos estabelecimentos. A fonte dos dados referentes a 1960, 1970, 1980 e 1985 foi o Censo Industrial realizado pelo IBGE, abrangendo os estabelecimentos com mais de uma pessoa empregada. Após 1985, não foram mais realizados os Censos Industriais. Para a obtenção dos dados referentes a 1996 e 2000, foi utilizada a Pesquisa Industrial Anual (PIA), também realizada pelo IBGE. Contudo, ela abrange estabelecimentos com mais de trinta pessoas empregadas. Para atenuar essa dificuldade, são apresentadas as porcentagens relativas à participação de cada Estado no total de estabelecimentos têxteis existentes no país no período.

**TABELA 1.6 - BRASIL: Nº DE ESTABELECIMENTOS TÊXTEIS POR ESTADOS E MACRO REGIÕES DO IBGE**

ESTADO/ REGIÃO	1960	%*	1970	%*	1980	%*	1985	%*	1996	%*	2000	%*
ESPÍRITO SANTO	3	0,07%	15	0,2%	19	0,3%	25	0,4%	10	0,6%	10	0,7%
MINAS GERAIS	182	4,2%	294	5,5%	436	7,2%	509	8,8%	140	9,4%	148	11,1%
RIO DE JANEIRO	186	4,3%	330	6,2%	329	5,4%	354	6,1%	62	4,1%	44	3,3%
SÃO PAULO	2149	50,3%	3260	61,2%	3194	53,1%	2504	43,4%	846	57,2%	631	47,5%
<b>SUDESTE</b>		<b>58,9%</b>		<b>73,1%</b>		<b>66%</b>		<b>58,7%</b>		<b>71,3%</b>		<b>62,6%</b>
PARANÁ	43	1%	151	2,8%	198	3,2%	327	5,6%	71	4,8%	59	4,4%
RIO GDE. DO SUL	106	2,4%	292	5,4%	343	5,7%	358	6,2%	44	2,9%	41	3%
STA. CATARINA	137	3,2%	243	4,5%	338	5,6%	433	7,5%	136	9,1%	185	13,9%
<b>SUL</b>		<b>6,6%</b>		<b>12,7%</b>		<b>14,5%</b>		<b>19,3%</b>		<b>16,8%</b>		<b>21,3%</b>
ALAGOAS	272	6,3%	32	0,6%	23	0,3%	15	0,2%	3	0,2%	6	0,4%
BAHIA	104	2,4%	90	1,6%	165	2,7%	201	3,4%	17	1,1%	24	1,8%
CEARÁ	140	3,2%	159	2,9%	224	3,7%	175	3%	41	2,7%	41	3%
MARANHÃO	57	1,3%	34	0,6%	18	0,2%	20	0,3%	2	0,1%	2	0,1%
PARAÍBA	104	2,4%	59	1,1%	321	5,3%	280	4,8%	21	1,4%	21	1,5%
PERNAMBUCO	172	4%	184	3,4%	160	2,6%	127	2,2%	34	2,2%	38	2,8%
PIAUI	497	11,6%	46	0,8%	14	0,2%	11	0,1%	2	0,1%	2	0,1%
RIO GDE. DO NORTE	57	1,3%	67	1,2%	106	1,7%	229	3,9%	12	0,8%	20	1,5%
SERGIPE	39	0,9%	23	0,4%	41	0,6%	27	0,4%	15	1%	13	0,9%
<b>NORDESTE</b>		<b>33,4%</b>		<b>12,6%</b>		<b>17,3%</b>		<b>18,3%</b>		<b>9,6%</b>		<b>12,1%</b>
DISTRITO FEDERAL			3	0,05%	1	0,01%	5	0,08%				
GOIÁS	3	0,07%	9	0,1%	15	0,2%	16	0,2%	12	0,8%	18	1,3%
MATO GROSSO	1	0,02%	6	0,1%			2	0,03%	1	0,06%	13	0,9%
MATO GR. DO SUL					4	0,06%	75	1,3%	4	0,2%	5	0,3%
<b>CENTRO-OESTE</b>		<b>0,09%</b>		<b>0,25%</b>		<b>0,27%</b>		<b>1,61%</b>		<b>1,06%</b>		<b>2,5%</b>
ACRE												
AMAPÁ												
AMAZONAS	12	0,2%	7	0,1%	30	0,4%	30	0,5%	3	0,2%	3	0,2%
PARÁ	6	0,1%	15	0,2%	27	0,4%	35	0,6%	3	0,2%	4	0,3%
RONDÔNIA					1	0,01%						
RORAIMA												
TOCANTINS												
<b>NORTE</b>		<b>0,3%</b>		<b>0,3%</b>		<b>0,81%</b>		<b>1,1%</b>		<b>0,4%</b>		<b>0,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4270</b>		<b>5319</b>		<b>6007</b>		<b>5758</b>		<b>1479</b>		<b>1328</b>	

Fonte dos dados: IBGE - Censo Industrial de 1960, 1970, 1980 e 1985 - Empresas com mais de 1 empregado

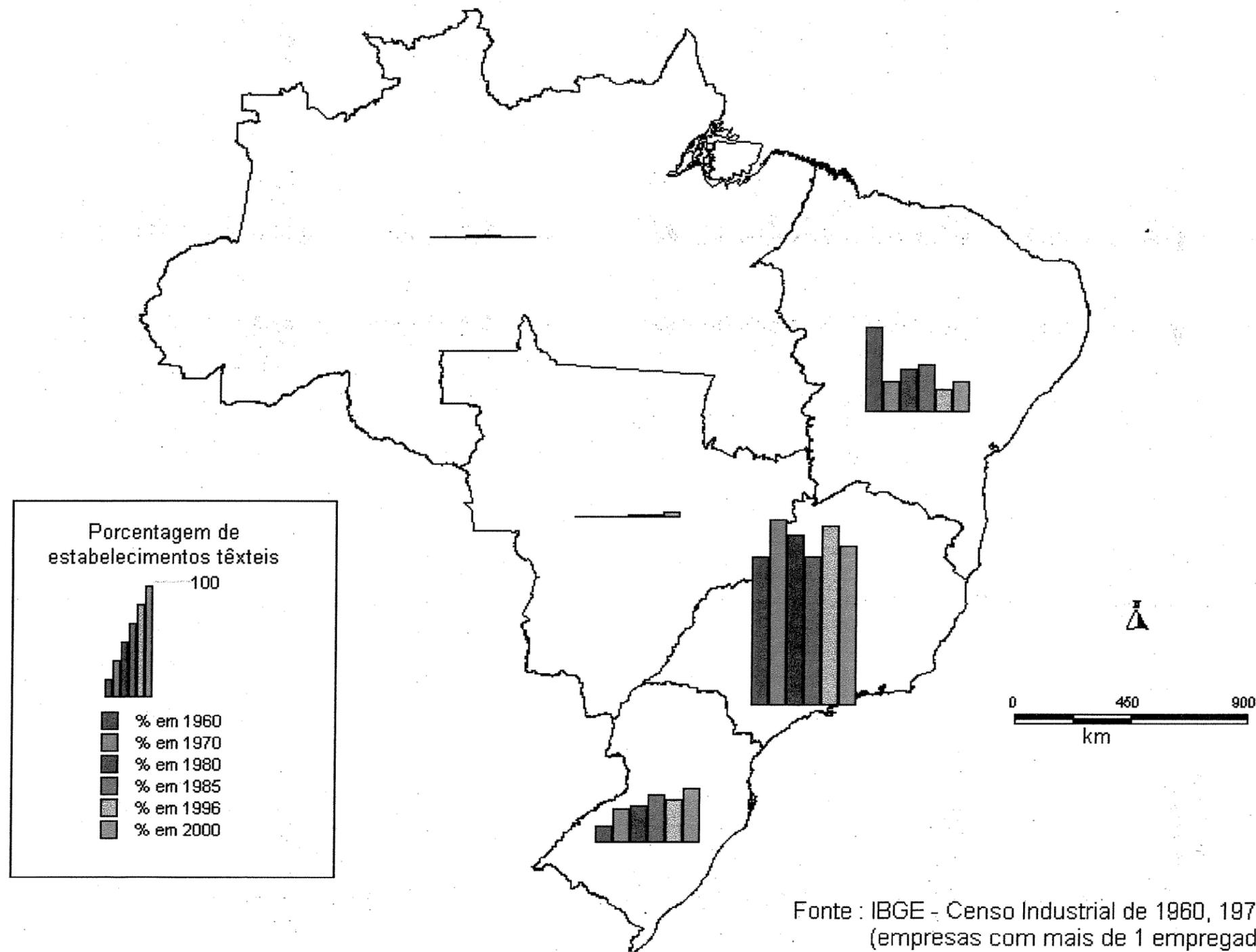
IBGE - Pesquisa Industrial Anual (PIA) 1996 e 2000 - Empresas com mais de 30 empregados

\* As porcentagens apresentadas se referem ao total de estabelecimentos têxteis existentes no país no período. Os dados referentes a 1985 foram obtidos através de uma tabulação especial elaborada pelo Departamento de Indústria do IBGE do Rio de Janeiro.

A partir dos dados da tabela 1.6, elaboramos o mapa a seguir, baseado na divisão do Brasil em Macro Regiões segundo o IBGE, com a porcentagem de estabelecimentos têxteis existentes em cada uma delas, em relação ao total do país, para os anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1996 e 2000.

Mapa 1.1

### Brasil - Porcentagem de estabelecimentos têxteis por Macro Regiões do IBGE.



Fonte : IBGE - Censo Industrial de 1960, 1970, 1980 e 1985.  
(empresas com mais de 1 empregado).  
IBGE - Pesquisa Industrial Anual (PIA) 1996 e 2000.  
(empresas com mais de 30 empregados).



A análise conjunta da tabela 1.6 e do mapa 1.1 mostra situações diferenciadas para cada uma das Macro Regiões.

A Macro Região Sudeste destaca-se por apresentar continuamente as maiores porcentagens de estabelecimentos têxteis em relação ao total existente no país entre 1960 e 2000. Em 1960, possuía 58,9% dos estabelecimentos, sendo que em 2000 alcança 62,6%, com variações no decorrer do período analisado.

A Macro Região Sul apresenta um crescimento nas porcentagens de estabelecimentos têxteis durante o período, exceto no ano de 1996, quando ela foi de 16,8%, estando um pouco abaixo daquela verificada em 1985 (19,3%).

No Centro-Oeste, observa-se uma recente tendência ao crescimento das porcentagens, especialmente em relação a 2000, quando atingiu 2,5%.

Em relação à Macro Região Nordeste, pode ser observada, de forma geral, uma redução nas porcentagens de estabelecimentos têxteis. Houve uma forte queda da mesma entre 1960 e 1970, seguida de uma lenta retomada até 1985, ocorrendo novamente uma diminuição em 1996 e uma pequena recuperação em 2000. No período como um todo, as porcentagens declinaram de 33,4% em 1960 para 12,1% em 2000.

Finalmente, a Macro Região Norte apresenta uma participação não significativa em relação ao aspecto analisado.

Considerando-se as mesmas observações feitas para os dados da tabela 1.6, elaboramos a tabela 1.7, com o número de municípios de cada Estado e Macro Região do IBGE com presença de estabelecimentos têxteis no país:

**TABELA 1.7 - BRASIL: Nº DE MUNICÍPIOS COM ESTABELECIMENTOS TÊXTEIS POR ESTADOS E MACRO REGIÕES DO IBGE**

ESTADO/ REGIÃO	1960	%*	1970	%*	1980	%*	1985	%*	1996	%*	2000	%*
ESPÍRITO SANTO	2	0,3%	7	0,9%	9	1,1%	8	1%	7	1,9%	7	1,8%
MINAS GERAIS	67	11,3%	78	11%	97	12,6%	86	11,6%	55	15,3%	65	17,1%
RIO DE JANEIRO	13	2,2%	19	2,6%	29	3,7%	28	3,8%	18	5%	12	3,1%
SÃO PAULO	157	26,6%	182	25,7%	183	23,9%	179	24,3%	111	31%	111	29,2%
<b>SUDESTE</b>		<b>40,4%</b>		<b>40,2%</b>		<b>41,3%</b>		<b>40,7%</b>		<b>53,2%</b>		<b>51,2%</b>
PARANÁ	17	2,8%	46	6,5%	62	8,1%	85	11,5%	30	8,3%	29	7,6%
RIO GDE. DO SUL	33	5,5%	65	9,2%	71	9,2%	88	11,9%	20	5,5%	21	5,5%
STA. CATARINA	40	6,7%	51	7,2%	57	7,4%	49	6,6%	34	9,4%	39	10,2%
<b>SUL</b>		<b>15%</b>		<b>22,9%</b>		<b>24,7%</b>		<b>30%</b>		<b>23,2%</b>		<b>23,3%</b>
ALAGOAS	15	2,5%	14	1,9%	10	1,3%	6	0,8%	3	0,8%	5	1,3%
BAHIA	38	6,4%	36	5%	42	5,4%	47	6,3%	10	2,8%	9	2,3%
CEARÁ	48	8,1%	44	6,2%	50	6,5%	37	5%	12	3,3%	8	2,1%
MARANHÃO	17	2,8%	17	2,4%	12	1,5%	6	0,8%	2	0,5%	2	0,5%
PARAÍBA	33	5,5%	30	4,2%	32	4,1%	32	4,3%	8	2,2%	10	2,6%
PERNAMBUCO	42	7,1%	43	6%	40	5,2%	32	4,3%	19	5,3%	20	5,2%
PIAUI	15	2,5%	16	2,2%	7	0,9%	3	0,4%	2	0,5%	2	0,5%
RIO GDE. DO NORTE	25	4,2%	27	3,8%	29	3,7%	17	2,3%	6	1,6%	6	1,5%
SERGIPE	20	3,3%	12	1,6%	12	1,5%	7	0,9%	7	1,9%	7	1,8%
<b>NORDESTE</b>		<b>42,4%</b>		<b>33,3%</b>		<b>30,1%</b>		<b>25,1%</b>		<b>18,9%</b>		<b>17,8%</b>
DISTRITO FEDERAL			1	0,1%	1	0,1%	1	0,1%				
GOIÁS	2	0,3%	5	0,7%	8	1%	4	0,5%	6	1,6%	11	2,9%
MATO GROSSO	1	0,1%	5	0,7%			1	0,1%	1	0,2%	9	2,3%
MATO GR. DO SUL					3	0,3%	8	1%	3	0,8%	4	1%
<b>CENTRO-OESTE</b>		<b>0,4%</b>		<b>1,5%</b>		<b>1,4%</b>		<b>1,7%</b>		<b>2,6%</b>		<b>6,2%</b>
ACRE												
AMAPÁ												
AMAZONAS	2	0,3%	3	0,4%	5	0,6%	4	0,5%	1	0,2%	1	0,2%
PARÁ	3	0,5%	5	0,7%	5	0,6%	8	1%	3	0,8%	1	0,2%
RONDÔNIA					1	0,1%						
RORAIMA												
TOCANTINS												
<b>NORTE</b>		<b>0,8%</b>		<b>1,1%</b>		<b>1,3%</b>		<b>1,5%</b>		<b>1%</b>		<b>0,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>590</b>		<b>706</b>		<b>765</b>		<b>736</b>		<b>358</b>		<b>379</b>	

Fonte dos dados: IBGE - Censo Industrial de 1960, 1970, 1980 e 1985 - Empresas com mais de 1 empregado

IBGE - Pesquisa Industrial Anual (PIA) 1996 e 2000 - Empresas com mais de 30 empregados

\* As porcentagens apresentadas se referem ao total de municípios brasileiros com estabelecimentos têxteis no período. Os dados referentes a 1985 foram obtidos através de uma tabulação especial elaborada pelo Departamento de Indústria do IBGE do Rio de Janeiro.

## 1.4 ARENA E ÁREA DA PRODUÇÃO TÊXTIL

Neste ponto, a partir de uma análise conjunta das tabelas 1.6 e 1.7, podemos apontar algumas situações:

- Os Estados do Maranhão e do Piauí apresentaram uma redução tanto na porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país como na porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- Os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte apresentaram alternância entre redução e crescimento da porcentagem de estabelecimentos têxteis existentes, sendo que a observação do conjunto indica a manutenção da porcentagem de estabelecimentos, com variações ao longo do período; em ambos, houve uma redução na porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- A Bahia apresentou uma alternância entre redução e crescimento da porcentagem de estabelecimentos têxteis existentes, sendo que a observação do conjunto indica uma redução quando se compara as porcentagens referentes a 1960 (2,4%) e 2000 (1,8%), com variações ao longo do período; observa-se uma diminuição na porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- Em Pernambuco a porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país sofreu uma redução até 1996, seguida de um pequeno crescimento; também houve uma redução na porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- No Amazonas e no Pará a porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país apresentou um crescimento até 1980, com posterior redução; em relação aos municípios, houve uma diminuição na porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis em ambos os Estados;

- Em Sergipe houve uma alternância entre redução e crescimento da porcentagem de estabelecimentos têxteis existentes, sendo que a observação do conjunto indica a manutenção da porcentagem de estabelecimentos, com variações ao longo do período; neste Estado, observa-se uma redução na porcentagem de

municípios com estabelecimentos têxteis até 1980, com um pequeno crescimento a partir de 1996;

- Em Alagoas foi registrada uma redução na porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país de 1960 a 1996, com um pequeno crescimento em 2000, situação semelhante no que se refere à porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- Na Paraíba foi observada uma alternância entre redução e crescimento da porcentagem de estabelecimentos têxteis existentes, sendo que a observação do conjunto indica uma redução quando se compara as porcentagens referentes a 1960 (2,4%) e 2000 (1,5%), com variações no decorrer do período; houve uma redução no número de municípios com estabelecimentos têxteis de 1960 a 1996, com um pequeno aumento em 2000;

De uma forma geral, os dados relativos a esse primeiro conjunto de Estados acima citados indicam a diminuição da arena de produção, que está ligada à ampliação da área de produção.

A diminuição da arena de produção significa a diminuição numérica dos locais de realização do processo produtivo propriamente dito, onde se observa um elevado grau de especialização e eficiência, enquanto que a ampliação da área de produção se refere à expansão da abrangência espacial das ligações com as demais instâncias relacionadas à produção (como, por exemplo, as áreas fornecedoras de matérias-primas), à circulação e ao consumo das mercadorias produzidas. A diminuição da arena e a ampliação da área de produção estão relacionadas à organização dos circuitos espaciais produtivos e aos conseqüentes círculos de cooperação que se instalam a partir deles, através dos quais podemos observar o uso diferenciado de partes do território pelas empresas, instituições e indivíduos, apoiado nas tecnologias da informação (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

- Os Estados do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina apresentaram tanto um crescimento na porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país como um aumento na porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- O Rio Grande do Sul apresentou um crescimento na porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país até 1980, seguido de uma redução, situação semelhante no que se refere à porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- O Paraná apresentou um crescimento na porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país até 1996, seguida de uma redução em 2000, o mesmo ocorrendo no que se refere à porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis;

- O Estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento na porcentagem relativa à sua participação no total de estabelecimentos têxteis do país até 1970, seguido de uma redução e a porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis também registrou um crescimento até 1996, seguido de uma redução em 2000;

- O Estado de São Paulo apresentou uma alternância entre redução e crescimento da porcentagem de estabelecimentos têxteis existentes, sendo que a observação do conjunto indica uma redução quando se compara as porcentagens referentes a 1960 (50,3%) e 2000 (47,5%), com a presença de variações ao longo do período; houve um crescimento na porcentagem de municípios com estabelecimentos têxteis neste Estado.

Os dados referentes a esse segundo conjunto de Estados, indicam, de uma forma geral, uma maior concentração da produção têxtil.

Mais especificamente em relação aos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, eles indicam uma expansão da denominada Região Concentrada. O conceito de Região Concentrada engloba os Estados do Sul e do Sudeste do país, onde se concentram a disponibilidade e o uso da técnica, da ciência e da informação. Esta concentração permite o aumento da produtividade, caracterizada como a redução do tempo de produção de maiores quantidades de mercadorias em áreas mais reduzidas.

Segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira,

Ao mesmo tempo que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, portos, silos, etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos, sementes, adubos etc.), aumenta também a necessidade de movimento. Crescem assim o número e a importância dos fluxos, sobretudo a circulação de dinheiro. Mas esses fluxos multiplicam-se com mais intensidade dentro da Região Concentrada, onde a divisão do trabalho é extrema e a vida de relações assume especial relevo.<sup>33</sup>

Segundo o referido estudo “Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira” (2000), em relação aos Estados de Minas Gerais e Santa Catarina, há que se destacar a implantação de programas de fomento e desenvolvimento da indústria têxtil pelos governos estaduais, no decorrer da década de 90, o que colaborou com o desempenho apresentado.

Na década de 90, a implantação de propostas neoliberais acarretou profundas transformações na economia, que atingiram especialmente alguns circuitos espaciais produtivos, entre eles, o têxtil. Com a abertura do mercado brasileiro às importações e o surgimento de um quadro de concorrência no mercado têxtil brasileiro, para o qual as empresas não estavam preparadas, ocorreu uma grave crise na produção têxtil. A falta de investimentos na modernização produtiva era um aspecto comum na maioria das empresas desse circuito produtivo, principalmente nas de pequeno e médio porte. Com a instalação da concorrência, a maior parte das empresas que não tiveram condições de investir no aprimoramento de seu processo produtivo, não resistiram e encerraram suas atividades.

Frente a esta situação, os grandes grupos, de capital nacional ou externo, atuantes no circuito espacial produtivo têxtil encontraram condições favoráveis para expandir suas atividades e o que se observou foi um aumento na concentração produtiva.

Na seqüência, e novamente levando-se em consideração as mesmas observações feitas para os dados da tabela 1.6, são apresentados mapas com a distribuição espacial do número de estabelecimentos têxteis pelos municípios brasileiros nos períodos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1996 e 2000. Em todos eles, os

---

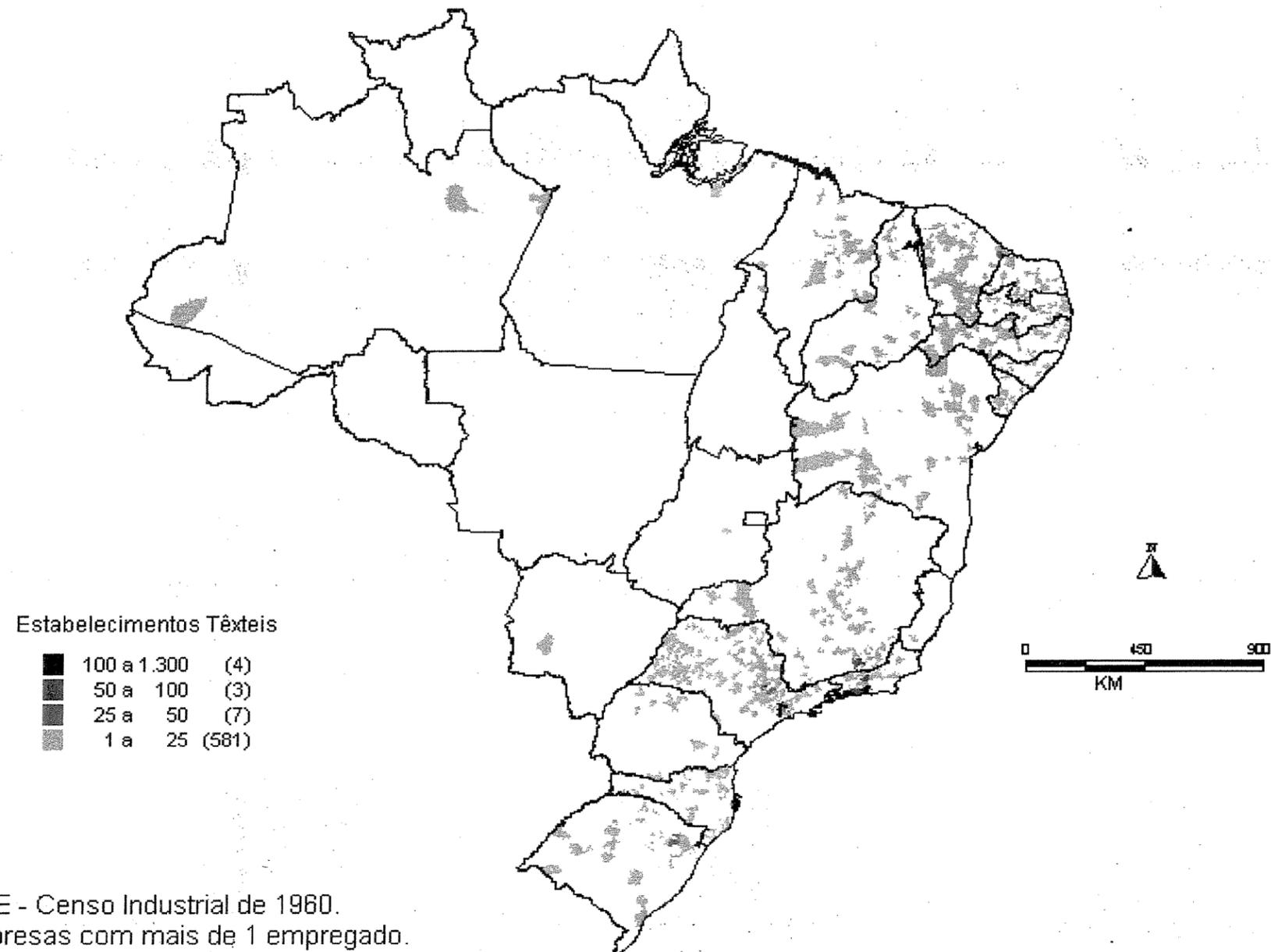
<sup>33</sup> Cf. SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 270.

números entre parênteses referem-se ao total de municípios que possuem instalados em seu território uma certa quantidade de estabelecimentos têxteis, situada entre o intervalo especificado pela cor da legenda.



Mapa 1.2

### Brasil 1960 - Número de Estabelecimentos Têxteis por Município

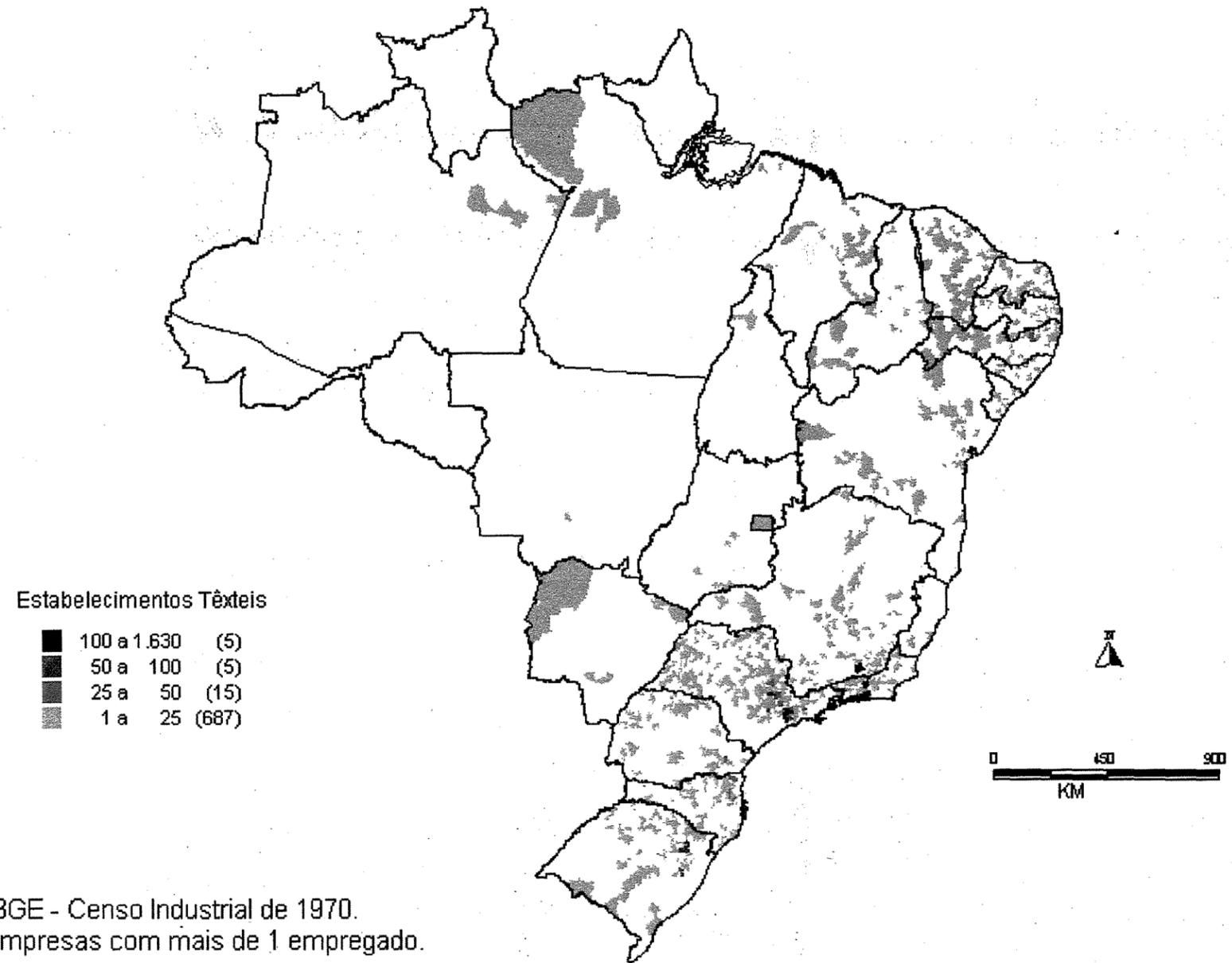


Fonte dos dados: IBGE - Censo Industrial de 1960.  
Empresas com mais de 1 empregado.



Mapa 1.3

### Brasil 1970 - Número de Estabelecimentos Têxteis por Município

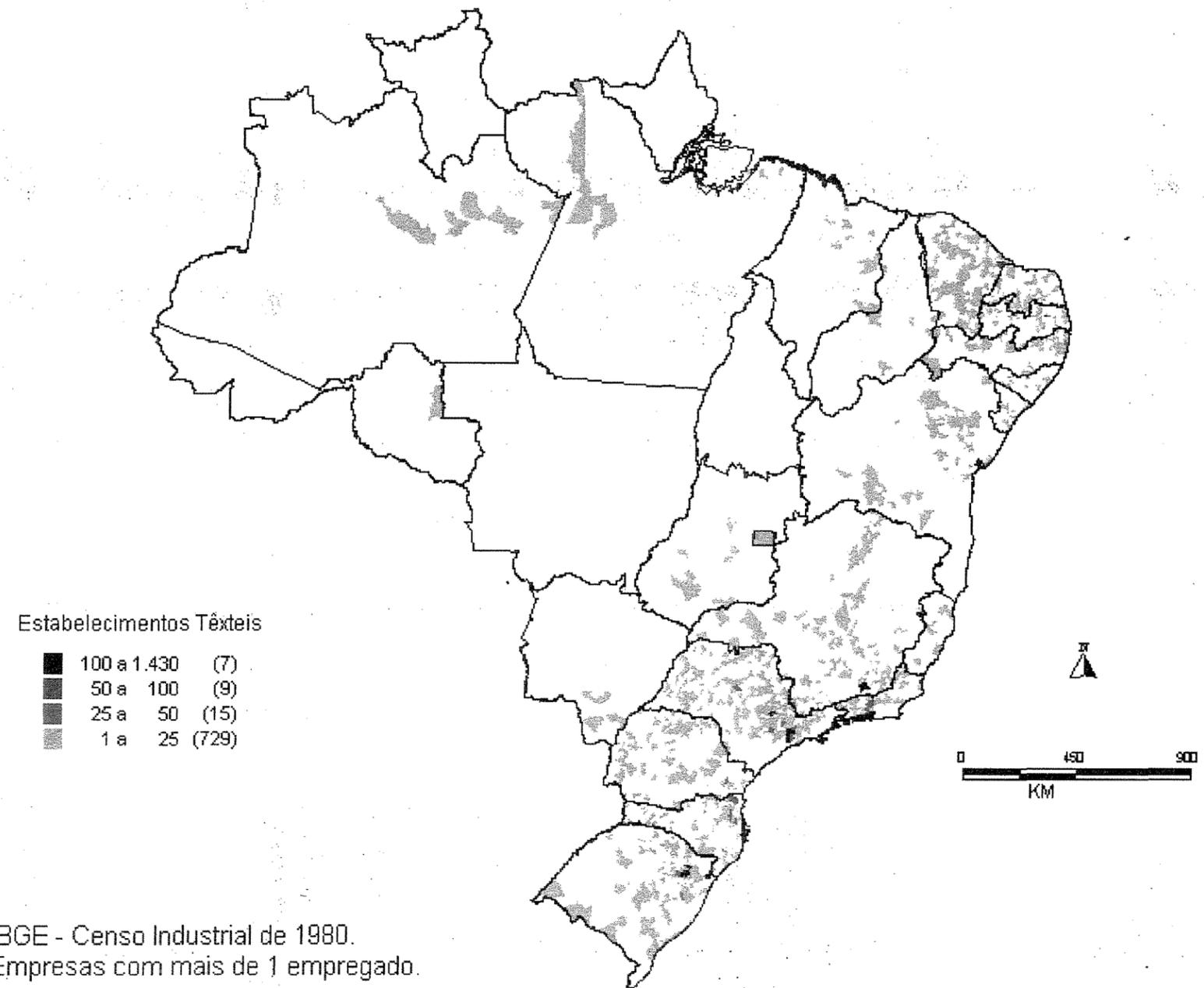


Fonte dos dados: IBGE - Censo Industrial de 1970.  
Empresas com mais de 1 empregado.



Mapa 1.4

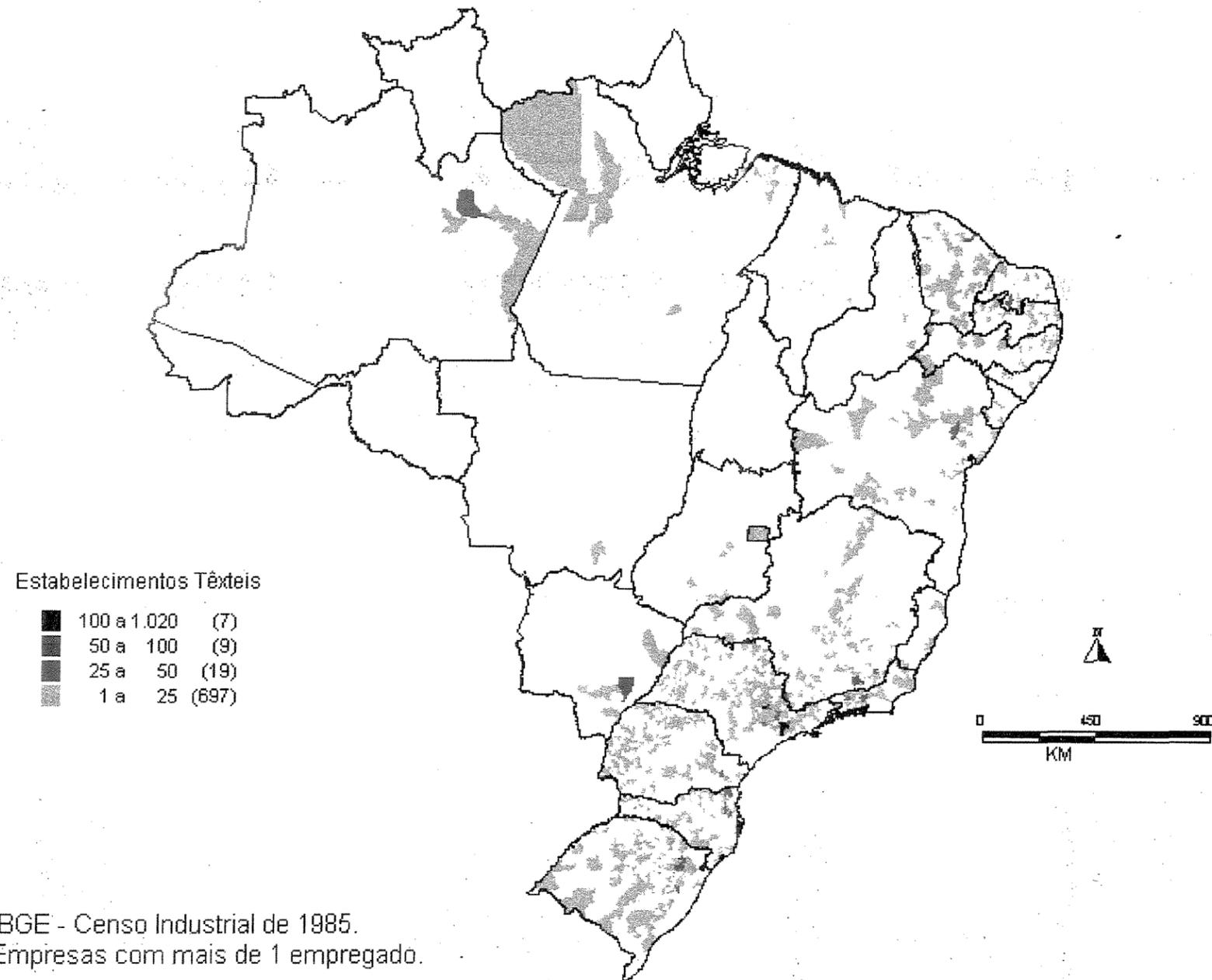
### Brasil 1980 - Número de Estabelecimentos Têxteis por Município





Mapa 1.5

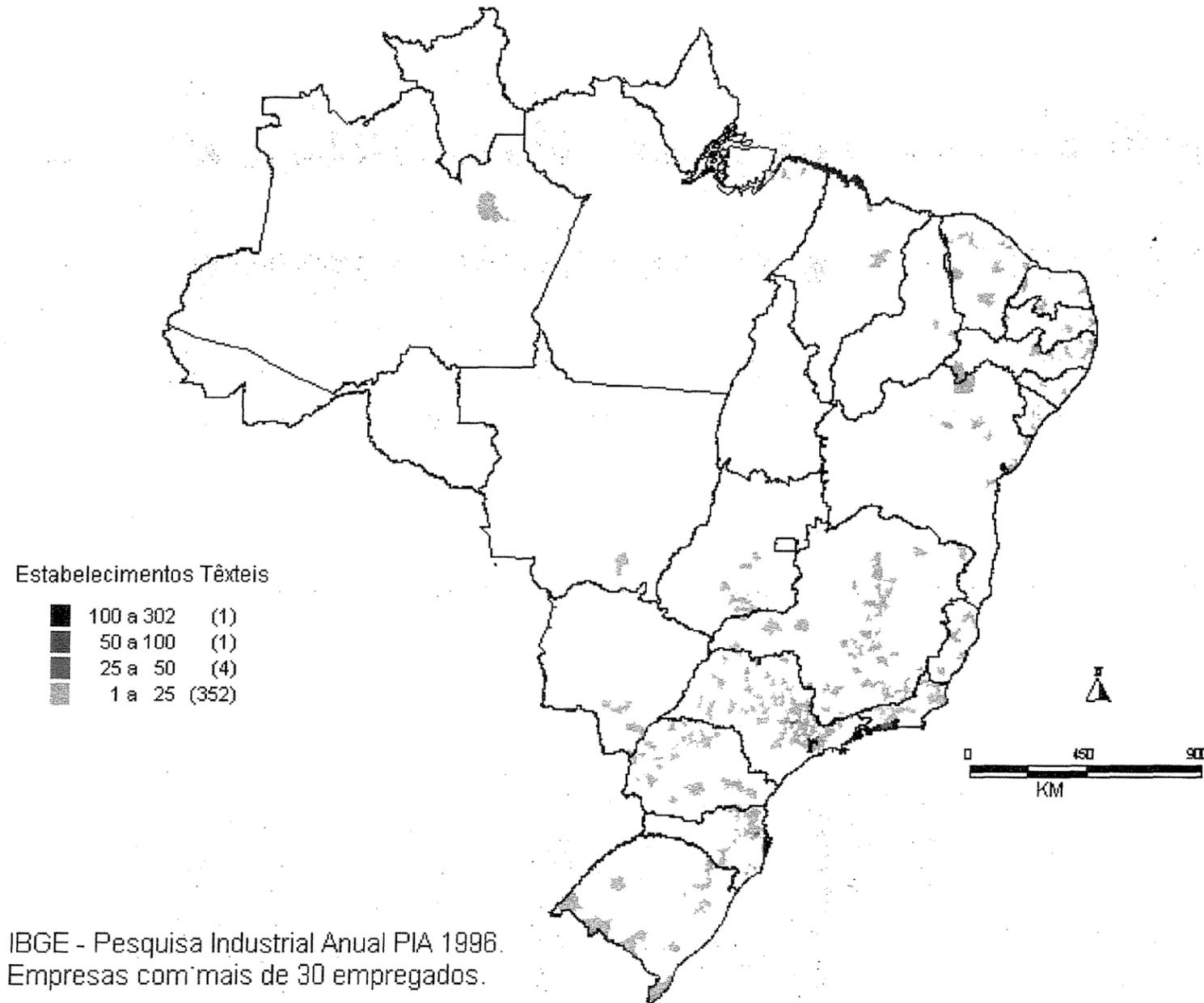
### Brasil 1985 - Número de Estabelecimentos Têxteis por Município





Mapa 1.6

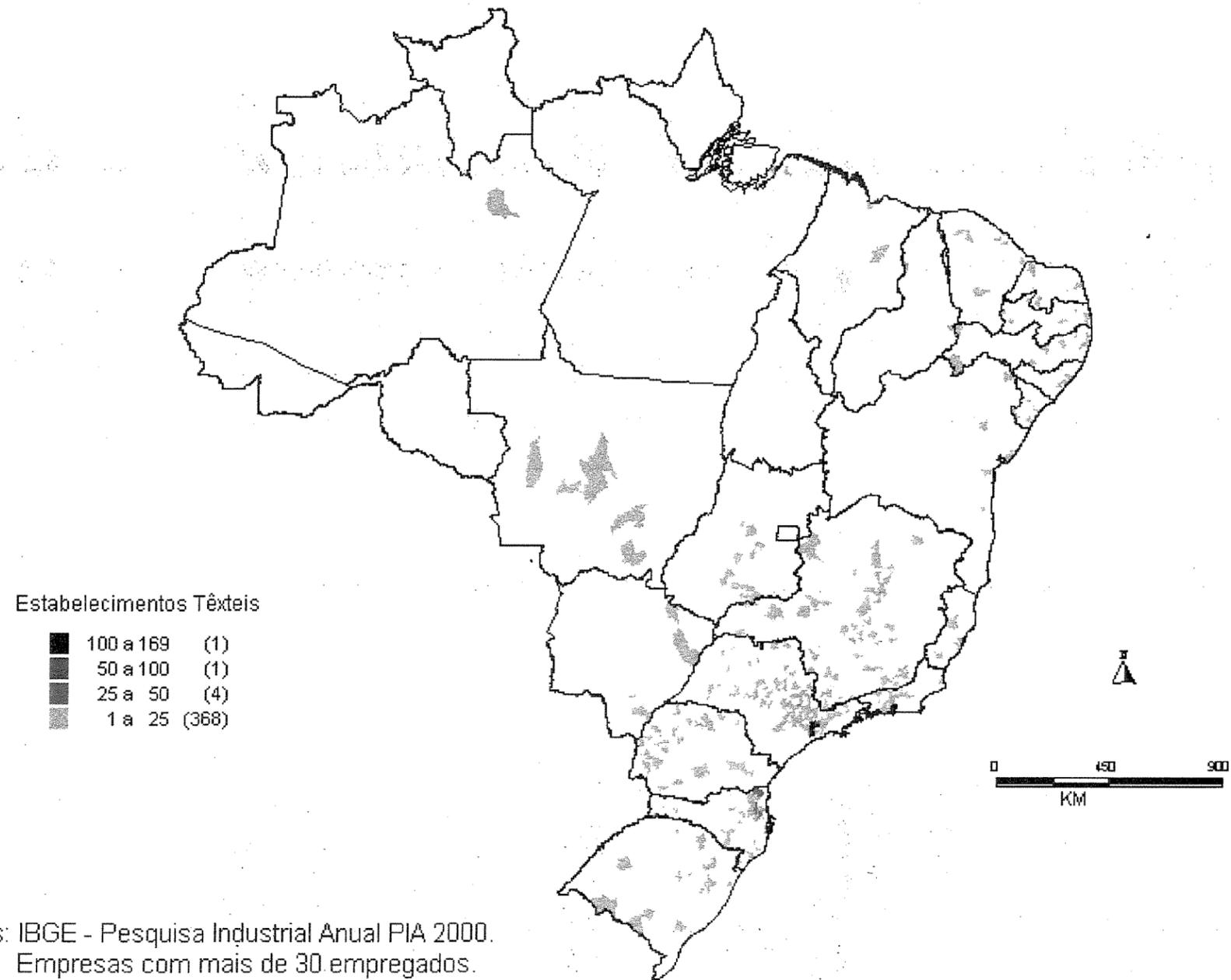
### Brasil 1996 - Número de Estabelecimentos Têxteis por Município





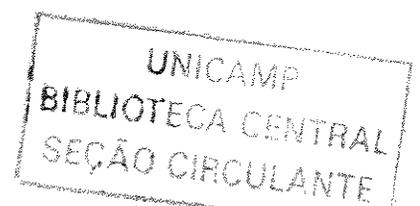
Mapa 1.7

### Brasil 2000 - Número de Estabelecimentos Têxteis por Município





**CAPÍTULO 2**  
**DIVISÃO TÉCNICA DA PRODUÇÃO TÊXTIL E ATUAÇÃO DAS**  
**GRANDES EMPRESAS**





## 2.1 FIAÇÃO, TECELAGEM PLANA, MALHARIA E ACABAMENTO/BENEFICIAMENTO

O conceito de indústria têxtil, utilizado no presente estudo, engloba uma seqüência de complexos e diversificados processos industriais interligados entre si, realizados pelas empresas produtoras de fibras e filamentos, fiações, tecelagens planas, malharias e empresas de acabamento/beneficiamento, para a obtenção do produto final.

A obtenção dos fios têxteis, a partir de fibras<sup>34</sup> (naturais ou químicas) ou filamentos<sup>35</sup> (apenas de origem química), é realizada nas fiações.

As fibras naturais possuem origem animal, como a lã e a seda, ou vegetal, como o linho, o rami, a juta, o sisal, e o algodão, com destaque para este último.

Um estudo de Luiz L. Romero et al. (1995a), denominado “Fibras Artificiais e Sintéticas”, indica que as fibras químicas (assim como os filamentos químicos), a partir de sua origem, podem ser classificadas em dois tipos: artificiais e sintéticas. As fibras artificiais são produzidas a partir da transformação química da celulose, extraída geralmente da pasta de madeira ou do línter de algodão<sup>36</sup>, sendo as mais conhecidas o raiom viscose e o raiom acetato. As fibras sintéticas são produzidas a partir de resinas derivadas do petróleo, fornecidas pela indústria petroquímica. Entre as fibras sintéticas mais utilizadas na produção têxtil, estão o poliéster, o polipropileno, a poliamida (ou náilon), o acrílico e o elastano (ou *lycra*).

Segundo os mesmos autores, deve-se destacar que não há fibra, natural ou química, que, isoladamente, consiga corresponder a todas as exigências da produção têxtil; assim, é comum a mistura de ambas, especialmente o algodão, o que confere melhor resistência, durabilidade e apresentação.

Os fios têxteis são utilizados em diferenciados processos industriais que resultam na produção de tecidos planos e tecidos de malha. Na tecelagem plana, o tecido é

---

<sup>34</sup> Substância filamentosa que pode ser fiada e tecida.

<sup>35</sup> Fibra têxtil contínua de comprimento ilimitado.

<sup>36</sup> Fibra curta restante na semente do algodão após o descaroçamento.

formado por um conjunto de fios paralelos no sentido longitudinal, denominado urdume, e por fios inseridos no sentido transversal, chamados de trama, que são cruzados em ângulo reto. Nas malharias, um único conjunto de fios é ligado através de laçadas, dando flexibilidade e elasticidade ao produto final (ROMERO et al., 1995b).

Segundo um artigo de Maria Adelina Pereira (2004), existe ainda uma outra categoria, denominada têxteis técnicos:

Por definição, Têxteis Técnicos são materiais constituídos de matérias-primas na forma de fibras, fios, filamentos entre outros, nos mais diferentes arranjos – flocos, fios, cabos, tecidos, não tecidos – para aplicações que necessitam performance bem determinada, visando praticidade, segurança, economia e durabilidade definida (exceto os têxteis que são utilizados em moda, cama, mesa e banho).<sup>37</sup>

Os têxteis técnicos possuem variadas aplicações: coberturas, embalagens, filtração, roupas de segurança, calçados, infláveis, etc. Os não tecidos, pertencentes a esta categoria, são agrupamentos de camadas de fibras ou filamentos, elaborados por processo mecânico, químico ou térmico, ou ainda pela combinação destes. São exemplos de não tecidos: feltros, mantas de isolamento acústico, material para fraldas descartáveis, entre outros.

Na etapa de acabamento/beneficiamento, os tecidos planos ou as malhas passam por diversas operações, que se resumem à retirada de impurezas, tingimento e estampagem. Finalmente, os diversos tipos de artigos têxteis produzidos são destinados principalmente às confecções, onde serão transformados em peças de vestuário, artigos de cama, mesa e banho, cortinas, etc.

Os segmentos do setor têxtil, apresentados sucintamente, são formados por empresas com aspectos extremamente heterogêneos, no que se refere ao porte, realização de investimentos na modernização dos processos de produção, produtividade, escala de produção, mão-de-obra empregada, idade média das máquinas e equipamentos, realização de investimentos em tecnologia, destinação da produção, origem do capital, entre outros.

---

<sup>37</sup> PEREIRA, Maria Adelina. Têxteis Técnicos: um segmento em expansão. *Revista Têxtil*, São Paulo, ano LXXII, n. 671, mar. 2004, p. 64.

Retomando o estudo de Vera Helena Thorstensen (1985), ela afirma que existem inúmeros fatores determinantes e condicionantes das características da produção têxtil, concedendo-lhe uma especificidade própria. A autora analisa sete fatores – processo produtivo, número de empresas, absorção de mão-de-obra, desenvolvimento tecnológico, regionalização da produção, dependência intersetorial e dependência do mercado consumidor –, dentre os quais, destacaremos os dois últimos.

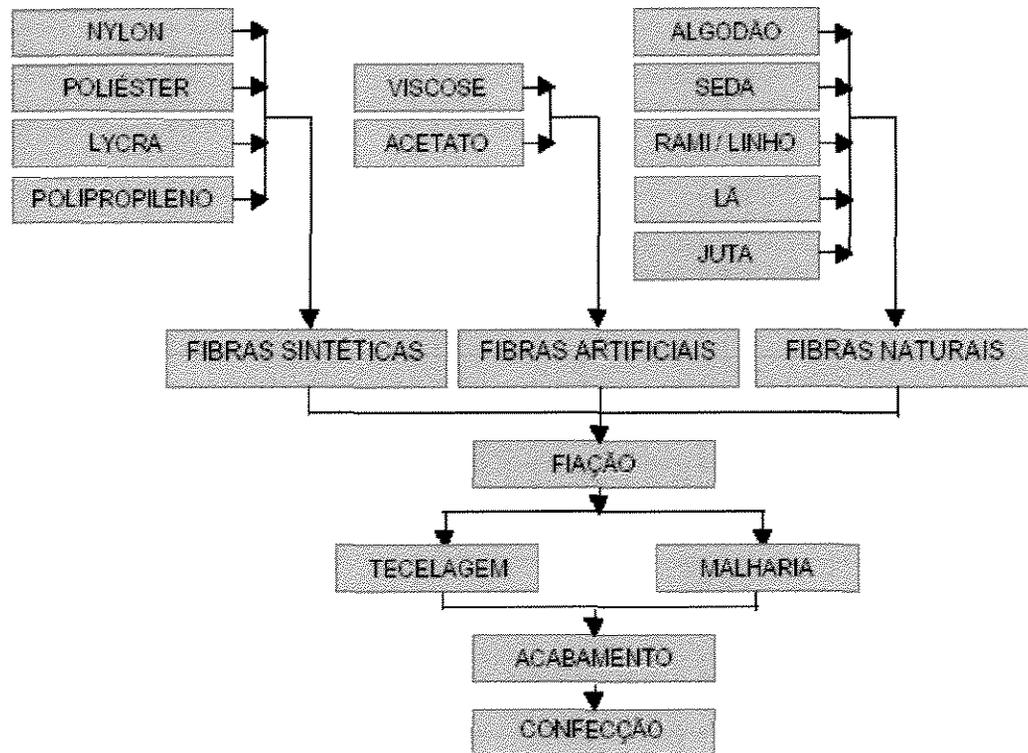
Em relação à dependência intersetorial, a autora se refere ao fornecimento das matérias-primas para a produção têxtil, dependente de três setores diferentes da economia – o agropecuário, fornecedor das fibras naturais; o químico, fornecedor das fibras artificiais; o petroquímico, fornecedor das fibras sintéticas –, com seus ciclos próprios de expansão e retração, que refletem diretamente na produção têxtil. Dessa forma, existe a interferência da política agropecuária governamental, das variações do mercado internacional de fibras naturais e químicas, além da política do mercado internacional do petróleo.

Quanto à dependência do mercado consumidor de produtos têxteis, esse é um mercado variado. Parte dele corresponde ao público consumidor em geral, cujo poder aquisitivo depende das taxas inflacionárias e do controle do crédito. Outra parte é representada pelas confecções, que seguem tendências internacionais da moda quanto a tecidos, cores e estilos. Fazem parte dele as próprias tecelagens, ao definirem os tipos de fibras e a mistura de fios naturais com os químicos. E ainda as fiações, dependentes da produção agropecuária (no caso das fibras naturais) e da política de oferta de matérias-primas químicas ou petroquímicas (no caso das fibras artificiais e sintéticas) fornecidas principalmente por multinacionais ou importadas. Dessa forma, a ocorrência de problemas em um desses segmentos de mercado pode abalar todos os demais envolvidos.

Na seqüência, apresentamos um quadro com a divisão técnica da produção têxtil:



Quadro 2.1 - Divisão Técnica da Produção Têxtil



Fonte: ANÁLISE ... 2000

Segundo o Primeiro Relatório do Setor Têxtil Brasileiro, elaborado pelo Instituto de Estudos e *Marketing* Industrial (IEMI) (2001, p. 46 apud UNIVERSIDADE, 2002, p.4):

[...] a cadeia têxtil pode ser segmentada em três grandes segmentos industriais, cada um com níveis muito distintos de escala. São o segmento fornecedor de fibras e filamentos químicos que, junto com o de fibras naturais (setor agropecuário), produz matérias-primas básicas que alimentam as indústrias do setor de manufaturados têxteis (fios, tecidos e malhas) e da confeção de bens acabados (vestuário, linha lar etc).<sup>38</sup>

Ainda conforme o referido relatório, no ano 2000, as empresas produtoras de fibras e filamentos químicos têxteis no país, empregavam, em média, 600 funcionários, sendo, portanto, definidas como grandes empresas, enquanto que as produtoras de fios, tecidos e malhas utilizavam a mão-de-obra de 103 empregados, em média, consti-

<sup>38</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Economia. Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil*. Impactos das zonas de livre comércio: Cadeia Têxtil e Confeções. UNICAMP, IE, NEIT, MDIC, MCT, FINEP. (Nota Técnica Final) Campinas, 2002, p. 4 (grifo do autor).



tuindo-se em empresas de porte intermediário.<sup>39</sup>

Com o objetivo de subsidiar a compreensão sobre a reestruturação recente da indústria têxtil no Brasil, passaremos a analisar estatísticas elaboradas pelo IEMI para o período entre 1991 e 2001.

### 2.1.1 Fiação

Primeiramente, são apresentados os dados relativos à fiação:

---

<sup>39</sup> Não faremos referência às empresas de confecções, pois não pertencem ao âmbito deste trabalho.

**TABELA 2.1 - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO POR PORTE DAS EMPRESAS DE FIAÇÃO**

Porte	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Pequenas</b>											
Nº de Fábricas	27	28	29	28	4	4	4	3	0	0	0
Mão de Obra direta	640	659	652	658	105	93	99	79	0	0	0
Produção - tons	2.769	3.491	3.967	3.853	600	594	547	600	0	0	0
<b>Médias</b>											
Nº de Fábricas	809	855	817	805	421	393	350	272	247	222	194
Mão de Obra direta	97.922	93.632	84.258	84.311	51.231	45.357	39.795	32.478	34.487	34.390	24.470
Produção - tons	436.143	559.432	576.890	553.215	345.183	341.654	314.770	345.070	289.999	360.980	325.068
<b>Grandes</b>											
Nº de Fábricas	287	108	109	108	236	220	196	152	142	138	166
Mão de Obra direta	100.501	36.370	34.645	38.823	56.327	50.054	45.155	37.104	38.903	41.353	50.185
Produção - tons	686.518	680.091	727.549	716.647	726.131	718.707	662.155	722.977	919.887	1.093.869	985.042
<b>Total</b>											
Nº de Fábricas	1.123	991	955	941	661	617	550	427	389	360	360
Mão de Obra direta	199.063	130.661	119.555	123.792	107.663	95.504	85.049	69.661	73.390	75.743	74.655
Produção - tons	1.125.430	1.243.014	1.308.406	1.273.715	1.071.914	1.060.955	977.472	1.068.647	1.209.886	1.454.849	1.310.110

Notas: (1) pequenas até 30 funcionários empregados diretamente na produção

(2) médias entre 31 e 200 funcionários

(3) grandes acima de 200 funcionários

Fonte: IEMI

De forma geral, observa-se uma redução no número de fiações de todos os portes, em especial das médias e pequenas, chegando até mesmo ao desaparecimento destas últimas, a partir de 1999. Observa-se, no final do período analisado, que a quantidade de fiações se encontra praticamente dividida entre empresas de porte médio e grande, porém a maior parte da produção é realizada por aquelas de grande porte.

Fazendo uma comparação entre os dados apresentados para as médias e as grandes empresas, em relação à quantidade de mão-de-obra direta empregada e a produção, observaremos situações diversas. Nas fiações de porte médio, verificou-se a diminuição na quantidade de mão-de-obra direta e também uma diminuição na produção. Nas grandes fiações, também houve uma redução no emprego de mão-de-obra direta, contudo a produção apresentou um crescimento, atingindo seu nível mais elevado em 2000.

A totalização dos dados apresenta um quadro onde se percebe uma grande redução no número de fiações, acompanhada por uma diminuição no emprego de mão-de-obra direta. Apesar disso, a produção praticamente manteve seu nível estável, o que indica que houve aumento da produtividade.

Segundo um estudo realizado por Ana Paula F. Gorini e Sandra H. G. de Siqueira sobre as empresas de fiação, a incorporação de avanços tecnológicos - como por exemplo, equipamentos com comando eletrônico - de forma mais intensa pelas fiações, pode ser apontada como fator determinante na situação acima exposta, caracterizando-as como de capital intensivo. O estudo afirma ainda que

A implantação de uma unidade de fiação economicamente viável só é possível a partir de grandes volumes de produção, pois os equipamentos exigidos possuem escalas mínimas de produção elevadas e trabalham de forma interligada, em regime contínuo. Assim, o elevado volume de investimentos se constitui em uma barreira à entrada, tornando pouco viável (e ineficiente) a implantação de pequenas unidades nesse segmento. Além disso, é expressivo

o grau de integração vertical da fiação com as demais etapas do processo produtivo, especialmente com a tecelagem.<sup>40</sup>

A capacidade produtiva de uma fiação – de algodão ou fibras químicas – está diretamente ligada aos filatórios, que podem ser de três tipos: filatórios de anéis, filatórios de rotores (*open-end*) e filatórios *jet-spinner* (filatórios a jato de ar).

Apresentaremos sucintamente apenas os dois primeiros tipos citados, pois o último ainda é pouco utilizado no Brasil:

- Filatórios de anéis: seu funcionamento é baseado no estiramento do pavio de algodão e torção no fio, possuindo grande versatilidade, pois permite a produção de fios de todas as espessuras, característica que possibilita sua coexistência com o outro tipo de filatório. Avanços técnicos foram a eles incorporados ao longo do tempo, o que possibilita que os filatórios mais modernos apresentem uma produção até 30% superior quando comparada àqueles filatórios de anéis mais antigos;

- Filatórios de rotores (*open-end*): quando comparados aos filatórios de anéis, possuem menor versatilidade quanto à espessura dos fios produzidos, porém, apresentam maior produtividade, pois sua velocidade é maior, seu consumo de energia é menor e etapas da fiação tradicional são suprimidas com sua utilização. As fiações dependem totalmente das importações para a aquisição desse tipo de filatório, pois não há fábricas instaladas no país (GORINI; SIQUEIRA, 1997b; OLIVEIRA; MEDEIROS 1996).

---

<sup>40</sup> GORINI, Ana Paula F; SIQUEIRA, Sandra H. G. de. O segmento de fiação no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.6, set. 1997b, p. 135.

**TABELA 2.2 - BRASIL: MÁQUINAS INSTALADAS POR TIPO E IDADE MÉDIA (FIAÇÃO)**

Máquinas	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Filatório à Rotor (Open-end)											
Número	1.105	1.291	1.556	1.636	1.607	1.687	1.648	1.663	1.678	1.690	1.703
Idade Média	8,06	7,61	6,98	7,39	7,69	7,91	8,71	9,41	10,09	10,72	11,32
Filatório à Anel											
Número	29.168	29.731	30.091	29.269	27.259	26.677	25.186	23.484	21.910	20.236	18.576
Idade Média	17,16	17,22	17,50	15,98	15,25	14,23	14,35	14,25	14,17	13,96	13,69

Fonte: IEMI

A partir dos dados apresentados na tabela anterior, podemos observar que as fiações brasileiras, utilizam majoritariamente filatórios de anéis em seu processo produtivo. Contudo, observa-se, de um lado, uma redução no número de filatórios de anéis instalados e, por outro lado, um crescimento no número de filatórios de rotores, sendo que esta última tendência se verifica quase que constantemente no decorrer de todo o período. Esse fato parece demonstrar uma lenta, porém gradual substituição dos filatórios de anéis pelos de rotores, tecnologicamente mais avançados e com maior produtividade.

Um outro detalhe indica a ocorrência de investimentos na renovação dos equipamentos: a redução da idade média dos filatórios de anéis, que no decorrer do período diminuiu de 17,16 anos para 13,69 anos, ainda considerada elevada para os padrões internacionais.

Em relação ao valor total das importações de máquinas têxteis, em 1995, cerca de 15% se referiu à aquisição de máquinas para o setor de fiação. Em 1996, esse índice subiu para 18%, outro indicativo da realização de investimentos na modernização do setor (GORINI; SIQUEIRA, 1997b).

### 2.1.2 Tecelagem plana

Os dados apresentados, na próxima tabela, se referem às tecelagens de tecidos planos:

**TABELA 2.3 - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO POR PORTE DAS EMPRESAS DE TECELAGEM PLANA**

Porte	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Pequenas</b>											
Nº de Fábricas	167	146	171	156	217	130	117	82	65	63	59
Mão de Obra direta	3.078	3.722	3.738	3.736	4.200	2.720	2.851	1.758	1.528	1.463	1.389
Produção – tons	20.574	19.082	27.666	29.823	24.238	23.273	31.705	30.753	19.427	25.696	23.239
<b>Médias</b>											
Nº de Fábricas	1.230	1.077	994	906	751	689	553	430	367	357	353
Mão de Obra direta	100.179	94.613	79.770	79.733	54.287	52.679	39.428	33.909	34.210	33.334	33.612
Produção - tons	517.245	497.623	792.380	842.968	729.464	751.584	660.975	698.587	751.805	906.284	988.687
<b>Grandes</b>											
Nº de Fábricas	53	45	21	20	16	15	12	9	7	14	13
Mão de Obra direta	14.076	12.630	5.005	5.003	3.648	3.215	2.572	2.017	1.664	3.900	3.349
Produção – tons	303.721	415.138	163.798	143.439	129.451	92.458	95.764	92.888	68.295	158.730	216.467
<b>Total</b>											
Nº de Fábricas	1.450	1.268	1.186	1.082	984	834	682	521	439	434	425
Mão de Obra direta	117.333	110.965	88.513	88.472	62.135	58.614	44.851	37.684	37.402	38.697	38.350
Produção - tons	841.540	931.843	983.844	1.016.230	883.153	867.315	788.444	822.228	839.527	1.090.710	1.228.393

Notas: (1) pequenas até 30 funcionários empregados diretamente na produção

(2) médias entre 31 e 200 funcionários

(3) grandes acima de 200 funcionários

Fonte: IEMI

De modo geral, observa-se também uma redução no número de tecelagens planas de todos os portes, acompanhada pela diminuição do emprego de mão-de-obra direta. Outro aspecto refere-se à constante predominância numérica das tecelagens médias, responsáveis pela maior parte da produção durante todo o período mostrado.

A totalização dos dados também indica uma redução no número de tecelagens planas, acompanhada pela diminuição do emprego de mão-de-obra direta e crescimento da produção, indicando elevação da produtividade, que pode ser observada sob diversos aspectos.

O processo de tecelagem dos tecidos planos é feito nos teares,<sup>41</sup> cuja tecnologia é constantemente aperfeiçoada, com a fabricação de teares mais velozes e a incorporação de dispositivos à base de microeletrônica, possibilitando maior flexibilização e controle da produção, além de uma redução nos custos da produção, pois com essas novas tecnologias, um trabalhador passa a controlar um número maior de máquinas (OLIVEIRA; MEDEIROS, 1996).

Uma breve descrição dos teares mais utilizados atualmente na produção dos tecidos planos é feita a seguir.

Nos teares convencionais com lançadeira, a inserção da trama (conjunto de fios transversais) no conjunto de fios paralelos longitudinais (urdume), resultando no tecido em si, é feita pela lançadeira, peça que é enviada de um lado a outro do tear, carregando a trama. Sua vantagem é a capacidade de produzir qualquer tipo de tecido plano. Uma tendência observada no segmento é a substituição desses teares pelos denominados teares sem lançadeira.

Tecnologicamente mais avançados, os teares sem lançadeira utilizam outros dispositivos mais eficientes para realizar a operação de tecimento, podendo ser:

- Teares a projétil: o fio da trama é transportado por uma pequena peça.
- Teares de pinça: o fio da trama é introduzido no urdume através de uma espécie de agulha.

---

<sup>41</sup> Deve-se destacar que o segmento de tecelagem de tecidos planos utiliza outras máquinas, além dos teares, na fase de preparação dos fios para o tecimento, como a urdeira, por exemplo.

- Teares jato de ar: o fio da trama, impulsionado por um jato de ar, é introduzido no urdume. Geralmente, não são utilizados na produção de tecidos de algodão, devido à grande quantidade de resíduos.

- Teares jato d'água: o fio da trama é impulsionado por um jato d'água e introduzido no urdume. Apresentam, em geral, incompatibilidade para a produção de tecidos de algodão, devido à retenção de água (ANDRADE; CORREA; SILVA, 2001; GORINI; SIQUEIRA, 1998).

Conforme outro estudo de Ana Paula F. Gorini e Sandra H. G. de Siqueira,

A velocidade dos teares tradicionais varia de acordo com os tecidos a serem produzidos: para os de 90 cm de largura, a velocidade chega, no máximo, a 170 batidas por minuto (bpm) e, para os de 140 cm de largura, atinge 150 bpm. Os teares a projétil e pinça podem desenvolver uma velocidade de 300 bpm, ao passo que naqueles a jatos de ar e água a mesma alcança 900 e 1.000 bpm, respectivamente (especialmente para tecidos leves).<sup>42</sup>

Os teares mais velozes apresentam grande eficiência na produção de tecidos mistos de algodão e poliéster e de tecidos sintéticos, devido à maior resistência apresentada por esses tipos de fios, quando de boa qualidade (GORINI; SIQUEIRA, 1998).

Outro aspecto da inovação tecnológica se refere à redução do número de operações entre uma etapa e outra do processo de produção das tecelagens. Na preparação dos fios da trama para o tecimento nos teares com lançadeira, por exemplo, os mesmos passavam pela espuladeira, máquina que enrolava os fios na espula (espécie de cone), que era inserida na lançadeira. Com os teares sem lançadeira, essa etapa foi eliminada, pois os fios são utilizados da forma como são acondicionados pelas fiações (SOARES, 1994).

A tabela a seguir mostra a quantidade dos diferentes tipos de teares instalados e sua idade média:

---

<sup>42</sup> GORINI, Ana Paula F.; SIQUEIRA, Sandra H. G. de. Tecelagem e Malharia. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.7, mar. 1998, p. 53.

**TABELA 2.4 - BRASIL: MÁQUINAS INSTALADAS POR TIPO E IDADE MÉDIA (TECELAGEM PLANA)**

Máquinas	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Tear Jato de Água</b>											
Número	58	66	74	87	103	129	156	218	254	307	365
Idade Média	2,97	3,55	4,11	4,43	4,67	4,61	4,74	4,16	4,44	4,58	4,71
<b>Tear Jato de Ar</b>											
Número	1.860	2.709	3.686	4.140	4.651	5.251	5.851	6.172	6.526	6.609	6.880
Idade Média	5,23	4,43	4,11	4,59	5,02	5,37	5,75	6,37	6,94	7,65	8,14
<b>Tear – Lançadeira</b>											
<b>(1)</b>											
Número	138.939	136.078	132.996	129.584	126.260	122.408	118.556	113.430	107.692	101.738	78.527
Idade Média	24,58	25,04	25,45	25,78	26,10	26,28	26,44	26,29	25,94	25,47	19,24
<b>Tear – Pinça</b>											
Número	18.111	19.337	20.236	21.040	21.877	22.814	23.751	24.715	25.684	25.892	25.435
Idade Média	11,94	12,13	12,33	12,56	12,77	12,92	13,09	13,06	13,03	13,32	13,77
<b>Tear – Projétil</b>											
Número	4.246	4.380	4.528	4.678	4.833	5.002	5.172	5.292	5.420	5.583	5.690
Idade Média	11,09	11,72	12,29	12,82	13,33	13,79	14,25	14,80	15,32	15,78	16,11

Nota: (1) Embora os teares de lançadeiras representem o maior número de máquinas instaladas, o seu uso na tecelagem é apenas ocasional, respondendo por apenas 9% dos tecidos produzidos no país

Fonte: IEMI

Conforme referido anteriormente, observa-se uma tendência de substituição dos teares com lançadeira, que apresentam a maior idade média, pelos sem lançadeira. Uma alternativa encontrada pelas pequenas e médias tecelagens para a modernização de seus teares, devido ao elevado custo dos maquinários novos, especialmente os importados, tem sido a reforma dos teares com lançadeira, que, então, passam a operar com pinças, apesar de apresentam menor produtividade que os novos (GORINI; SIQUEIRA, 1997a).

Outro ponto observado se refere ao grande crescimento do número de teares a jato de água e jato de ar instalados, exatamente os que desenvolvem maior velocidade.

No país, existem apenas fabricantes de teares de pinça e a jato de ar, em geral com baixo nível de sofisticação tecnológica (OLIVEIRA; MEDEIROS, 1996).

### 2.1.3 Malharia

Os dados apresentados na tabela a seguir são referentes às malharias:

**TABELA 2.5 - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO POR PORTE DAS MALHARIAS**

Porte	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Pequenas</b>											
Nº de Fábricas	2.851	2.538	2.007	1.969	1.752	1.703	1.594	1.699	1.596	1.634	1.644
Mão de Obra direta	51.625	33.903	33.375	26.157	23.270	21.795	17.928	22.312	22.530	24.004	24.449
Produção – tons	146.598	109.321	123.669	90.821	85.338	83.916	84.918	94.493	77.981	95.462	73.676
<b>Médias</b>											
Nº de Fábricas	808	1.018	908	1.414	1.256	1.178	1.231	1.227	1.493	1.546	1.593
Mão de Obra direta	42.676	56.411	50.305	63.976	56.813	53.307	46.794	50.683	71.532	76.215	77.191
Produção – tons	147.965	202.138	218.828	273.203	255.713	258.694	251.258	276.065	320.387	391.803	266.707
<b>Grandes</b>											
Nº de Fábricas	26	20	19	15	11	10	5	6	9	15	13
Mão de Obra direta	10.430	9.435	8.709	6.374	5.770	5.375	2.686	3.510	3.103	3.306	2.934
Produção – tons	13.862	13.041	19.891	10.333	9.709	9.815	10.524	12.537	15.609	17.737	146.809
<b>Total</b>											
Nº de Fábricas	3.685	3.576	2.934	3.398	3.019	2.891	2.830	2.932	3.098	3.195	3.250
Mão de Obra direta	104.731	99.749	92.389	96.507	85.853	80.477	67.408	76.505	97.165	103.525	104.574
Produção – tons	308.425	324.500	362.388	374.357	350.760	352.425	346.700	383.095	413.977	505.002	487.192

Notas: (1) pequenas até 30 funcionários empregados diretamente na produção

(2) médias entre 31 e 200 funcionários

(3) grandes acima de 200 funcionários

Fonte: IEMI

Os dados mostram uma redução no número de malharias, acompanhado pela diminuição do emprego de mão-de-obra direta nas pequenas e grandes empresas, e, por outro lado, um crescimento numérico das malharias de porte médio, com aumento da mão-de-obra direta empregada.

Em relação à produção realizada, as pequenas malharias, apresentaram queda nas quantidades produzidas, enquanto que as empresas de porte médio e grande elevaram seus níveis de produção, com destaque para as grandes malharias, que em 2001 apresentaram uma enorme produção.

Dessa forma, percebe-se que, ao final do período mostrado, o conjunto das malharias era composta principalmente por empresas de pequeno e médio porte; contudo, a maior parte da produção de malhas era feita pelas médias e grandes empresas.

A totalização dos dados, levando-se em conta as especificidades colocadas acima, indica uma pequena redução no número de malharias, a manutenção da quantidade de mão-de-obra direta empregada e um crescimento da produção.

Ainda segundo Ana Paula F. Gorini e Sandra H. G. de Siqueira,

No segmento de malhas, o nível de integração da indústria é bastante elevado, alcançando 71% das empresas. A grande maioria (58%) é integrada com a confecção, ou seja, produz, além das malhas, também as roupas. Apenas as grandes empresas de confecções de malha de algodão são totalmente verticalizadas, abrangendo todas as etapas da produção, desde a fiação até a confecção, como é o caso, por exemplo, da Coteminas e da Vicunha [...] <sup>43</sup>

Um estudo de Luiz L. Romero et al. (1995b), denominado "Malharias", divide este segmento no Brasil em três tipos de empresas:

- Um pequeno número de empresas de grande porte, totalmente verticalizadas, produzindo grandes quantidades de malha de algodão, desde a fiação até a confecção, com destaque para a produção de camisetas;

---

<sup>43</sup> Cf. GORINI; SIQUEIRA, 1998, p. 35.

- Um grande número de empresas de porte médio, em geral de origem familiar, não totalmente integradas (em geral não possuem fiação, algumas produzem apenas as malhas e outras apenas confeccionam), procurando diferenciação pela qualidade dos artigos produzidos;

- Um grande número de pequenas empresas, muitas delas totalmente informais, produzindo malhas e/ou confecções de malha, sem grande preocupação com a qualidade.

O processo de produção dos tecidos de malha pode ser classificado em dois sistemas, expostos a seguir:

a) Malharia por trama: utiliza o método de entrelaçamento dos fios na direção horizontal (daí a denominação de trama), a partir de conjuntos de agulhas na posição lateral ou circular, o que define o tipo de tear:

- Teares retilíneos: produzem todos os tipos de tecidos de malha para vestuário, sendo mais utilizados por pequenas empresas;

- Teares circulares: possuem os seus alimentadores dispostos em círculos, produzindo um tecido tubular contínuo, com diâmetro bastante variável; são utilizados na produção de malhas com as mais diferentes características, apresentando elevado rendimento.

b) Malharia por urdume: utiliza o método de entrelaçamento em sentido longitudinal (sentido do urdume) e do trabalho de cada agulha resulta um único fio. É realizado basicamente por dois tipos de máquinas: *Kettenstul*, indicadas para a produção de tecidos basicamente lisos, e *Raschel*, mais sofisticadas, que produzem tecidos lisos e rendados. Em seus modelos mais atualizados, ambas possuem elevada capacidade de produção.

Deve ser destacado que as máquinas mais modernas de malharia incorporaram sistemas computadorizados, dispensando parcialmente o controle do trabalhador, contribuindo para a redução do emprego de mão-de-obra.

Em relação aos investimentos, de forma geral, as malharias têm optado pela renovação das máquinas existentes, devido à não ocorrência de inovações

tecnológicas significativas no maquinário utilizado por elas. No entanto, deve-se destacar que, em termos de valores, as importações de máquinas para malharias têm superado as importações de teares para tecidos planos (GORINI; SIQUEIRA, 1998).

#### 2.1.4 Acabamento/beneficiamento

Quanto ao acabamento/beneficiamento de artigos têxteis, essa atividade apresenta uma variedade de processos, como, por exemplo, alveijamento, estamparia, tingimento, aplicados a fibras, fios, tecidos planos ou malhas, na preparação dos artigos têxteis para o uso a que se destinam. Utiliza diversos tipos de equipamentos, sendo que, os mais atualizados, com componentes microeletrônicos, não são produzidos no Brasil (OLIVEIRA; MEDEIROS, 1996).

O IEMI (1998 apud BRASIL 2002, p. 21) identificou a realização de um volume considerável de investimentos nessa atividade devido à sua importância na definição da qualidade final dos produtos. Apesar disso, ela é apontada como sendo a que mais necessita de investimentos para o aperfeiçoamento dos equipamentos e dos processos produtivos.

Os dados disponíveis, apresentados a seguir, também mostram uma redução no número de empresas, caracterizando uma concentração produtiva:

**TABELA 2.6 - BRASIL: NÚMERO DE EMPRESAS DE ACABAMENTO/BENEFICIAMENTO TÊXTIL**

Ano	Total
1991	802
1992	707
1993	689
1994	687
1995	508
1996	470
1997	380
1998	355
1999	305
2000	298
2001	280

Fonte: IEMI

A tabela a seguir mostra que, apesar da diminuição no número de empresas, as quantidades de artigos têxteis beneficiados (fios, tecidos planos ou malhas), de forma geral, apresentaram um crescimento no decorrer do período observado, com exceção do beneficiamento de tecidos planos de fibras naturais, não originadas do algodão:

**TABELA 2.7 - BRASIL: BENEFICIAMENTO DE FIOS SEGUNDO A NATUREZA DAS FIBRAS (EM TONELADAS)**

Natureza	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Algodão	155.320	169.007	173.039	181.156	163.826	181.921	210.880	193.665	177.256	296.127	280.446
Artif. e Sintéticos	33.547	37.286	39.444	41.705	37.691	33.583	30.893	30.636	59.308	47.902	44.852
Outros Naturais	6.104	7.572	8.576	7.982	7.043	5.783	6.132	6.981	10.584	7.184	9.237
Total	194.971	213.865	221.059	230.843	208.560	221.287	247.905	231.282	247.148	351.213	334.535

**Beneficiamento de tecidos planos segundo a natureza das fibras (em toneladas)**

Natureza	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Algodão	499.692	586.820	601.811	621.016	513.700	552.936	475.786	502.777	522.835	691.898	737.750
Artif. e Sintéticos	97.746	95.413	122.581	136.378	147.888	122.123	152.179	141.805	135.535	179.958	239.325
Outros Naturais	16.381	20.884	22.852	23.917	17.524	16.086	17.223	15.301	16.035	20.630	11.590
Total	613.819	703.117	747.244	781.311	679.112	691.145	645.188	659.883	674.405	892.486	988.665

**Beneficiamento de malhas segundo a natureza das fibras (em toneladas)**

Natureza	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Algodão	200.242	216.051	235.832	237.640	218.651	217.767	199.419	244.126	248.326	305.421	275.026
Artif. e Sintéticos	63.834	65.059	76.348	85.161	90.896	94.264	89.631	80.753	89.044	112.816	92.546
Outros Naturais	2.711	3.962	4.546	4.117	3.799	3.013	2.898	3.392	4.251	5.570	3.499
Total	266.787	285.072	316.726	326.918	313.346	315.044	291.948	328.271	341.621	423.807	371.071

Fonte: IEMI

## 2.2 ELEMENTOS DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO TÊXTIL

O conceito de circuito espacial produtivo, elaborado por Milton Santos, é utilizado por Marcos A. de M. Xavier (2002) em sua dissertação de Mestrado, intitulada “As empresas e o uso do território brasileiro: A cidade de São José do Rio Preto vista através da dinâmica territorial de suas empresas”. Segundo esse conceito, a forma de atuação das empresas no mercado possibilita sua classificação em um dos três circuitos espaciais produtivos. Ao macro-circuito espacial produtivo pertencem as empresas globais, nacionais ou estrangeiras, que atuam tanto no mercado nacional como internacional e que são criadoras de consumo através da publicidade. A atuação dessas empresas se realiza através da ligação entre os pontos mais modernos do território. Por sua vez, um conjunto bastante heterogêneo formado pelas empresas com atuação restrita ao mercado nacional, compõe o meso-circuito espacial produtivo. Essas empresas são mais dependentes das demandas do mercado interno, influenciado pela publicidade utilizada pelas empresas globais. Assim, verifica-se por parte das empresas do meso-circuito, uma tendência à imitação dos produtos disponibilizados pelas empresas do macro-circuito. Finalmente, as empresas de pequeno porte, pouco capitalizadas, com base no trabalho intensivo, ou seja, utilizadoras de grande quantidade de mão-de-obra, formam o micro-circuito espacial produtivo. Sua produção é condicionada pelo consumo e, dessa forma, sua sobrevivência está relacionada à sua capacidade de adaptação ao mercado existente.

Um aspecto apontado no referido trabalho diz respeito à maior flexibilidade por parte das empresas do macro-circuito espacial produtivo quanto à escolha dos lugares para se instalar, característica do período técnico-científico-informacional. Isso pode ser entendido, por um lado, pelo fato de sua produção destinar-se principalmente ao mercado externo, possibilitando uma relativa independência das demandas do mercado interno, nacional ou do lugar onde está instalada. Acrescente-se a isso, como já foi colocado, o fato de que essas empresas utilizam-se da publicidade para a criação de novas necessidades de consumo segundo seus interesses, exercendo, dessa forma, um certo controle sobre as demandas do mercado. O mesmo não ocorre com as

empresas do micro-circuito e grande parte das empresas do meso-circuito espacial produtivo, dependentes da parcela do território onde estão instaladas, no que se refere às condições de produção e às demandas do mercado nacional ou do lugar onde estão instaladas.

## 2.3 ATUAÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS NA FIAÇÃO QUÍMICA E NA AGROINDÚSTRIA ALGODOEIRA

A concentração produtiva no setor têxtil, observada através dos dados das tabelas apresentadas anteriormente, é uma característica encontrada na fiação química no Brasil e em nível mundial, onde predomina a atuação de grandes empresas, com destacada participação de multinacionais.

Um estudo feito pela Fundação Vanzolini (2001) indica as principais empresas produtoras de quatro fibras químicas no país: a viscose (fibra artificial), o poliéster, a poliamida (ou náilon) e o acrílico (fibras sintéticas)<sup>44</sup>.

A FIBRA S/A, empresa do Grupo Vicunha, é a única produtora de filamentos têxteis de raiom viscose no continente americano, além de ser a única produtora de fibras cortadas de raiom viscose (também chamadas de fioco) na América do Sul (PROJETO..., 2004?). A empresa possui unidades produtivas no município de São Paulo e em Americana (SP), além de Simões Filho (BA).

O poliéster, a poliamida e o acrílico são materiais obtidos por meio de síntese química, que recebe o nome de polimerização e utiliza matérias-primas derivadas da nafta, extraída do petróleo ou do gás natural.

No caso do poliéster, o polímero<sup>45</sup> utilizado para a obtenção dos fios é o polietileno tereftalato (PET), obtido através da mistura do metilenoglicol ou mono-etileno glicol (MEG) com o dimetil tereftalato (DMT) ou com o ácido tereftálico puro (PTA).

Segundo o artigo Projeto... (2004?), essas três substâncias são produzidas por fabricantes únicos no Brasil. O MEG é produzido pela Oxiteno, uma empresa do Grupo Ultra (nacional), em suas unidades de Camaçari (BA) e Mauá (SP). O PTA é produzido pela Rhodiaco, empresa adquirida da Rhodia em 2002, por uma associação entre o Grupo Mossi & Ghisolfi (Itália) e o Grupo British Petroleum - BP Amoco (Inglaterra). O Grupo Mossi & Ghisolfi adquiriu na mesma oportunidade a totalidade das ações (88,44% do capital) que a Rhodia detinha da sua controlada brasileira Rhodia-ster. A

<sup>44</sup> Outra fonte de informações utilizada foi o *site* de cada empresa citada, consultados em fevereiro de 2004.

<sup>45</sup> Moléculas relativamente grandes, em cuja estrutura se encontram unidades químicas simples repetidas.

Rhodiaco, única produtora de PTA na América do Sul, instalada em Paulínia (SP), é a fornecedora de PTA para a Rhodia-ster. O DMT é produzido somente pela Braskem, companhia criada em 2002 por um consórcio entre os grupos Odebrecht e Mariani (nacionais).

Existem três principais empresas responsáveis pela polimerização e fiação do poliéster no Brasil. Uma delas é a Rhodia-ster (já citada), com sede em São Paulo e unidades com produção direcionada ao setor têxtil em Poços de Caldas (MG) e Cabo de Santo Agostinho (PE). A outra é a FIBRA S/A, (também citada) responsável por 15% da produção nacional de filamentos de poliéster. A empresa possui uma filial em Simões Filho (BA), que fornece o polímero de poliéster para a outra filial localizada no município de São Paulo e também para a unidade produtiva de Americana (SP), onde se encontra a sua sede. E ainda a Polyenka Ltda., sediada na capital paulista e especializada na produção de filamentos têxteis de poliéster, cuja composição acionária é a seguinte: 50% das ações pertencem a um grupo de executivos da própria empresa e os outros 50% à Manufactura de Fibras Sintéticas S. A (Mafissa), da Argentina. Essa parceria com a empresa argentina possibilita à Polyenka importar as pastilhas de poliéster para a produção dos filamentos em sua unidade instalada em Americana (SP).

Devido à limitação de matéria-prima e da capacidade de polimerização, observa-se um aumento no número de empresas que importam filamentos semi-acabados, realizando a etapa final do processo para obter o filamento de poliéster. Nesse conjunto, destaca-se a Unifi, instalada em Alfenas (MG), empresa do Grupo UNIFI Inc. (EUA). Segundo Ary Silveira e Ernesto Falcetta (2001), a referida empresa realizou uma parceria com a Sinterama, tinturaria italiana, para realizar o tingimento de fios sintéticos no Brasil.

Na produção de fibras de poliamida (náilon), são utilizados principalmente dois polímeros. Um deles é o náilon 6, sintetizado a partir da caprolactama, que é produzida somente pela Nitrocarbono, empresa instalada em Camaçari (BA) e responsável pelo abastecimento nacional, além das exportações. A Nitrocarbono é uma empresa sob controle da Braskem (já citada). Em 2001, uma associação entre o grupo Odebrecht e Mariani possibilitou a aquisição do controle da Companhia Petroquímica do Nordeste

S/A (COPENE), a central de matérias-primas do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA). O Grupo Mariani também tem participação acionária na Nitrocarbono.

A polimerização e fiação da quase totalidade do náilon 6 no país é feita por duas empresas: 95% da produção cabe a Invista Nylon, nova denominação dada a DuPont Textile & Interiors (DTI), após sua recente aquisição pelo Grupo Koch Industries (EUA). A Invista possui sede em São Paulo, três unidades produtivas em Americana (SP), além de uma em Paulínia (SP). Os demais 5% são produzidos pela De Millus somente para consumo próprio.

A Rhodia Poliamida e Especialidades, uma das divisões da Rhodia, subsidiária do Grupo Rhône-Poulenc (França), é a única a produzir o outro polímero, chamado náilon 6.6. Sua sede está localizada em São Paulo e possui unidades com produção direcionada ao setor têxtil nos municípios paulistas de Santo André, Jacareí e Paulínia. (FAIRBANKS, 2003?). A empresa realiza a produção de forma integrada, desde as matérias-primas até a polimerização, dando origem às fibras, usadas na obtenção dos fios de poliamida. A Rhodia também comercializa os produtos intermediários para a produção do náilon 6.6.

A principal matéria-prima para a produção das fibras de acrílico é a acrilonitrila, que também passa por um processo de polimerização. Ela é produzida no Brasil pela ACRINOR, sediada em Camaçari (BA) e pertencente ao Grupo Unigel (nacional). A partir da acrilonitrila, a fibra acrílica é produzida pela Crylor, instalada em São José dos Campos (SP), pertencente ao Grupo Radici (Itália).

O quadro exposto acima é resultado de profundas mudanças em curso no setor de fibras químicas, tanto no contexto nacional como mundial. Segundo o estudo da Fundação Vanzolini (2001), as principais características dessas mudanças são as seguintes:

- a redefinição do papel das subsidiárias brasileiras das multinacionais, como é o caso da Rhodia-ster, cuja participação acionária pertencente à Rhodia foi adquirida em 2002 pelo Grupo Mossi & Ghisolfi (Itália);

- a redefinição do papel das empresas nacionais associadas aos grandes grupos, como é o caso do Grupo Vicunha, que vendeu sua participação acionária de 50% na

Fibra DuPont em 2003, que passou a ter o nome de DTI e atualmente é denominada Invista Nylon, pertencendo ao Grupo Koch Industries (EUA);

- o crescimento da participação dos capitais nacionais através da aquisição de unidades produtivas das multinacionais, como no caso da Polyenka Ltda. que, em 2001, foi adquirida da multinacional Acordis (Holanda), passando a ter 50% de capital nacional em sua composição acionária; pode-se citar também a aquisição da unidade de produção de fios e filamentos de poliéster da Fairway Filamentos pela Ledervin, empresa do Grupo J. Serrano (nacional);

- a entrada de novos capitais estrangeiros, também através da compra de unidades produtivas já instaladas, como é o caso da atual Unifi, nome dado à unidade produtora de fios de poliéster da Fairway Filamentos, após a aquisição em 1999, pela UNIFI Inc. (EUA). A Fairway era uma associação entre a Rhodia e a Hoescht, que passou por um processo de separação e venda de suas unidades produtivas.

Ainda segundo a Fundação Vanzolini,

A entrada das empresas asiáticas na produção de fibras químicas criou um intenso processo de mudanças nas estratégias das empresas ocidentais. Grandes produtores ocidentais como a Hoescht, Bayer, Akzo [atual Acordis] e ICI venderam suas plantas de produção de fibra de poliéster [...]. Com isso a produção mundial de fibra de poliéster está se deslocando do eixo América do Norte – Europa. A presença de empresas japonesas, chinesas e coreanas entre os maiores produtores mundiais atesta esse fato [...]<sup>46</sup>

O trecho acima citado é comprovado pelos dados mostrados na tabela seguinte:

---

<sup>46</sup> FUNDAÇÃO VANZOLINI. *A competitividade das cadeias produtivas da indústria têxtil baseadas em fibras químicas*. Rio de Janeiro, 2001. (Relatório final do estudo) p. 16.

**TABELA 2.8 - CAPACIDADE PRODUTIVA DAS 14 MAIORES EMPRESAS PRODUTORAS DE FIBRAS QUÍMICAS**

	MUNDO		BRASIL		MATRIZ		OUTROS PAÍSES	
	Total	%	Total	% (*)	Total	%	Total	%
DuPont(USA)	1726	18,00	27	1,56	1087	62,98	612	35,46
Formosa (Taiwan)	1322	13,79	-	-	1127	85,25	195	14,75
KoSa (USA)	1037	10,81	-	-	544	52,46	493	47,54
Acordis (Holanda)	439	4,58	27(**)	6,15	37	8,43	375	85,42
Toray (Japão)	646	6,74	-	-	339	52,48	307	47,52
Hualon (Taiwan)	608	6,34	-	-	468	76,97	140	23,03
Far Eastern (Taiwan)	600	6,26	-	-	600	100,00	-	-
Wellman (USA)	545	5,68	-	-	464	85,14	81	14,86
Teijin (Japão)	485	5,06	-	-	278	57,32	207	42,68
Rhodia (França)	487	5,08	114	23,41	54	11,09	319	65,50
Yizheng (China)	473	4,93	-	-	473	100,00	-	-
Solutia (USA)	472	4,92	-	-	472	100,00	-	-
Sam Yang (Coréia)	458	4,78	-	-	443	96,72	15	3,28
AlliedSignal (USA)	292	3,04	-	-	206	70,55	86	29,51
<b>Total</b>	<b>9590</b>	<b>100</b>	<b>168</b>	<b>1,75</b>	<b>6592</b>	<b>68,74</b>	<b>2830</b>	<b>35,46</b>

Fonte: Fibers Overview 2000 apud FUNDAÇÃO VANZOLINI, 2001, p. 16

(\*) porcentagem sobre o total da produção da empresa

(\*\*) A filial brasileira foi vendida e é atualmente a Polyenka / Mafissa

Em relação à tabela anterior, são necessárias duas importantes observações, relacionadas às mudanças em curso no setor de fibras químicas.

Uma delas refere-se ao redirecionamento do foco produtivo da DuPont que, recentemente passou a concentrar-se na produção de tecidos técnicos, deixando de atuar na área de fibras químicas para o setor têxtil em nível mundial. Um dos principais fatores responsáveis por essa decisão é a grande concorrência asiática (DUPONT..., 2004)). Basta lembrar que uma das principais fibras químicas do chamado grupo dos elastanos – a *Lycra* – foi patenteada pela DuPont e era produzida pela então DTI, empresa do grupo, recentemente adquirida pela Koch Industries e agora denominada Invista Nylon.

O mesmo objetivo – redirecionamento do foco produtivo – pode ser observado na estratégia adotada pela Rhodia que, ao vender sua participação acionária na Rhodiaco e na Rhodia-ster, retirou-se do mercado brasileiro de poliéster, material que se enquadra na categoria de *commodities*<sup>47</sup> para concentrar seu foco na produção de poliamida (náilon) e no desenvolvimento tecnológico de produtos (FAIRBANKS, 2004?). Esse fato indica uma redução de sua participação na produção de fibras químicas para o setor têxtil.

Segundo o estudo de Marcelo C. Barbosa et al. (2004), essa reorganização no quadro das empresas produtoras de fibras e filamentos químicos baseia-se na constatação, por parte das principais empresas transnacionais européias e norte-americanas, da inviabilidade de concorrer no mercado de *commodities* sintéticas com as empresas asiáticas. Dessa forma, elas passaram a direcionar sua produção para mercadorias de maior valor agregado, tanto nos países desenvolvidos como também no Brasil, onde venderam muitas de suas unidades produtivas. Ao contrário da tendência internacional, esse processo de reorganização ocorrido no país e exposto acima, ocasionou a desintegração e a fragmentação da cadeia produtiva, com a diminuição na produção total de fibras. Assim, a importação de matérias-primas petroquímicas e têxteis, para acabamento de produtos finais no país, passou a ser vantajosa.

A partir de informações trazidas pelo citado estudo, elaboramos um quadro com as empresas produtoras de fibras e filamentos químicos no Brasil:

---

<sup>47</sup> Segundo a Fundação Vanzolini (2001, p. 11), "As *commodities* podem ser definidas ao longo de toda a cadeia produtiva têxtil, desde as fibras básicas, os filamentos [...] como produtos de baixa diferenciação, cuja tecnologia de fabricação é de domínio universal, produzidos em grande escala e com preços dependentes da oferta global (e portanto sujeitos a *dumping* devido à sobre-oferta do momento). No âmbito dos tecidos podemos considerar como *commodities* os tecidos básicos, de produção em grande escala e com poucas características diferenciadoras. Quanto ao vestuário, camisetas, meias, *lingerie* e *jeans* são exemplos de produtos que podem ser considerados *commodities* [...]"

QUADRO 2.2 - EMPRESAS DE FIBRAS E FILAMENTOS QUÍMICOS NO BRASIL

FIBRAS	CARACTERÍSTICAS	EMPRESAS NACIONAIS	EMPRESAS ESTRANGEIRAS
Náilon	Filamentos		Rhodia Poliamida
	Têxteis		Invista Dusa Mazzaferro
	Fibras		
Poliéster	Filamentos	Polyenka	Cobafi
		Ledervin	Unifi
		FIBRA (Grupo Vicunha)	Avanti Antex
	Fibras	Unnafibras	Rhodia-Ster (Grupo Mossi&Ghisolfi)
Acrílico	Fibra		Crylor (Grupo Radici)
Viscose	Filamentos e	FIBRA (Grupo Vicunha)	
	Fibras		

Fonte: BARBOSA et al., 2004

Obs: Quadro elaborado com base no documento referenciado acima.

Uma análise a respeito das estratégias e da organização produtiva utilizadas por algumas empresas têxteis asiáticas é necessária para o entendimento da posição de destaque das mesmas no mercado têxtil mundial baseado em fibras químicas, especialmente no que se refere às condições de competitividade.

O citado estudo da Fundação Vanzolini (2001) é baseado no conceito de cadeias produtivas. Essa abordagem considera a existência de integração de fluxos insumos-produtos entre as indústrias participantes, sendo que o comportamento das mesmas é abordado sob a perspectiva de mercados e produtores globalizados.

Inicialmente, alguns países do Sudeste Asiático – Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e Cingapura -, considerados como modelos da evolução competitiva na indústria têxtil mundial, fizeram a opção de se tornarem fornecedores em escala mundial de fibras químicas do tipo *commodity*, com destaque para o poliéster. Essa opção foi decisiva, pois

A questão da competitividade das fibras químicas pode ter um primeiro fator básico associado ao preço e disponibilidade da nafta que, de certa maneira,

decorre da escolha do perfil de craqueamento<sup>48</sup> do petróleo (se esse perfil privilegia os insumos para energia e combustíveis em geral) e do perfil de produção da segunda geração, ou se favorece a obtenção das matérias-primas para a indústria de fibras e resinas. No caso das empresas asiáticas, várias delas são “integradas para trás”, envolvendo o craqueamento da nafta e favorecendo a integração da cadeia produtiva. Isto resulta numa integração desde o refino do petróleo até a produção de fios e tecidos [...]”<sup>49</sup>

Dessa forma, nos mencionados países há uma tendência para a integração dos elos da cadeia produtiva têxtil-confecções baseadas em fibras químicas.

Como já foi colocado, as empresas de confecções não estão incluídas no âmbito do presente estudo. Entretanto, é necessário esclarecer que, assim como outros setores produtivos, a produção de artigos têxteis passou a ser comandada pelo mercado consumidor do produto final, ou seja, das peças de vestuário, decoração, cama, mesa e banho, acessórios, etc.

Nesse novo contexto e, mais especificamente, em relação às estratégias das empresas líderes do setor têxtil-confecções em nível mundial, observa-se a organização de cadeias produtivas com redes de produção descentralizadas. Isso significa dizer que a cadeia produtiva possui uma estrutura de comando, onde uma empresa ou um grupo de empresas - atuantes como comerciantes, grandes varejistas ou fabricantes de marcas globais -, com o controle de posições estratégicas principalmente em relação ao mercado, determinam o comportamento das demais empresas integrantes da cadeia produtiva.

Diversas empresas do setor têxtil-confecções baseadas em fibras químicas, originárias dos citados países asiáticos, atuam dessa forma, alcançando posições destacadas no mercado mundial têxtil. Nesses países, são aplicadas eficazes políticas de Tecnologia Industrial Básica e existem sistemas de financiamento que reduzem as necessidades de capital de giro das empresas, com longos prazos de pagamento, o que possibilita, em alguns casos, a venda da matéria-prima já transformada em mercadoria antes do pagamento. Houve também uma preocupação com o

---

<sup>48</sup> Conjunto dos processos de conversão que transformam os hidrocarbonetos saturados contidos em um corte petrolífero em hidrocarbonetos mais leves empregados como carburentes (refinação) ou intermediários químicos (petroquímica).

<sup>49</sup> Cf. Fundação Vanzolini, 2001, p. 33, (grifo nosso).

desenvolvimento de máquinas e equipamentos utilizados para a produção têxtil, cuja qualidade atualmente já atingiu padrão internacional. Além disso, as empresas domésticas integram-se nas estratégias dos conglomerados transnacionais, atuando como fornecedoras especializadas, até dominarem o conhecimento técnico e mercadológico e alcançarem porte suficiente para se inserir no mercado regional e internacional.

Em relação às fiações que utilizam fibras de algodão, um estudo feito por José S. Gonçalves (1997), denominado “Crise do algodão brasileiro pós-abertura dos anos 90 e as condicionantes da retomada da expansão em bases competitivas”, verificou a ocorrência de profundas transformações no setor da agroindústria algodoeira após a abertura da economia brasileira nos anos 90. Entre elas, o autor destaca a expansão de uma nova forma de organização produtiva, que ele denomina de “nova cotonicultura”, sendo esta integrada através de grupos que controlam os diversos agronegócios do algodão. O plantio é realizado em grandes áreas, com investimentos tecnológicos e elevada mecanização, especialmente na colheita, feita com estruturas próprias ou através de contratos com grandes cotonicultores. Essas estruturas integram-se com algodoeiras (máquinas de beneficiamento) próprias e até mesmo com fiações, que possuem atuação direta no mercado de pluma<sup>50</sup> ou de fio.

Entre os atuantes na “nova cotonicultura”, se destacam o Grupo Maeda (principalmente em São Paulo e Goiás), o Grupo Tadashi (especialmente em São Paulo e Mato Grosso), o Grupo Maggi (com destaque em Mato Grosso), o Grupo Sachetti (também em Mato Grosso). A Cooperativa Agrícola Mourãoense (COAMO), Paraná, que também realiza investimentos em Mato Grosso e Santa Catarina, se destaca no grupo das cooperativas paranaenses que atuam no setor algodoeiro baseadas nessa nova forma de organização produtiva, que se expande pelo Brasil Central e pelo oeste da Bahia, caracterizando-se por sua elevada competitividade.

A integração da fiação, tanto de algodão como de fibras químicas, principalmente com a tecelagem, já apontada anteriormente, é reforçada pelos dados da próxima tabela, apresentando-se como uma tendência do segmento no Brasil:

---

<sup>50</sup> Fibra de algodão sem o caroço.

**TABELA 2.9 - BRASIL: NÚMERO DE FIAÇÕES EXCLUSIVAS E INTEGRADAS**

Ano	Total	Exclusivas	Integradas
1991	1.123	274	849
1992	991	248	743
1993	955	253	702
1994	941	257	684
1995	661	143	518
1996	617	143	474
1997	550	153	397
1998	427	132	295
1999	389	126	263
2000	360	91	269
2001	360	87	273

Fonte: IEMI

## 2.4 GRANDES GRUPOS NACIONAIS TÊXTEIS: VICUNHA TÊXTIL E SANTISTA TÊXTIL

A concentração produtiva ocorrida no setor têxtil, demonstrada através das tabelas analisadas, é reforçada com a informação, trazida por IEMI (2001 apud UNIVERSIDADE, 2002, p. 41) de que as três empresas líderes no setor fiação/tecelagem são verticalizadas, ou seja, atuam em diversos segmentos do setor, constituindo-se em empresas de capital nacional e aberto, sendo responsáveis por um terço das exportações totais de produtos têxteis. São elas: a Vicunha Têxtil, a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) e a Santista Têxtil. Possuindo unidades produtivas em Americana (SP), faremos um breve comentário a respeito da Vicunha Têxtil e da Santista Têxtil.<sup>51</sup>

A Vicunha Têxtil - criada em 2001, a partir da fusão entre Finobrasa, FIBRA S/A, Fibra Nordeste, Vine Têxtil e Vicunha Nordeste - pertence ao Grupo Vicunha, o maior do país no setor têxtil, que também atua em diversos outros. Entre seus investimentos, está o controle acionário da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia de Gás do Ceará (Cegás), além de participação acionária na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Banco Fibra. Seu centro corporativo está localizado em São Paulo.

É uma empresa verticalizada, proprietária de quinze fábricas, que atua nos segmentos de fiação, tecelagem, malharia, acabamento/beneficiamento e confecção de artigos têxteis, com destaque para a produção de denim (também chamado de índigo, usado na confecção de *jeans*) e malhas sintéticas. Possui uma forte participação no mercado externo de produtos têxteis: em 2002, exportou o equivalente a 89 milhões de dólares, ou cerca de 20% de suas vendas, segundo Cristiane Mano (2003). Suas exportações destinam-se ao Canadá, Estados Unidos e países da Europa, América Central, América Latina, Oriente Médio, entre outros. A criação da Vicunha Têxtil é parte da estratégia do Grupo Vicunha para ganhar competitividade internacional, o que incluiu investimentos na reorganização produtiva e na aquisição de novos maquinários, fechamento de fábricas antigas e corte de funcionários.

---

<sup>51</sup> O site de cada empresa também foi consultado em fevereiro de 2004 para obtenção de informações.

A Vicunha Têxtil possui unidades produtivas instaladas em Americana (Vine Têxtil), Itatiba, São Manuel e Amparo (SP). Além destas, é proprietária de fábricas em Fortaleza (CE), onde são produzidos índigos e malhas; em Pacajus (CE), também com produção de índigos; Natal (RN), com produção de brins; Recife (PE), onde são produzidas as confecções; e Simões Filho (BA).

A verticalização da produção, uma das principais marcas da empresa, é confirmada através da observação da integração produtiva realizada entre algumas de suas unidades, com destaque para aquelas localizadas no Estado de São Paulo. Em Simões Filho (BA), é produzido o polímero de poliéster, que será utilizado na produção de filamentos e fibras de poliéster pela FIBRA S/A, em Americana (SP), onde também estão instaladas duas unidades de tecelagem plana. Em Amparo (SP), está instalada uma tecelagem plana, com produção de tecidos sintéticos e mistos de algodão. Em São Manuel (SP), são produzidos fios de poliéster e raiom viscose, que abastecem a malharia de artigos sintéticos da própria empresa instalada no município. Finalmente, em Itatiba (SP), estão instaladas três unidades produtivas, onde é realizado todo o processo de beneficiamento (tinturaria, estamparia e acabamento) dos tecidos planos e das malhas produzidas em Americana, Amparo e São Manuel.

A Santista Têxtil, criada em 1994, pela fusão de duas tradicionais empresas têxteis brasileiras, possui sede em São Paulo e seis fábricas no Brasil (nos Estados de São Paulo, Sergipe e Pernambuco), uma na Argentina e uma no Chile, sendo a única multinacional brasileira do setor têxtil. É a maior exportadora de brins e denim do país e uma das três maiores produtoras mundiais de tecidos denim, atuando na fiação, tecelagem e beneficiamento de tecidos compostos principalmente por algodão. A empresa pertence, em proporções iguais, à São Paulo Alpargatas e ao Grupo Camargo Corrêa, sendo que este último controla a São Paulo Alpargatas, com mais de 61% do capital votante, conforme informações extraídas do artigo Maior... (2003). Segundo o artigo Santista... (2004), a empresa adquiriu, em 2004, a Cia. Jauense Industrial (até então controlada pelo Grupo Camargo Corrêa), que passou a ser sua subsidiária.

A empresa possui forte presença no mercado externo, pois 50% da receita líquida anual é proveniente de vendas externas consolidadas, sendo que na Argentina e

no Chile também é a maior exportadora de artigos têxteis. Em 2003, registrou vendas em 50 países. Dando continuidade ao programa de internacionalização, durante a década de 90, foram realizados grandes investimentos em modernização do processo produtivo e do maquinário e também na redução dos custos de produção. As fábricas da Santista Têxtil no Estado de São Paulo localizam-se em Americana, Tatuí e Jaú. A empresa é proprietária de fábricas também em Aracaju e Nossa Senhora do Socorro (SE) e em Paulista (PE).

O documento SANTISTA... (2004) informa que a Unidade de Negócios *Full Package* (pacote completo) da empresa foi transferida de São Paulo para Maracanaú (CE), no final de 2003. Segundo o estudo da Fundação Vanzolini (2001), trata-se de um dos novos modelos de atuação da indústria têxtil-confecções, como resultado das mudanças nas estruturas das grandes empresas na ponta do varejo e da comercialização. Dessa forma, em suas relações com as empresas que comandam as cadeias, os fornecedores de pacotes completos recebem as especificações sobre o produto - que serão utilizadas para desenvolver as especificações sobre o processo produtivo -, realizam o gerenciamento das compras e da logística e entregam o produto acabado com a marca do cliente. Na citada unidade, fornecedores selecionados confeccionam as peças de vestuário que a empresa fornece a cadeias de varejo e detentores de marca no exterior. Ainda conforme o relatório, o fato do processo produtivo se realizar em fábricas localizadas em três países (Argentina, Brasil e Chile), que possuem acordos comerciais e rotas de distribuição diferentes, além de custos competitivos de mão-de-obra, possibilita à empresa usufruir vantagens logísticas.

**CAPÍTULO 3**  
**FORMAÇÃO DA FAMÍLIA DE CIDADES TÊXTEIS: AMERICANA E**  
**ENTORNO**



### 3.1 PÓLO DE CRESCIMENTO E FAMÍLIA DE CIDADES

A análise do processo de organização de uma determinada atividade industrial em um espaço delimitado, pode ser realizada com base em diversos conceitos da Economia Regional e da Geografia Econômica. Entre eles, discutiremos o conceito de pólo de crescimento, elaborado por François Perroux e utilizado por Danilo C. Iglori (2000) em sua dissertação de Mestrado intitulada “Economia dos *clusters* industriais e desenvolvimento”. Para François Perroux (1955, p.7 apud IGLIORI, 2000, p. 88), [...] “o crescimento não aparece em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia”.<sup>52</sup>

Em sua elaboração teórica, François Perroux utiliza três noções principais, expostas por Danilo C. Iglori (2000). A primeira se refere à indústria motriz, com características modernas (divisão do trabalho, concentração do capital, mecanização) que, alcançando aumento em sua própria produção, pode desencadear um crescimento na produção de outras indústrias instaladas no pólo, situação a partir da qual ela passa a ser denominada de indústria-chave. Essa característica da indústria motriz também proporciona a geração de economias externas<sup>53</sup>, a elaboração de inovações produtivas, além da formação de uma “atmosfera” propícia ao crescimento da produção.

A segunda noção refere-se ao complexo industrial, pois, além da indústria-chave, é necessário também considerar a presença de produtores não-competitivos no pólo, que são estimulados ao crescimento a partir dos efeitos positivos da aglomeração espacial observada e da presença da indústria-chave. Essa situação corresponde a uma estrutura imperfeita de mercado, ou seja, verifica-se a existência de produtores menos expressivos juntamente com outros de maior expressão, que podem assumir o papel de liderança na mediação de conflitos ou na promoção de eventuais acordos entre as empresas.

---

<sup>52</sup> IGLIORI, Danilo C. *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p.88.

<sup>53</sup> Este conceito é exposto na página 119 deste trabalho.

Concluindo, a terceira noção refere-se ao surgimento dos pólos de crescimento, resultante da combinação entre a presença de uma indústria-chave, a estrutura imperfeita de mercado e a aglomeração espacial dos produtores. A presença integrada desses elementos é capaz de promover modificações significativas na estrutura industrial do pólo, proporcionando o crescimento econômico, cujos resultados serão apropriados de forma diferenciada por todos os diversos elementos, mesmo aqueles com menor participação, concretizando o pólo de crescimento.

Milton Santos (1979a) em sua obra “Economia espacial: críticas e alternativas”, inicia uma análise dessa teoria, questionando a validade da aplicação da mesma tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, afirmando que o espaço apresenta diferenciações reais entre esses grupos de países.

Passando a caracterizar o espaço nos países subdesenvolvidos, o autor afirma que sua organização e constante reorganização, geralmente em escala global, ocorre em função de interesses distantes que, contudo, não o afetam de maneira uniforme, pois as forças da modernização atuam seletivamente, ou seja, as variáveis modernas não são incorporadas simultaneamente em todos os lugares. Esse espaço é multipolarizado, isto é, está subordinado a uma grande quantidade de influências e forças de atração originadas de muitos níveis de tomada de decisão.

Finalmente, o espaço nos países subdesenvolvidos apresenta enormes desigualdades de renda, o que influencia fortemente as possibilidades de acesso a um grande número de bens e serviços. Segundo o autor, [...] “O nível de renda de cada um é função de sua localização espacial, a qual, por sua vez, determina a possibilidade de produzir e de consumir de cada um” (SANTOS, 1979a, p. 140).

A difusão das modernizações pelo espaço, assim caracterizado, obriga os agentes econômicos, produtivos e da distribuição a se adaptarem a uma situação de coexistência de interesses e realidades sociais novas e antigas. Esta é a origem dos dois circuitos da economia urbana, responsáveis pelo processo econômico e de organização do espaço: o circuito superior e o circuito inferior.

Em outra obra, denominada “O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, Milton Santos (1979b) apresenta esses dois

conceitos. Ao circuito superior pertencem os bancos, a indústria voltada para exportação, bem como a indústria urbana moderna, o comércio, os serviços modernos, atacadistas e transportadores, exercendo suas ações através de grandes quantidades de mercadorias, produzidas para atender às necessidades de consumo criadas através do uso da publicidade por essas atividades. Já o circuito inferior abrange as formas de fabricação pouco capitalizadas, os serviços não-modernos "a varejo", o comércio tradicional e de pequeno porte, que são dependentes do consumo, realizado principalmente pela população pobre e, em geral, manipulam pequenos volumes de mercadorias. No contexto do circuito superior, destacam-se a influência e o controle exercido pela grande empresa multinacional e pelos monopólios. A concentração econômica ou o monopólio pode ser observado em todos os setores de atividades, independentemente do nível de industrialização do país, e sua origem está na tecnologia, sendo esta uma característica do período técnico-científico-informacional.

As estratégias colocadas em prática pelos monopólios apresentam repercussões em toda a organização econômica de um país, seja no domínio privado (em especial nos setores dinâmicos) como no domínio do poder público. De um lado, a definição de preços, salários e investimentos por parte dos monopólios repercutem diretamente em objetivos importantes do Estado, tais como o crescimento econômico, a política de emprego, a estabilidade dos preços. Por outro lado, o poder de influência dos monopólios sobre as políticas do Estado que são elaboradas, sob diversos aspectos, com amplo favorecimento aos mesmos.

Diversos aspectos diferenciam os dois circuitos econômicos, especialmente em relação à tecnologia e organização. Enquanto as atividades do circuito superior utilizam tecnologia importada e de alto nível, com uso intensivo de capital, geralmente disponibilizado pelo crédito bancário, com predomínio do trabalho assalariado e usufruindo, direta ou indiretamente, de auxílio governamental, aquelas pertencentes ao circuito inferior utilizam tecnologia freqüentemente adaptada ou recriada localmente, com uso intensivo de mão-de-obra, normalmente temporária, sendo que sua existência depende do dinheiro líquido e do crédito pessoal direto, sem nenhum tipo de apoio governamental.

A observação do circuito superior revela sua tendência em exercer o controle sobre a economia como um todo e sobre a macro-organização do espaço, seja de forma direta ou por intermédio do Estado. De forma contrária, o circuito inferior tende a ser dependente e subordinado ao circuito superior. Este último apresenta uma divisão, denominada circuito superior marginal, onde se encontram as atividades com uso de tecnologia e formas de organização menos modernas do que aquelas do circuito superior propriamente dito.

Segundo Milton Santos (1979a), a existência desses dois circuitos da economia urbana não permite que a cidade seja analisada como um conjunto único. Enquanto a integração das atividades do circuito superior ocorre principalmente com outras do mesmo circuito localizadas fora da cidade e de seu entorno, atingindo a escala nacional e internacional, as atividades pertencentes ao circuito inferior possuem uma estreita ligação com a cidade onde estão instaladas e seu entorno. Dessa forma, ao nível local a organização do espaço é decorrente das ações tanto do circuito superior como do circuito inferior, pois este último possui relações de dependência com o primeiro.

Continuando sua análise, o autor afirma que a teoria dos pólos de crescimento enfoca somente o circuito superior, devido à idéia de que o crescimento é estimulado apenas pela modernização, com a implantação de indústrias tecnologicamente avançadas. Segundo ele, esta visão apresenta algumas imprecisões:

[...] Primeiramente, as indústrias modernas não são necessariamente complementares. Em segundo lugar, estas indústrias podem não produzir efeitos disseminadores importantes. Finalmente, as indústrias podem lucrar através das economias de aglomeração encontradas na cidade sem exercer, em troca, nenhum efeito multiplicador apreciável, especialmente se se trata de indústrias de reexportação.<sup>54</sup>

O autor denomina de indústrias de reexportação aquelas cuja produção se destina, principalmente, ao consumo dos países desenvolvidos.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: HUCITEC, 1979a. (Coleção Economia e planejamento: Série teses e pesquisas). p. 142.

<sup>55</sup> Este conceito é apresentado por Milton Santos (1979b) em sua obra *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*.

Ele afirma que: [...] “É, portanto, possível ter *crescimento sem pólos de crescimento*” (SANTOS, 1979a, p. 142, grifo do autor). Segundo ele, o crescimento pode ser observado em pontos privilegiados do espaço, com destaque para as cidades macrocefálicas e pequenas cidades industriais. O conceito de cidade macrocefálica, também elaborado por Milton Santos (1979b), se refere à cidade muito grande que, geralmente, apresenta as principais vantagens comparativas, expostas a seguir:

- economias de escala: referem-se à redução dos custos produtivos devido ao aumento na escala de produção da própria indústria;

- economias externas: referem-se à redução dos custos produtivos de uma indústria devido à sua localização junto a outras indústrias do mesmo setor;

- economias de aglomeração: referem-se às vantagens existentes na localização de uma indústria numa área próxima a um grande centro, onde se encontram instaladas outras indústrias, atividades comerciais, serviços, etc, além da existência do mercado.<sup>56</sup>

Além disso, geralmente essas cidades desfrutam de uma posição estratégica em relação à rede de transportes, o que configura-se como mais um atrativo na competição pelos investimentos. Após o estabelecimento dessa situação, ela é reafirmada continuamente, mesmo que outros centros urbanos também apresentem um crescimento importante.

Simultaneamente, as atividades do setor terciário – grande parte pertencentes ao circuito inferior –, passam a ter destaque no sistema urbano, tanto nas cidades que não caracterizam-se pela atividade industrial como nas cidades industriais, pois a indústria moderna emprega pequena quantidade de mão-de-obra. Assim, o crescimento econômico, entendido como aumento da atividade industrial, e a expansão do circuito inferior ocorrem paralelamente, porém os efeitos do crescimento econômico não alteram as condições de existência e funcionamento do circuito inferior, sendo que a expansão deste último contribui para o aumento da pobreza.

Segundo os dados apresentados na tabela 3.9 da página 148 deste estudo, em 2002 existiam seis grandes empresas têxteis instaladas em Americana, uma em Nova

---

<sup>56</sup> Esses conceitos são apresentados por Carlos Roberto Azzoni (1986) em sua obra *Indústria e reversão da polarização no Brasil*.

Odessa e uma em Santa Bárbara d'Oeste. Em Sumaré, não há registro da existência de grande empresa têxtil atualmente, sendo que a base de dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), que é a fonte dos mesmos, utiliza o número de empregados com “carteira assinada” como critério para definir o porte da empresa. Assim, uma empresa com mais de 500 empregados é classificada como grande empresa. *A priori*, podemos considerar que essas empresas pertencem ao circuito superior da economia urbana.

Um levantamento realizado pelo IBGE, denominado Perfil dos Municípios Brasileiros Gestão Pública 2001, em seu aspecto relativo às carências habitacionais, aponta a existência de 269 domicílios em favelas ou assemelhados em Americana e 78 barracos ou assemelhados em Sumaré. Os dados referentes aos municípios de Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste não foram informados.

Assim, especialmente em relação a Americana, observa-se a realização de importante produção econômica por parte dessas grandes empresas, porém coexistem importantes questões sociais relacionadas à pobreza e à miséria.

No presente trabalho, utilizaremos o conceito de família de cidades. O referido conceito é usado por Márcio A. Cataia (2004), em um relatório de pesquisa intitulado “Geração de Cidades e Modernização Agrícola no Centro-Oeste Brasileiro”. Segundo ele, por um lado, cada cidade é única, pois é resultante da integração de diferentes situações do passado e de combinações diversas de variáveis atuais internas e externas, que elaboram uma complexa divisão do trabalho; por outro lado, não se pode deixar de considerar a unicidade regional, construída através da interdependência promovida pela rede urbana e pela organização regional, formada pelos centros fornecedores de serviços e produtos solicitados pela economia e pela população. A partir dessa unicidade regional, foi elaborado o conceito de família de cidades.

Este conceito, elaborado por autores clássicos da Geografia, como Pierre Deffontaines (1944), que apresenta-o em seu estudo “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades” e utilizado também por Milton Santos (1965) em seu livro “A cidade nos países subdesenvolvidos”, é resgatado por María Laura Silveira (1999) em sua obra “Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina”. Segundo a

autora, o conceito de família de cidades possibilita a elaboração de uma periodização do fenômeno urbano, permitindo a observação de que seu surgimento deu-se em resposta à necessidade de atendimento a certas funções, no contexto do período histórico de sua origem. Com o passar do tempo, as famílias de cidades mantêm sua posição na rede urbana, ou tornam-se obsoletas, ou ainda apresentam uma evolução distinta, dependendo da alteração da matriz (econômica, política ou estratégica) responsável por sua origem.

Conforme Márcio A. Cataia,

Uma família de cidades diz respeito a um conjunto de cidades novas ou novas infra-estruturas implantadas em antigas cidades locais que nascem como resposta às solicitações do mercado para uma produção moderna, tendo em comum uma única dinâmica hegemônica a lhes imprimir seu movimento. São cidades que se inserem como órgãos “derivados” no organismo regional, reorganizando a antiga ordem do conjunto para impor novos usos regionais não mais a partir de uma ordem local, mas sobretudo a partir de uma ordem global [...]<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> CATAIA, Márcio A.. Relatório de pesquisa: *Geração de Cidades e Modernização Agrícola no Centro-Oeste Brasileiro*. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. UNICAMP. 2004. p. 6, (grifo do autor).

### 3.2 FORMAÇÃO DA FAMÍLIA DE CIDADES E ESPECIALIZAÇÃO FUNCIONAL TÊXTIL

Passaremos a apresentar o processo de formação da família de cidades têxteis de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, localizadas no Estado de São Paulo. Em 1875, é fundada a Fábrica de Tecidos Carioba, a primeira do setor têxtil instalada numa área que, futuramente, se destacaria pela produção têxtil em âmbito nacional. No "Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas (1850–1887)", de Ema E. R. Camillo (1998), consta como endereço: "entre Campinas e Piracicaba, à margem esquerda do rio Piracicaba e do ribeirão Quilombo" (CAMILLO, 1998, p. 87). A autora esclarece sobre a existência de uma sesmaria localizada entre a freguesia de Santa Bárbara (na época, município de Constituição, hoje Piracicaba) e a Vila de São Carlos (hoje Campinas) e afirma que a Fábrica de Tecidos Carioba foi "[...] assentada em área especialmente adquirida para esse fim, constituindo-se numa das partes da fazenda Salto Grande, que foi desmembrada em 1873 [...]" (CAMILLO, 1998, p.87). Os fatores apontados para sua localização estão relacionados ao aproveitamento das águas do ribeirão Quilombo para a geração de energia elétrica, através de um mecanismo que utilizava uma turbina e à disponibilidade de algodão em rama (algodão com caroços), principal matéria-prima, utilizada na produção de fios e tecidos de algodão, e que também era produzido na própria fazenda. Inicialmente, a fábrica produzia tecidos de algodão grosso, utilizados para uso e vestimenta dos escravos, para fabricação de sacarias ou embalagem de outros produtos.

A instalação da fábrica foi realizada através de uma associação entre os irmãos Antônio e Augusto de Souza Queirós, grandes fazendeiros de café, e um engenheiro norte-americano chamado William Putney Ralston. Em 1882, a fábrica é vendida aos irmãos ingleses Clement e Jorge Willmot, responsáveis por sua expansão e pela construção da Vila Operária de Carioba, construída próxima aos salões da fábrica, o que supõe a realização de investimento de capital estrangeiro.

A diversificação produtiva ocorre visando atender ao mercado consumidor que se formava na época, e no ano de 1885 uma variedade de produtos já eram fabricados:

casimira de algodão em cores, algodão branco lona, algodão riscado trançado, algodão lona riscado, algodão branco fino, toalhas, brins, fios e barbantes.

Em 1901, a fábrica estava fora de atividade e sua aquisição despertou o interesse de dois irmãos de origem alemã, o Comendador Franz Muller e Herman Muller, sendo que este último fez um empréstimo junto à empresa inglesa do engenheiro Rawlinson, a quem associou-se, constituindo a firma Rawlinson, Muller & Cia., que retomou as atividades produtivas da Fábrica de Tecidos Carioba em 1902. Esta situação comprova a realização de investimentos de capital estrangeiro, no caso inglês, na atividade produtiva de Carioba.

Outro aspecto da diversificação da produção dessa iniciativa industrial pode ser constatado através da instalação, por parte de pessoas da família Muller e em terreno pertencente à fábrica, da denominada Fábrica de Fitas de Seda Carioba, ocorrida em 1911. Entre seus produtos, estavam tafetás, fitas e cetins.

João A. Rodrigues (1978) em seu estudo “Façonismo: um sistema de trabalho da indústria têxtil – o exemplo de Americana”, afirma que a atividade de tecelagem de algodão e de seda realizadas em Carioba, tiveram um papel muito importante no desenvolvimento industrial ocorrido em Vila Americana, pois muitas pessoas aprenderam a trabalhar nelas e depois tornaram-se industriais, instalando fábricas na vila.

No contexto da então província de São Paulo, a instalação das primeiras tecelagens estava relacionada com a prosperidade da cafeicultura, que proporcionava a existência de capital excedente a ser investido na instalação de ferrovias e de outras atividades econômicas, como as indústrias. Essa prosperidade permitiu também a formação de um mercado consumidor de tecidos.

Ainda em 1875, é inaugurado um ramal da ferrovia, instalada pela Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, que ligaria a Vila de São Carlos (hoje Campinas) a Rio Claro. Neste percurso, além de outras, foi construída a Estação Santa Bárbara, localizada em terras da Fazenda Machadinho, no município de Santa Bárbara. A vinda de trabalhadores para estas obras originou a formação de um povoado, que se expandiu com a chegada e instalação dos imigrantes sulistas norte-americanos,

iniciada em 1866, derivando daí a denominação dada ao povoado de Vila dos Americanos ou Vila Americana. A aplicação de técnicas agrícolas trazidas pelos norte-americanos favoreceu o desenvolvimento de diversas culturas, entre elas a de melancia e a de algodão, e o povoado passa a se destacar no município de Santa Bárbara. Em 1899, a estação tem seu nome alterado para Estação de Vila Americana e em 1900 a Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais reconhece o povoado com essa denominação. A instalação da ferrovia é apontada também como um fator de localização da Fábrica de Tecidos Carioba, distante 3 km da estação ferroviária.

Observa-se, nessa época a existência de dois núcleos de povoamento: um representado pela Vila Americana, no entorno da estação, caracterizado pelo comércio e agricultura, e outro pela Vila Operária de Carioba, ligada à atividade industrial.

Assim, o início da atividade econômica, que até os dias atuais caracteriza Americana, teve sua origem numa área que não se constituía em território municipal de Americana. Por volta desta época, existia uma questão judicial envolvendo as Câmaras de Campinas e Santa Bárbara, pela posse do território de Vila Americana que se prolongou até 1900, quando Campinas assegurou seus direitos sobre o território. Em 30 de julho de 1904, o Poder Executivo Estadual, pela Lei nº 1916, elevou o povoado a Distrito de Paz de Vila Americana, no município de Campinas. Em 12 de novembro de 1924, pela Lei Estadual nº 1938, foi criado o município de Americana, e em 31 de dezembro de 1953 foi criada a Comarca de Americana.

A produção têxtil também é uma atividade econômica importante em Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré. Nova Odessa foi distrito de Americana desde 30 de dezembro de 1938, passando a constituir-se em município a partir de 18 de fevereiro de 1959. Contudo, o município foi efetivamente instalado apenas em janeiro de 1960. Portanto, o município de Nova Odessa foi desmembrado do território de Americana. Em relação a Sumaré, este constituía-se num distrito de Campinas (com o nome de Rebouças) desde 16 de dezembro de 1909. A denominação de Sumaré ao distrito foi dada em 30 de novembro de 1944. Sumaré adquiriu a condição de município em 30 de dezembro de 1953, sendo o município efetivamente instalado em 1º de janeiro de 1955. Já Santa Bárbara d'Oeste constitui-se em município desde 15 de junho

de 1869, pela Lei Provincial nº 2. Sua atual denominação foi estabelecida pelo Decreto-Lei Estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944.

O autor Helmut Troppmair (1966), em “Contribuição ao estudo da indústria têxtil em Americana” indica alguns fatores que favoreceram o desenvolvimento da atividade têxtil. Segundo ele, Americana possui uma posição privilegiada na média Depressão Periférica Paulista, beneficiando-se da qualidade das vias de transporte terrestre existentes e da proximidade em relação à capital do Estado (125 quilômetros de São Paulo). Além disso, o autor destaca a disponibilidade de matérias-primas - inicialmente o algodão, e depois, os fios artificiais -, de mão-de-obra – representada por imigrantes europeus e também migrantes -, a abundância de energia elétrica e o desenvolvimento da atividade façonista.

Conforme João A. Rodrigues (1978) em seu mencionado estudo, a atividade têxtil no núcleo de povoamento representado pela Vila Americana é iniciada somente em 1921, com a instalação de uma fábrica de fitas de seda. Ele acrescenta que, a produção de tecidos propriamente dita, ocorre em 1924, com uma fábrica de 12 teares, cujo proprietário era um médico, o Dr. Cícero Jones. Com sua morte, a fábrica passou para seus filhos, os irmãos Jones e, pouco tempo depois, estava falida. Esses teares foram adquiridos por Luiz Bertoldo, que era vendedor e fez um acordo com a Tecelagem Ítalo-Brasileira, instalada na capital paulista, para fornecimento de matéria-prima, cujo pagamento seria feito na forma de produção de tecidos, sem a necessidade, portanto, de investimento de capital. Era o começo do sistema de trabalho chamado façonismo em Americana. Essa própria fábrica foi responsável pelo incentivo à atividade façonista, realizada por seus empregados e também por empregados da Fábrica de Tecidos Carioba.

Responsável pela incrementação da produção têxtil em Americana, o façonismo consistia numa produção subcontratada, na qual os tecelões adquiriam e instalavam um ou alguns teares em um cômodo de suas próprias casas e trabalhavam nas horas vagas, utilizando a matéria-prima fornecida pela empresa e mão-de-obra familiar, sendo pagos pela quantidade de tecidos produzida. Esta atividade era utilizada sobretudo na

época de aumento da procura por tecidos, evitando que a empresa precisasse investir na ampliação de sua capacidade produtiva.

A autora Daniela Morelli de Lima (2002), em seu livro “Americana em um século: a evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio”, afirma que a alteração da composição da pauta de importações brasileiras no período subsequente à 1ª Guerra Mundial, abrindo oportunidades para o incremento da produção nacional e o desenvolvimento industrial brasileiro, aliado à instalação de fábricas de teares em São Paulo na década de 1920, facilitando a aquisição de maquinário, foram fatores que vieram contribuir para a expansão do fezonismo em Americana, que perde sua característica de atividade complementar, quando muitos ex-tecelões passam a dedicar-se a ela, utilizando a mão-de-obra de toda a família. A partir dessa época, verifica-se a disseminação de pequenas unidades produtivas pelos bairros da cidade, instaladas nas casas ou em pequenos salões arrendados por 3 ou 4 firmas.

A partir da década de 1940, ocorrem alterações na produção têxtil de Americana, relacionadas à produção de fios artificiais no país. Segundo a mesma autora, a atividade fezonista expande-se, devido ao menor custo da matéria-prima – fios artificiais – quando comparado aos de algodão ou aos de seda, o que diminuía os custos produtivos para os pequenos industriais e possibilitava a ampliação do mercado consumidor, pois os tecidos artificiais eram mais baratos. Para Ema E. R. Camillo (1998), essa concorrência foi um dos fatores da crise que atingiria a Fábrica de Tecidos Carioba, juntamente com a implantação em 1941, de uma experiência pioneira de caráter cooperativista no setor têxtil, representado pela Cooperativa de Tecidos Rayon de Americana (CITRA), resultante da união de alguns fezonistas e também da instalação da Distribuidora de Tecidos de Rayon de Americana (DISTRAL) em 1944, ambas com produção de tecidos de raiom. Assim, o núcleo representado pela Fábrica de Tecidos Carioba e sua vila operária perde importância enquanto área produtiva têxtil, passando a ter destaque as unidades produtivas espalhadas pelas outras áreas de Americana. A Fábrica de Tecidos Carioba encerra definitivamente suas atividades produtivas na década de 1970.

A instalação da primeira fiação em Americana (excetuando-se Carioba, que possuía fiação de algodão para uso próprio), denominada Fiação Brasileira de Rayon (FIBRA), resultante da associação entre um grupo de empresários locais e um grupo empresarial de origem italiana – Snia Viscosa -, ocorre em 1949, com a produção de filamento de náilon 6. Até então, o fornecimento de máquinas e matérias-primas era feito por indústrias de outras localidades, especialmente de São Paulo, que também representava o principal mercado consumidor dos tecidos.

A partir de então, podemos sugerir que se inicia a especialização funcional têxtil, pois Americana e os municípios em seu entorno passam a destacar-se no âmbito da Região Concentrada, e também nacionalmente, como importantes produtores de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas. Constituiriam, segundo Milton Santos, um dos chamados lugares especializados, que [...] “para atender a uma demanda mundializada consagram-se a uma tipologia limitada de atividades exigentes de infra-estruturas precisas e também especializadas” [...] (SANTOS, 1994, p. 19).

Segundo dados apresentados no citado estudo de João A. Rodrigues (1978), em 1967, existiam em Americana 401 estabelecimentos têxteis, dos quais 373 utilizavam fios artificiais, principalmente o raiom, como matéria-prima. Neste mesmo ano, as indústrias têxteis instaladas em Americana foram responsáveis por aproximadamente 23% do valor da produção de tecidos de fios artificiais realizada no Estado de São Paulo.

Em sua tese de Doutorado denominada “Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica: uma análise da estrutura produtiva mutante do Pólo Têxtil de Americana – SP”, Auro Aparecido Mendes (1997) afirma que outra alteração pode ser observada em relação à composição do capital instalado. Até a década de 1940, as indústrias eram antigas e tradicionais, implantadas com capitais locais. Nas décadas de 40, 50 e 60 (como exemplificado acima, no caso uma composição de capitais locais e estrangeiros), observa-se a instalação de indústrias de capitais externos, tanto nacionais quanto estrangeiros. Em 1961, é instalada a Unitika, uma fiação de fios de algodão, de capital externo estrangeiro; no ano de 1962, a Toyobo é instalada, produzindo fios de algodão e poliéster, também com capital externo estrangeiro. E em

estrangeiro. E em 1973, ocorre a instalação da Polyenka, com produção de fios de poliéster, com capitais mistos (nacional e holandês). Atualmente, existem investimentos industriais no setor têxtil que se baseiam em capitais locais, capitais externos nacionais, capitais externos estrangeiros e ainda capitais mistos (nacionais e estrangeiros).

Segundo o autor, no município de Americana, concentram-se principalmente as fiações e tecelagens, enquanto que nos municípios de Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste, estão localizadas as unidades produtivas que realizam as fases de acabamento dos fios e dos tecidos. Segundo ele,

Analisando-se o sistema produtivo (...) verifica-se a existência de um "núcleo" (core) constituído, principalmente por empresas de capitais nacionais e estrangeiros, que exercem o controle ou domínio ("governança") na produção de fios e tecidos. Há, portanto, uma estrutura hierarquizada, formada pela combinação "núcleo" (grandes empresas de capitais locais, nacionais e estrangeiros) e "anel" (empresas de pequeno e médio portes de capitais locais), com coordenação assimétrica, ou seja, poucas, porém grandes empresas, exercendo o comando do Pólo.<sup>58</sup>

Além disso, segundo o autor, Americana se constitui na principal área fornecedora de matérias-primas têxteis (naturais e sintéticas), sobretudo fios, do Brasil.

Os dados sobre o período de 1956-1980, apresentados por Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves e Wilson Cano (1988) no estudo "O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920 – 1980)" indicam a ocorrência de uma ampliação da concentração industrial na área de Campinas em relação ao Estado de São Paulo. A indústria têxtil, que concentrava somente 10,9% da produção estadual em 1956, passa a concentrar 21% em 1980, devido ao desenvolvimento do parque têxtil dos municípios de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste.

A tabela e o gráfico a seguir mostram dados que reafirmam essa colocação:

---

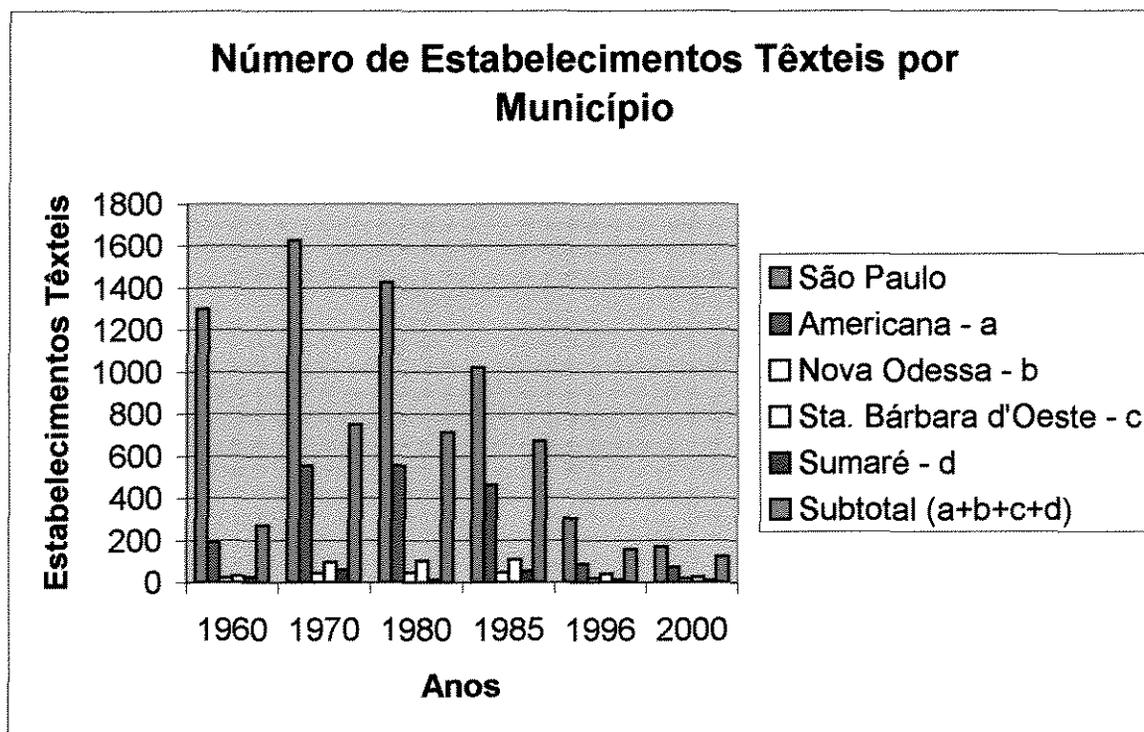
<sup>58</sup> MENDES, Auro A. *Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica: uma análise da estrutura produtiva mutante do Pólo Têxtil de Americana – SP*. 1997. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997, p. 130, (grifo do autor).

**TABELA 3.1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS TÊXTEIS POR MUNICÍPIO**

Município	1960	1970	1980	1985	1996	2000
<b>São Paulo</b>	<b>1300</b>	<b>1627</b>	<b>1425</b>	<b>1020</b>	<b>302</b>	<b>169</b>
Americana - a	193	553	553	462	87	69
Nova Odessa - b	20	42	45	45	17	19
Santa Bárbara d'Oeste - c	32	95	101	108	40	23
Sumaré - d	23	59	13	53	12	10
<b>Subtotal (a, b, c, d)</b>	<b>268</b>	<b>749</b>	<b>712</b>	<b>668</b>	<b>156</b>	<b>121</b>

Fonte dos dados: IBGE - Censo Industrial de 1960, 1970, 1980 e 1985 - Empresas com mais de 1 empregado  
 IBGE - Pesquisa Industrial Anual (PIA) 1996 e 2000 - Empresas com mais de 30 empregados  
 Os dados referentes a 1985 foram obtidos através de uma tabulação especial elaborada pelo Departamento de Indústria do IBGE do Rio de Janeiro.

Gráfico 3.1



Fonte dos dados: IBGE – Censo Industrial de 1960, 1970, 1980 e 1985 – Empresas com mais de 1 empregado  
 IBGE – Pesquisa Industrial Anual (PIA) 1996 e 2000 – Empresas com mais de 30 empregados  
 Os dados referentes a 1985 foram obtidos através de uma tabulação especial elaborada pelo Departamento da Indústria do IBGE do Rio de Janeiro.



Uma comparação entre o número de estabelecimentos têxteis existentes no município de São Paulo – que ocupa a 1ª posição no país – e em Americana – em 2ª posição, a partir de 1970 –, no período de 1960 a 2000 indica, por um lado, uma diminuição na importância dessa atividade em São Paulo (sem desconsiderar que é comum a localização da sede das empresas e, portanto, do comando, na capital paulista) observada pela redução no número de estabelecimentos e, por outro lado, a manutenção dessa importância em Americana, apesar da redução numérica também verificada especialmente após a implantação de políticas de caráter neoliberal no país na década de 90. A mesma situação pode ser observada quando, utilizando os mesmos dados, é feita uma comparação entre o município de São Paulo e a família de cidades têxteis formada por Americana e entorno.

É interessante observar também que, a atividade têxtil realizada pelas empresas instaladas na família de cidades têxteis de Americana e entorno, abrange todas as etapas da divisão técnica da produção, ou seja, desde empresas atuantes na produção de fibras e filamentos até empresas de acabamento/beneficiamento de tecidos e confecção de roupas.

Entre os conceitos de Milton Santos (1979b) apresentados em sua mencionada obra “O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, está o de cidade intermediária, caracterizada como aquela que disponibiliza maior diversidade de serviços e produtos, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, em comparação com as cidades locais e que, por outro lado, é comandada pela metrópole. Sua função é diretamente influenciada pela rede de transportes de que dispõe. Na cidade intermediária, juntamente ao circuito superior, é comum a existência de atividades pertencentes ao circuito superior marginal, bem como ao circuito inferior.

De uma forma geral, o Estado pode ser considerado como um aliado do circuito superior nos países subdesenvolvidos. Entre as medidas adotadas pelo Estado neste sentido, podemos citar a proteção concedida à concentração e aos monopólios, a promoção das indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação, o financiamento direto ou indireto das grandes empresas com a implantação de infra-

estruturas onerosas, além dos acordos feitos com as empresas controladoras da economia, envolvendo legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimento.

Este aspecto pode ser comprovado através de informações apresentadas no citado estudo “Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira” (2000) sobre as condições de financiamento de projetos:

Uma questão importante com relação às liberações do sistema BNDES diz respeito à norma de financiamentos de até R\$ 7 milhões terem liberação automática via repasse para bancos credenciados. Ou seja, para projetos com valores inferiores a este limite, o sistema BNDES repassa automaticamente para estes bancos tanto a análise de risco como os recursos. Esses bancos, naturalmente avessos ao risco de inadimplência, dificultam a concessão do financiamento, uma vez que a incidência de empresas de pequeno e médio portes nesta faixa de financiamento é muito grande. Assim, empresas de pequeno ou médio portes estão automaticamente, em sua maioria, excluídas do financiamento do BNDES.<sup>59</sup>

Uma importante consequência dessa norma do BNDES se refere ao chamado efeito deslocamento: a partir o momento em que os projetos de grandes empresas passam a ser financiados pelo BNDES com taxas de juros menores (devido ao baixo risco de inadimplência destas), as demais empresas ou os projetos de menor relevância das empresas líderes, são obrigadas a recorrer a outras instituições do mercado financeiro, tendo que se submeter a taxas de juros mais elevadas, pois são considerados como financiamentos de maior risco.

Para exemplificar o que foi dito, no final de 2001, o BNDES aprovou um financiamento de R\$ 18,3 milhões para a Santista Têxtil investir na modernização de suas fábricas (<<http://www.bndes.gov.br/noticias/not451.asp>>. Acesso em 07 set. 2004) e, em 2004, outro financiamento no valor de R\$ 106,7 milhões foi aprovado para a Vicunha Têxtil ampliar sua capacidade produtiva (<<http://www.bndes.gov.br/noticias/not730.asp>> Acesso em 07 set. 2004). Como já foi colocado,

---

<sup>59</sup> ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA E DA COMPETITIVIDADE DA CADEIA TÊXTEL BRASILEIRA. /IEL, CNA, SEBRAE. Brasília: IEL, 2000. p. 160.

ambas pertencem ao grupo das três empresas líderes no setor fiação/tecelagem do país.

Milton Santos (1979b) indica que esta posição do Estado como aliado do circuito superior apresenta dois importantes resultados. Primeiramente, a capacidade de investimento do Estado nos setores relacionados com as necessidades sociais, certamente, é reduzida. Além disso, como as atividades do circuito superior estão diretamente relacionadas à tecnologia em constante evolução, os investimentos também têm que ser constantes, inclusive os do Estado, que, dessa forma, têm seu poder de decisão e seu próprio papel enfraquecidos.

Em relação às redes de transporte instaladas na área, que possuem indiscutível importância para a produção econômica, três rodovias possuem destaque. A Via Anhanguera, cujo traçado atravessa os municípios de Sumaré, Nova Odessa e Americana, existe há mais de trinta anos e faz a ligação da capital ao interior do Estado de São Paulo, permite acesso a outros centros regionais e ainda aos Estados vizinhos, sendo importante meio de escoamento de matérias-primas e produtos. Ao longo dessa rodovia, em especial no trecho entre os municípios de Limeira e Campinas, observa-se a instalação de muitas unidades industriais. Outra rodovia de destaque é a Dom Pedro II, que pode ser acessada através da Via Anhanguera, em Campinas, permitindo a ligação com o Vale do Paraíba e com Estado do Rio de Janeiro, por um entroncamento com a Rodovia Presidente Dutra. E ainda a Rodovia dos Bandeirantes, fazendo a ligação entre Campinas e São Paulo e cuja extensão foi recentemente ampliada, com seu prolongamento entre Campinas e o município de Cordeirópolis. Essa malha rodoviária é acrescida pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado em Campinas.

A partir da década de 90, com a implantação de propostas neoliberais para a economia, a atividade têxtil presente em Americana e entorno foi profundamente afetada. Esse fato possui ligação com a especialização da produção em tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas encontrada nessa área, pois com abertura do mercado às importações, grandes quantidades desses produtos, e também de confecções elaboradas com esses tecidos, entraram no mercado brasileiro - adquiridas legalmente

ou via contrabando -, com preços muito baixos, provenientes especialmente de países asiáticos. Foi comum nesta época a prática do *dumping*, contribuindo para a profunda crise econômica ocorrida em Americana e entorno.

Além desse fator, o mencionado estudo “Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira” (2000), aponta que a capacidade empresarial de gestão de negócios, na maioria das indústrias têxteis da referida área, encontrava-se num nível ultrapassado, devido à acomodação diante do longo tempo de fechamento do mercado nacional à competição externa e à reserva de mercado para a produção têxtil nacional. Em consequência, não eram realizados investimentos na atualização das máquinas e equipamentos ou na modernização dos processos produtivos.

A partir da década de 90, os empresários têxteis viram-se obrigados a se posicionar frente a esta situação de concorrência instalada no mercado têxtil. Um grupo de empresários avaliou que a abertura comercial não se sustentaria e, assim, não realizou investimentos com o objetivo de alcançar competitividade, decisão que ocasionou, com o passar do tempo, o encerramento das atividades de grande parte de suas respectivas empresas.

Outro grupo de empresários avaliou que a abertura comercial era irreversível e, desde o começo da década de 90, deu início a grandes investimentos produtivos, o que permitiu que suas empresas encontrem-se atualmente em condições econômicas mais favoráveis do que aquelas do primeiro grupo. A maior parte das empresas têxteis em atividade em Americana e entorno pertencem a empresários desse segundo grupo, que se prepararam para enfrentar as novas condições de competitividade.

E ainda um terceiro grupo, com os empresários que decidiram tardiamente por realizar investimentos produtivos, decisão que foi responsável pelo fechamento de grande parte de suas respectivas firmas.

Os empresários que decidiram por realizar investimentos, o fizeram em tecnologia, através da substituição de máquinas e equipamentos, e na reorganização de seu processo produtivo, em busca da diminuição dos custos de produção, da melhoria da qualidade e da diferenciação de seus produtos, do aumento da produtividade, entre outros.

É preciso destacar que, contudo, muitos empresários, em especial pequenos e médios, não dispunham de condições financeiras, nem de programas de crédito para essa finalidade, o que ocasionou o encerramento das atividades de suas empresas, conforme mostra a seguinte tabela, que se refere às tecelagens planas.

A partir dela, encontramos indicativos da diminuição da arena de produção, com a redução significativa do número de empresas nos quatro municípios.

Entre outras conseqüências, esse processo ocasionou a redução no número de empregos efetivos oferecidos pelas empresas, como mostra a tabela seguinte, que apresenta dados somente das tecelagens planas:

**TABELA 3.2 - NÚMERO DE EMPRESAS DE TECELAGEM PLANA**

<b>Município</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000/set.</b>
Americana	827	764	676	680	475	447	395	416	425	456	462
Santa Bárbara d'Oeste	479	443	395	383	264	248	195	195	197	192	199
Nova Odessa	126	120	111	106	70	65	18	13	21	30	38
Sumaré	54	48	41	30	21	18	12	22	22	25	26
<b>Total</b>	<b>1.486</b>	<b>1.375</b>	<b>1.223</b>	<b>1.199</b>	<b>830</b>	<b>778</b>	<b>621</b>	<b>643</b>	<b>665</b>	<b>703</b>	<b>725</b>

Fonte: GIRARDI, 2000

**TABELA 3.3 - NÚMERO DE EMPREGOS EFETIVOS NAS EMPRESAS DE TECELAGEM PLANA**

<b>Município</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000/set.</b>
Americana	17.845	15.532	14.340	10.597	9.286	8.540	8.148	8.725	8.850	10.231	10.335
Santa Bárbara d'Oeste	6.305	5.461	4.241	4.768	5.058	3.395	2.295	2.340	3.050	2.982	3.009
Nova Odessa	3.760	3.384	3.445	3.390	3.567	3.317	2.183	2.201	2.500	2.625	2.736
Sumaré	3.147	2.321	1.869	1.861	1.773	2.491	755	827	900	1.021	1.044
<b>Total</b>	<b>31.057</b>	<b>26.698</b>	<b>23.895</b>	<b>20.615</b>	<b>19.684</b>	<b>17.743</b>	<b>13.418</b>	<b>14.093</b>	<b>15.300</b>	<b>16.859</b>	<b>17.124</b>

Fonte: GIRARDI, 2000

A análise das tabelas mostra, tanto em relação ao número de empregos efetivos nas tecelagens planas de cada um dos municípios como em relação ao total de empregos efetivos, que o nível mais baixo foi atingido em 1996 e que, a partir desta data, observa-se uma lenta recuperação. Contudo, segundo o mesmo estudo, os investimentos realizados na aquisição de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados, com elevado nível de automação, reduziram a necessidade de mão-de-obra, não permitindo uma recuperação completa do número de empregos efetivos. O referido estudo apresenta dados do Sindicato das Indústrias de Tecelagem de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré (SINDITEC) mostrando que, apesar da redução verificada no número de empresas de tecelagem plana, a produção de tecidos planos no final da década de 90 se igualou àquela do começo da década. Isso indica que houve um aumento da produtividade por parte das empresas que continuaram em atividade, impulsionadas pelos investimentos realizados em máquinas e equipamentos e na reorganização de seus processos produtivos.

Finalizando, o estudo afirma que

Sob o protecionismo<sup>60</sup>, as estratégias empresariais eram simplesmente maximizar a produção, pois sem a concorrência externa, o preço não era uma variável tão importante quanto o aumento do volume da produção. Após o choque, verificou-se em Americana [e entorno] uma lição e uma experiência muito importante: ao invés de maximizar a produção, a meta das empresas passou a ser a busca por uma maior produtividade, qualidade dos produtos e preço.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Sistema político-econômico que consiste em proteger a agricultura, o comércio ou a indústria de um país contra a concorrência estrangeira, por meio de um conjunto de medidas, como, por exemplo, a limitação das importações pela instituição de tarifas alfandegárias.

<sup>61</sup> Cf. ANÁLISE, 2000, p. 330.

### 3.3 PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE AMERICANA E ENTORNO NA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS E FEDERAIS

A importância de uma determinada atividade para a economia de um município pode ser avaliada através de um índice denominado Valor Adicionado Fiscal (VAF), ou simplesmente Valor Adicionado (VA), calculado pela Secretaria da Fazenda e utilizado como um dos critérios para a definição do Índice de Participação dos Municípios na receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) (2004), o VAF:

[...] é obtido, para cada município, através da **diferença** entre o valor das **saídas** de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no seu território, e o valor das **entradas** de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil.<sup>62</sup>

O artigo de Antonio J. Andrietta (2003), denominado “Índice de Participação dos Municípios no ICMS do Estado de São Paulo: uma proposta para sua recomposição e aperfeiçoamento” aponta que, no Estado de São Paulo, a Lei nº 8.510/93 estabeleceu a proporção do VAF em 76% e os demais 24% distribuídos de acordo com a composição de Índice de Participação, conforme o seguinte quadro:

---

<sup>62</sup> SEADE. *Novos dados do Valor Adicionado Fiscal*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/noticias/noticia06.htm>> (grifo do autor). Acesso em: 06 out. 2004.

**QUADRO 3.1 - COMPOSIÇÃO E PONDERAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA DISTRIBUIÇÃO DO ICMS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Componente	Cálculo	Peso (%)
1) Valor Adicionado (VA)	Relação entre o valor do	76,0
2) População (POP)	componente do município no	13,0
3) Receita Tributária Própria (RTP)	ano, em relação ao valor total	5,0
4) Área Cultivada (AC)	do estado no mesmo ano. É	3,0
5) Área Inundada (AI)	o quociente da divisão do	0,5
6) Área Preservada (AP)	primeiro pelo segundo.	0,5
Soma ponderada (1+6)	-	98,0
7) Complemento (CF)	Fixo rateado entre todos os municípios	2,0
Total (soma ponderada+complemento)	-	100,0

Fonte: apud Andrietta, 2003, p. 29

O índice referente a cada município é um somatório ponderado de sua respectiva participação em cada item considerado na composição da tabela acima.

O componente 1 do quadro acima refere-se ao total do VA gerado no município pela indústria de transformação, pela indústria extrativa e outras atividades consideradas industriais, bem como pelo comércio, serviços, agricultura e por outros.

Segundo um estudo coordenado por Wilson Cano e Carlos A. Brandão (2002), intitulado "A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente", no cálculo do VA total dos municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, a indústria de transformação participa com a maior porcentagem.

Entre os subsetores em que se divide a indústria de transformação, a importância da atividade têxtil para o cálculo do VA total dos mesmos municípios pode ser avaliada pela observação da tabela seguinte:

**TABELA 3.4 - PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE TÊXTIL NO VAF MUNICIPAL (INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO) - %**

Município	1980	1990	1995	1996	1997	1998
Americana	72,4%	71,2%	58,9%	55,2%	49,8%	49,1%
Nova Odessa	65,8%	45,9%	42%	41,9%	33,2%	37,5%
Santa Bárbara d'Oeste	21,8%	47,0%	37,8%	*	*	39,1%
Sumaré	1,02%	1,55%	4,74%	5,3%	5,2%	2,65%

Fonte dos dados: DIPAM, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; Fundação SEADE apud CANO; BRANDÃO, 2002.

Obs: Tabela elaborada com base no documento referenciado acima.

\* Porcentagens não apresentadas

Primeiramente, os dados relativos aos municípios de Americana e Nova Odessa demonstram, mais uma vez, o impacto causado pela implantação de propostas de caráter neoliberal pelo Governo Federal, durante a década de 90, sobre a atividade têxtil realizada nesses municípios. Apesar da redução verificada nas porcentagens, ela ainda possui importante participação nesse cálculo.

Em relação a Santa Bárbara d'Oeste, ocorreu uma variação acentuada entre 1980 e 1995, porém a análise é dificultada pela falta de dados referentes aos anos de 1996 e 1997. Contudo, os dados referentes a 1998, apontam uma importante participação da atividade têxtil no referido cálculo.

Finalmente, para o município de Sumaré, os dados indicam que a atividade têxtil possui uma importância de menor peso, se comparada com a que ela representa nos outros três municípios considerados.

Dessa forma, para Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d'Oeste, a participação da atividade têxtil no cálculo do VA total e, conseqüentemente, na divisão dos valores arrecadados pelo ICMS entre os municípios paulistas, continua sendo bastante significativa.

Uma análise sobre a arrecadação de tributos federais incidentes sobre uma determinada atividade econômica também pode ser utilizada para verificar a importância da mesma para a economia de um município.

Com esse objetivo, apresentamos as tabelas a seguir:

**TABELA 3.5 - ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS - AMERICANA (EM REAIS)**

<b>Atividade</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Beneficiamento de algodão	1.518	0	0	245
Beneficiamento de outras fibras têxteis naturais	390.898	1.752.856	581.933	3.601.670
Fiação de algodão	7.303.640	6.639.435	6.415.212	12.336.696
Fiação de outras fibras têxteis naturais	0	0	2.109	2.861
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	43.708.728	33.248.436	19.441.825	20.981.048
Fabricação de linhas e fios para coser e bordar	3.915	6.270	2.512	557
Tecelagem de algodão	2.892.723	2.029.509	1.478.731	1.681.865
Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais	2.268	507	670	3.387
Tecelagem de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos	9.562.964	10.844.221	9.579.449	10.771.844
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico incluindo tecelagem	395.534	715.105	1.125.107	1.239.892
Fabricação de outros artefatos têxteis incluindo tecelagem	3.338.596	3.204.960	5.476.419	5.025.478
Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis produzidos por terceiros	5.584.461	4.435.580	3.873.410	3.435.056
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos	4.840.459	4.327.549	4.320.476	2.536.261
Fabricação de artefatos de tapeçaria	406.303	71.611	14.466	15.783
Fabricação de artefatos de cordoaria	0	0	19	11
Fabricação de tecidos especiais - inclusive artefatos	7.149	618	5.379	1.491
Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	1.070.411	959.248	600.819	522.965
Fabricação de tecidos de malha	1.243	3.299	19.288	20.932
Fabricação de meias	633	90	127	0
Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malharias (tricotagens)	2.449	3.127	2.727	2.960
<b>Total</b>	<b>79.453.892</b>	<b>68.242.423</b>	<b>52.940.678</b>	<b>62.181.002</b>
<b>Arrecadação total de tributos pela Delegacia da Receita Federal (Americana)</b>	<b>190.935.053</b>	<b>182.440.535</b>	<b>176.932.855</b>	<b>189.456.583</b>
Porcentagem referente à participação da arrecadação sobre a fabricação de produtos têxteis na arrecadação total	<b>41,61%</b>	<b>37,4%</b>	<b>29,92%</b>	<b>32,82%</b>

Fonte: Delegacia da Receita Federal

**TABELA 3.6 - ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS - NOVA ODESSA (EM REAIS)**

<b>Atividade</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Beneficiamento de outras fibras têxteis naturais	3.031	35.112	40.449	13.729
Fiação de algodão	497	1.052	856	3.230
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	1.374.423	2.254.629	3.258.749	3.309.017
Fabricação de linhas e fios para coser e bordar	0	4.905	1.817	3.163
Tecelagem de algodão	122.638	234.050	238.435	458.887
Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais	89.908	106.819	130.211	105.989
Tecelagem de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos	445.955	410.554	550.458	418.279
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico incluindo tecelagem	55.152	12.341	66.138	106.976
Fabricação de outros artefatos têxteis incluindo tecelagem	4.100.679	2.838.929	3.047.913	3.915.577
Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis produzidos por terceiros	1.371.744	1.281.165	1.418.463	1.669.342
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos	767.685	893.124	956.223	800.068
Fabricação de artefatos de cordoaria	0	0	10	11
Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	2.182.172	2.058.085	1.303.523	1.061.588
<b>Total</b>	<b>10.513.883</b>	<b>10.130.765</b>	<b>11.013.244</b>	<b>11.865.856</b>
<b>Arrecadação total de tributos pela Delegacia da Receita Federal (Nova Odessa)</b>	<b>42.937.679</b>	<b>50.685.002</b>	<b>69.202.490</b>	<b>83.753.229</b>
Porcentagem referente à participação da arrecadação sobre a fabricação de produtos têxteis na arrecadação total	<b>24,48%</b>	<b>19,98%</b>	<b>15,91%</b>	<b>14,16%</b>

Fonte: Delegacia da Receita Federal

**TABELA 3.7 - ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS - SANTA BÁRBARA D'OESTE (EM REAIS)**

<b>Atividade</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Beneficiamento de algodão	7.105	11.603	8.026	11.561
Beneficiamento de outras fibras têxteis naturais	11.133	15.491	22.484	31.741
Fiação de algodão	12	83	95	314
Fiação de outras fibras têxteis naturais	511.006	69.327	522	6.382
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	564.812	509.647	622.166	718.145
Fabricação de linhas e fios para coser e bordar	898	0	0	0
Tecelagem de algodão	17.995.091	19.008.594	31.044.095	39.910.989
Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais	197.315	332.957	330.373	148.322
Tecelagem de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos	3.163.395	3.779.364	4.077.913	5.368.402
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico incluindo tecelagem	72.103	59.466	67.514	117.844
Fabricação de outros artefatos têxteis incluindo tecelagem	1.002.675	786.807	1.255.355	1.466.543
Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis produzidos por terceiros	941.479	902.659	1.215.992	1.355.218
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos	141.173	115.166	3.347	102.730
Fabricação de artefatos de cordoaria	0	1.085	0	457
Fabricação de tecidos especiais - inclusive artefatos	0	632	0	0
Fabricação de outros artigos têxteis - exclusive vestuário	603.677	658.712	610.170	628.851
Fabricação de tecidos de malha	220.712	239.614	243.217	364.772
<b>Total</b>	<b>25.432.587</b>	<b>26.491.205</b>	<b>39.501.268</b>	<b>50.232.270</b>
<b>Arrecadação total de tributos pela Delegacia da Receita Federal (Santa Bárbara d'Oeste)</b>	<b>87.325.754</b>	<b>101.655.235</b>	<b>119.051.215</b>	<b>149.902.687</b>
Porcentagem referente à participação da arrecadação sobre a fabricação de produtos têxteis na arrecadação total	<b>29,12%</b>	<b>26,05%</b>	<b>33,18%</b>	<b>33,5%</b>

Fonte: Delegacia da Receita Federal

**TABELA 3.8 - ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS - SUMARÉ (EM REAIS)**

<b>Atividade</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	878.367	24.910	1.457.867	432.555
Tecelagem de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos	1.997.894	2.797.454	4.150.450	4.146.719
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico incluindo tecelagem	21.812	10.566	330	5.153
Fabricação de outros artefatos têxteis incluindo tecelagem	1.877	35	8.812	4.204
Serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis produzidos por terceiros	495.754	615.291	909.491	518.038
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos	31.784	53.026	48.994	72.301
Fabricação de artefatos de cordoaria	0	0	1.917	0
Fabricação de tecidos especiais - inclusive artefatos	616.031	710.420	691.649	1.114.816
<b>Total</b>	<b>4.043.520</b>	<b>4.211.701</b>	<b>7.269.509</b>	<b>6.293.787</b>
<b>Arrecadação total de tributos pela Delegacia da Receita Federal (Sumaré)</b>	<b>500.174.858</b>	<b>563.572.814</b>	<b>650.103.285</b>	<b>681.906.723</b>
Porcentagem referente à participação da arrecadação sobre a fabricação de produtos têxteis na arrecadação total	0,8%	0,74%	1,11%	0,92%

Fonte: Delegacia da Receita Federal

Mesmo levando-se em consideração que a abrangência das tabelas apresentadas é de curta duração cronológica, observa-se em relação aos municípios de Americana e Nova Odessa, uma redução nas porcentagens referentes à participação da arrecadação sobre a fabricação de produtos têxteis na arrecadação total de tributos federais em ambos os municípios. Contudo, essa atividade continua com uma importância bastante significativa, especialmente em relação à Americana.

Em relação à Santa Bárbara d'Oeste, observa-se um aumento nas mesmas porcentagens, sendo que a mais elevada refere-se a 2003, o que concede maior significado à atividade têxtil neste município.

Finalmente, em relação a Sumaré, de forma geral, os dados indicam, mais uma vez, que a atividade têxtil possui uma importância de menor peso, quando comparada a que ela possui nos outros três municípios da família de cidades têxteis.

É importante destacar que, parte dos recursos arrecadados pela União retorna aos municípios, como apontado por Márcio A. Cataia (2001), em sua tese de Doutorado intitulada "Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro" Segundo informações obtidas na Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, ele indica que as transferências de recursos financeiros do Governo Federal para os municípios são divididas em dois grupos: voluntárias e constitucionais.

As transferências voluntárias referem-se aos recursos transferidos pela União para os municípios através de acordos, convênios, ajustes ou outros instrumentos similares, para realização de obras e/ou serviços de interesse comum às três escalas de poder: municípios, Estados e União.

As transferências constitucionais referem-se àquelas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, sendo as principais: o Fundo de Participação dos Estados (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme disposto pelo artigo 159 da Constituição; o Imposto Territorial Rural (ITR); o Imposto sobre Operações Financeiras/Ouro (IOF-Ouro); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); e o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX).

Conforme José M. Bovo (2000) em seu livro “Federalismo fiscal e descentralização de políticas públicas no Brasil”, a distribuição do FPM entre os municípios ocorre da seguinte forma:

- 10% para os municípios com função de capital (grupo 1);
- 3,6% para os municípios do interior com mais de 156.216 habitantes (grupo 2);
- 86,4% para os municípios com menos de 156.216 habitantes (grupo 3).

Segundo o autor,

Os coeficientes de participação dos Municípios das Capitais são calculados proporcionalmente à população e inversamente à renda *per capita* do Estado. O mesmo critério aplica-se aos Municípios do grupo 2. Para o grupo 3, o coeficiente é calculado exclusivamente de forma proporcional ao tamanho da população. Além da proporção fixada em lei (3,6%), os Municípios do grupo 2 recebem também sua cota normal referente a todos os Municípios do interior.<sup>63</sup>

Segundo esses critérios, o município de Nova Odessa é incluído no grupo 3, pois sua população estimada em 2003 era de 44.538 habitantes, conforme dados do IBGE. Segundo a mesma fonte, o município de Americana possuía 191.451 habitantes, enquanto que Santa Bárbara d’Oeste contava com 177.722 habitantes e Sumaré com 213.886 habitantes. Portanto, esses três municípios estão incluídos no grupo 2.

Finalmente, é importante apontar que, segundo informações do representante da Delegacia da Receita Federal, verifica-se uma situação em que algumas empresas centralizam a arrecadação de seus tributos federais através de sua matriz que, nem sempre está localizada em um dos quatro municípios envolvidos neste estudo. Dessa forma, o retorno de recursos financeiros através do FPM ocorre para o município da matriz e não da produção propriamente dita.

---

<sup>63</sup> BOVO, José M. *Federalismo fiscal e descentralização de políticas públicas no Brasil*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. (Coleção Economia / Administração Pública) p. 121.

### 3.4 QUADRO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA A FAMÍLIA DE CIDADES TÊXTEIS

A partir da base de dados da RAIS, consultada através do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho do MTE, elaboramos a próxima tabela, com o número de empresas têxteis existentes em cada um dos quatro municípios:

**TABELA 3.9 - NÚMERO DE EMPRESAS TÊXTEIS EM AMERICANA E ENTORNO**

Ano	Americana				Nova Odessa				Santa Bárbara d' Oeste				Sumaré			
	Micro	Peq.	Média	Grande	Micro	Peq.	Média	Grande	Micro	Peq.	Média	Grande	Micro	Peq.	Média	Grande
1994	319	73	31	6	39	12	8	3	105	42	11	1	46	10	2	1
1995	295	65	24	5	48	7	7	1	113	27	9	0	42	5	4	1
1996	226	56	22	6	42	5	9	2	97	29	7	1	40	5	4	0
1997	235	57	17	6	48	11	10	1	102	25	5	1	39	7	3	0
1998	206	52	14	8	47	12	6	1	96	25	5	1	34	4	4	0
1999	211(226) = 437	57	14	7	41(43) = 84	16	7	1	90(62) = 152	27	5	1	38(23) = 61	4	4	0
2000	216(209) = 425	71	17	8	39(38) = 77	20	6	1	108(59) = 167	29	3	1	31(23) = 54	6	3	0
2001	238(191) = 429	73	13	7	51(37) = 88	21	6	1	105(56) = 161	34	3	1	29(27) = 56	5	4	0
2002	237(216) = 453	72	18	6	50(43) = 93	20	6	1	97(60) = 157	38	6	1	31(28) = 59	6	5	0

Fonte: RAIS/MTE

Microempresa: 0 a 19 empregados

Pequena empresa: 20 a 99 empregados

Média empresa: 100 a 499 empregados

Grande empresa: acima de 500 empregados

Obs: Os números entre parênteses se referem a RAIS Negativa, isto é, empresas que declararam a não-existência de empregados com "carteira assinada" durante o período.

Segundo o representante do SINDITEC, entre as empresas instaladas em Americana com atuação no mercado externo, encontram-se: FIBRA S/A (Grupo Vicunha), Santista Têxtil, Polyenka Ltda., Invista Nylon, Unitika e Toyobo, sendo estas empresas do setor de fiação.<sup>64</sup> Entre as empresas do setor de tecelagem plana atuantes no mercado externo, podem ser citadas: Tecelagem Jacyra Ltda., Tecelagem Jolitex Ltda., Nellitex Indústria Têxtil Ltda., Meneghel Indústria Têxtil Ltda., Indústria de Tecidos Biasi S/A, Nicoletti Indústria Têxtil S/A, Indústria Têxtil Dahruj S/A e Vine Têxtil (Grupo Vicunha).

Em Nova Odessa, destacam-se a Tecelagem Hudtelfa Ltda., a Ober S/A Indústria e Comércio e a Cooperativa Nova Esperança (CONES). No município de Santa Bárbara d'Oeste, possuem destaque a Têxtil Canatiba Ltda., a Covolan Indústria Têxtil Ltda, a Cermatex Indústria de Tecidos Ltda. e a Têxtil Carvalho Filho. Em Sumaré, podemos destacar a Têxtil Dian Ltda., a Rossi, Kalvan & Cia. Ltda., a Giantex e a Têxtil Assef Maluf Ltda.

Segundo Leslie Cia Silveira (2004), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT) aponta que os mercados mais receptivos aos produtos têxteis brasileiros são: Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Colômbia, Chile, Japão, Portugal, México, Uruguai e China.

A busca de meios para o fortalecimento da atividade têxtil em Americana e entorno levou à criação do denominado Pólo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confeções, abrangendo os municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré e Hortolândia. O pólo foi criado através da Lei nº 11.274, sancionada em 3 de dezembro de 2002, pelo Governador do Estado de São Paulo, referente ao projeto de Lei nº 440/2001. Entre seus objetivos, destacam-se: o desenvolvimento da atividade produtiva têxtil e de confeções, a geração de emprego e renda para a população, o crescimento da produção, além do estímulo às atividades de pesquisa científica e tecnológica relacionadas às referidas atividades econômicas, conforme o Anexo D.

---

<sup>64</sup> A Santista Têxtil também realiza processos de tecelagem plana e acabamento/beneficiamento de tecidos na unidade de Americana.

A posse oficial dos membros e do presidente da Comissão de Desenvolvimento do Pólo Tecnológico ocorreu em 14 de agosto de 2003. Ela tem como função administrar a estrutura do pólo e as verbas para os projetos propostos pelas empresas, entre os quais, de incentivo às exportações. É formada por um representante de cada prefeitura dos municípios que integram o pólo, um representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e um representante da Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Também fazem parte da Comissão, um representante do Sindicato da Indústria Têxtil de São Paulo (SINDITÊXTIL), um representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e um representante do SINDITEC (LEITE, 2004; PAIVA, 2003).

Segundo Sandra Coelho (2003), o perfil, a capacidade de produção e as necessidades das micro e pequenas empresas têxteis e de confecções, instaladas nos municípios pertencentes ao Pólo Tecnológico, serão identificados. A proposta é oferecer condições para que essas empresas melhorem a qualidade de seus produtos, aumentem suas vendas e também a oferta de empregos. Entre as necessidades já identificadas estão a capacitação da mão-de-obra e a busca de recursos para financiamento de equipamentos mais sofisticados. Uma das estratégias para a realização de ações práticas por parte da Comissão de Desenvolvimento, é a criação de um consórcio para a execução dos projetos, com a participação de outras instituições, como, por exemplo, a Faculdade de Tecnologia de Americana (FATEC), ligada ao Centro Tecnológico Paula Souza.

Um estudo realizado por Dulce C. M. Filha e Ângela M. M. M. Santos (2002), denominado “Cadeia Têxtil: Estruturas e Estratégias no Comércio Exterior”, indica que em termos do comércio internacional de artigos têxteis, a maior parte das exportações correspondem às confecções. Diante disso, e segundo informações de Cristian Eduardo (2002), a inclusão das empresas de confecção no âmbito do Pólo Tecnológico, é muito importante, pois este é o segmento mais rentável e que tem despertado maior interesse no mercado consumidor externo, além de empregar grande quantidade de mão-de-obra e agregar valor ao produto. Ainda segundo ele, a balança comercial do setor têxtil brasileiro, nos últimos cinco anos, apresentou saldo positivo somente na exportação de confecções.

Diante do que foi apontado, um grande desafio para as indústrias têxteis de Americana e entorno, no contexto do Pólo Tecnológico, está relacionado com as matérias-primas para a produção de fibras e filamentos químicos.

Retomando as considerações apresentadas pelo estudo da Fundação Vanzolini (2001), enquanto no cenário mundial observa-se uma tendência à integração entre os elos da cadeia produtiva têxtil baseada em fibras químicas, no Brasil a situação é bastante diferente.

O estudo aponta a existência de interesses divergentes entre os elos dessa cadeia. O primeiro elo, representado pela Petrobrás, aparentemente, não responde de forma satisfatória aos requisitos da indústria têxtil. O segundo elo, composto em sua maioria por grupos de empresas nacionais, possui interesses não necessariamente convergentes com aqueles das empresas produtoras de fibras químicas. Finalmente, em relação a este último grupo de empresas, as de maior expressão são as subsidiárias de grandes grupos multinacionais, cujas estratégias são definidas basicamente pelas matrizes.

Passando a focar a disponibilidade no mercado brasileiro de matérias-primas para a produção de fibras químicas, derivadas da petroquímica, em relação à poliamida (ou náilon) e ao acrílico, não há indicativos de escassez de matérias-primas. A situação é diferente no que diz respeito ao poliéster.

Como já foi apontado, as matérias-primas para a obtenção do PET (polímero utilizado para a obtenção dos fios de poliéster), são fornecidas por produtores únicos no país. Uma dessas matérias-primas – o MEG - produzido pela Oxiteno, atende às necessidades do mercado interno, sendo inclusive exportado. Já a produção das outras duas matérias-primas – o DMT produzido pela Braskem e o PTA pela Rhodiaco -, não é suficiente para suprir o mercado interno, sendo necessária a realização de importações por parte de todas as empresas produtoras de poliéster. Conforme o relatório da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) (2000 apud FUNDAÇÃO, 2001, p. 20), a principal dificuldade em relação ao poliéster é a insuficiência da produção para atendimento do mercado interno da principal matéria-prima do PTA, o paraxileno. Segundo o artigo Projeto... (2004?), um representante da Braskem informa que a

empresa não possui planos de expansão da sua capacidade produtiva atualmente. Através de seu representante, a Rhodiaco afirma que investe constantemente nesse aspecto, mas que o atendimento a um grande crescimento na procura exigiria a instalação de uma nova unidade produtiva que, para ser viável economicamente, teria que possuir uma capacidade de produção anual de 500 mil toneladas, exigindo um grande investimento por parte da empresa.

Os preços das matérias-primas para a produção de fibras químicas constituem outra dificuldade. A Petrobrás controla, por monopólio, a produção da nafta, sendo que o preço é alvo de muita polêmica. As empresas fornecedoras de insumos utilizam o padrão internacional “não-asiático”, geralmente o norte-americano, para estabelecer os preços de seus produtos. Dessa forma, eles normalmente são mais elevados do que aqueles praticados no mercado asiático.

Deve-se lembrar que, duas das três principais empresas responsáveis pela polimerização e fiação de poliéster no Brasil, estão instaladas em Americana. São elas a Polyenka Ltda. e a FIBRA S/A. A outra é a Rhodia-ster, instalada em Paulínia (SP).

Atualmente verifica-se a existência de excesso de oferta no mercado mundial de poliéster, responsável pela manutenção de preços baixos para o produto, o que dificulta ainda mais a decisão das empresas produtoras em realizar investimentos em ampliação de sua capacidade produtiva.

Uma das conclusões do citado estudo de Marcelo C. Barbosa et. al é a de que:

[...] Quando se atenta para a baixa verticalização das empresas brasileiras, a fragmentação da estrutura produtiva nacional da cadeia petroquímico-fibras sintéticas, na qual coexistem empresas com baixa escala de produção no segmento de fibras e empresas do segmento petroquímico pouco sintonizadas com o setor têxtil, além das condições precárias de financiamento e tributárias, percebe-se a fragilidade competitiva nacional ante a penetração dos produtos asiáticos.<sup>65</sup>

Retomando as considerações feitas no “Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Impactos das zonas de livre comércio” (2002) e direcionando a abordagem para o contexto das relações internacionais, é necessário considerar que a

---

<sup>65</sup> Cf. BARBOSA et al., 2004, p. 124.

regulação do mercado de produtos têxteis é feita por diversos acordos internacionais. Em 1974, passou a vigorar o Acordo Multifibras (AMF), que serviu como estrutura para acordos bilaterais<sup>66</sup> ou ações unilaterais, com a fixação de quotas para as importações em países que estivessem sofrendo fortes prejuízos devido ao rápido crescimento das importações. As tarifas aduaneiras<sup>67</sup> também eram estabelecidas através desse acordo. Entretanto, a fixação de quotas era a principal medida utilizada, o que contrariava o sistema estabelecido pelo *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio<sup>68</sup>, cujo direcionamento privilegiava o estabelecimento de tarifas (UNIVERSIDADE, 2002).

Segundo informações do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) (2004), no âmbito do GATT, eram promovidas rodadas multilaterais, ou seja, sucessivas reuniões de negociação entre os países participantes. Durante a última delas, denominada Rodada Uruguai, iniciada oficialmente em 1986 e que se estendeu até 1994, importantes alterações foram definidas. Entre elas, a substituição, em janeiro de 1995, do próprio GATT pela Organização Mundial do Comércio (OMC), constituindo-se numa instituição permanente com sede em Genebra, na Suíça. Seu objetivo é organizar e supervisionar a liberalização multilateral do comércio entre seus mais de 150 países membros, além de mediar os conflitos entre os mesmos na área do comércio internacional.

Mais especificamente em relação ao setor têxtil, foi acertada a eliminação gradual do Acordo Multifibras. A partir de então, e sendo denominado Acordo Têxtil-Vestuário, foi colocado como um de seus objetivos, a liberalização do comércio de produtos têxteis dentro de dez anos, ou seja, entre 1995 e 2005, período em que as regras do antigo Acordo Multifibras seriam aos poucos eliminadas. Ainda segundo as considerações do referido estudo, com o Acordo Têxtil-Vestuário, a quantidade de produtos têxteis sujeitos às restrições foi gradualmente reduzida, o tamanho das quotas de importação foi aumentada, além de ocorrer uma redução progressiva das restrições ao comércio de produtos desse setor que não eram abrangidos pelo Acordo Multifibras.

---

<sup>66</sup> Acordo feito por um par de países para a remoção de barreiras comerciais entre si.

<sup>67</sup> Taxas ou direitos alfandegários cobrados pelo Estado sobre as importações e exportações.

<sup>68</sup> O GATT arbitra as diferenças de ordem comercial entre os países membros. Seu princípio básico é o livre comércio e o tratado é constituído por um código de tarifas e regras de comércio comum. Em 1981, o GATT englobava 83 países.

Neste sentido, esse mercado passa gradualmente a se submeter às regras da OMC. Os países que estão sujeitos às quotas estabelecidas pelo Acordo Têxtil-Vestuário são China, Índia, os países latino-americanos e africanos, os países do Sul e Sudeste Asiático, além das ex-repúblicas socialistas do Leste europeu. Entre os produtos têxteis abrangidos pelo acordo estão: fios e tecidos de seda, de lã, de algodão, de outras fibras vegetais, de fibras sintéticas, acessórios, vestuário e outros bens que utilizem têxteis. Contudo, o Acordo Têxtil-Vestuário possui alguns problemas, como, por exemplo, sua abrangência somente sobre as quotas vigentes, não atingindo as tarifas aduaneiras.

Em outros termos, a partir de 1º de janeiro de 2005, não existirão mais quantidades definidas para a exportação e importação dos citados produtos têxteis pelos países membros da OMC.

Essa situação representa um desafio para o setor têxtil brasileiro como um todo pois, como já foi colocado anteriormente, as empresas têxteis, especialmente aquelas originárias de alguns países do Sudeste Asiático que, pelo Acordo Têxtil-Vestuário estão submetidos a quotas até então, possuem condições de competitividade muito superiores à maioria das empresas têxteis instaladas no Brasil. O desafio é maior ainda para as indústrias de Americana e entorno, no contexto do Pólo Tecnológico, quando lembramos que, essas mesmas empresas asiáticas destacam-se na produção de artigos baseados em fibras e fios artificiais e sintéticos, exatamente a mesma especialização produtiva dessa família de cidades têxteis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo desta pesquisa, que procurou compreender a atuação das forças externas ao local sobre o processo de formação e organização atual da família de cidades têxteis formada por Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, compreendemos que existe continuidade, diversificação e intensificação da atuação dessas forças.

O início da produção têxtil, baseada no algodão, representada pela instalação da Fábrica de Tecidos Carioba em 1875, em uma área que passaria a fazer parte do município de Americana, foi influenciada por forças externas, num primeiro momento, na medida em que, em 1902, as atividades produtivas da fábrica, que estavam paralisadas, foram retomadas por meio de investimento de capital inglês.

A produção de fibras e fios têxteis artificiais (raiom) no país, também possui ligação com capital estrangeiro pois, na década de 30, essa produção era realizada por uma fábrica do Grupo Matarazzo, instalada em São Paulo; por uma subsidiária da multinacional francesa Rhône Poulenc; e ainda pela Companhia Nitro-Química Brasileira, resultante de um consórcio entre Votorantim e Klabin Irmãos, associados a capitais de origem norte-americana, esta última também instalada em São Paulo. Essa produção pode ser considerada como outro fator externo que viria a influenciar decisivamente a especialização produtiva têxtil na referida área, na medida em que, posteriormente, na década de 1940, ocorre a expansão do façonismo na produção desse tipo de tecido, pois os fios artificiais, adquiridos principalmente na capital paulista, eram mais baratos do que os de algodão ou seda. Dessa forma, é necessário destacar que o façonismo foi um importante fator local que contribuiu para a expansão da atividade têxtil.

Em 1949, a instalação da primeira fiação de raiom em Americana, a FIBRA, com capital local e italiano, comprova a continuidade dos investimentos estrangeiros. Esse fato pode ser considerado também como um fator local para a expansão da atividade têxtil, na medida em que estimulou a instalação de novas indústrias, que utilizavam o raiom como matéria-prima.

A partir da década de 60, os investimentos se diversificam, através da instalação de multinacionais na área: em 1961, instala-se a Unitika, uma fiação de algodão de origem japonesa; em 1962, outra fiação de origem japonesa, a Toyobo, com produção de fios de algodão e poliéster, é instalada. Os investimentos de capital estrangeiro continuaram, por exemplo, através da instalação da Polyenka em 1973, para produção de fios de poliéster, numa associação entre capital nacional e holandês.

Neste sentido, outro aspecto da influência externa pode ser observado, pois as filiais de empresas multinacionais estão sob o comando de suas matrizes no exterior. Esse comando atualmente é intensificado pelo uso das tecnologias da informação, uma característica do período técnico-científico-informacional, que permitem a comunicação eficiente e instantânea entre pontos situados a enormes distâncias entre si. Algumas empresas têxteis, localizadas na área de estudo, também são comandadas pela sede situada em outro local, especialmente na capital paulista. A especialização funcional têxtil na produção de tecidos de fibras artificiais e sintéticas dessa família de cidades apresenta uma grande dependência em relação à produção de matérias-primas derivadas da petroquímica, que são fornecidas, em alguns casos, apenas por empresas únicas, filiais de multinacionais. Aliando-se a isso, poderia-se acrescentar que o controle do fornecimento dessas matérias-primas, é feito por empresas situadas em outros locais, alguns do próprio Estado de São Paulo, e outros a longa distância, como Camaçari, na Bahia, além do fato de que a petroquímica é influenciada pelas variações do mercado internacional do petróleo.

Ainda sobre as matérias-primas, deve-se acrescentar que grandes quantidades são importadas, sob as mais variadas formas (fios, filamentos, fibras, substâncias químicas, etc), existindo, assim, uma dependência em relação ao mercado externo têxtil. A mesma situação pode ser observada no que se refere à aquisição da maioria das máquinas e equipamentos, atualizados tecnologicamente, por parte das empresas têxteis, que dependem de importações.

Por outro lado, a produção têxtil direcionada ao mercado externo, realizada por diversas empresas, nacionais e multinacionais, instaladas em Americana e entorno, também é condicionada por forças externas, na medida em que o mercado consumidor,

principalmente de maior poder aquisitivo, possui força na definição das características dos produtos.

Todas essas constatações sugerem que, especialmente a partir do final da II Guerra Mundial, considerado como o início do período técnico-científico-informacional, ocorre uma intensificação da atuação das forças externas sobre a família de cidades têxteis estudada.

Ao longo da década de 1990, as diretrizes da economia brasileira passaram a ser embasadas em propostas derivadas do neoliberalismo, podendo-se considerá-las, neste sentido, como mais um fator externo atuante sobre a indústria têxtil instalada na área de estudo, e também sobre o conjunto da indústria têxtil nacional, pois esse setor econômico como um todo, além de outros, foi profundamente afetado devido às medidas econômicas neoliberais implantadas no país. A competitividade da cadeia têxtil-confecções de países do Sudeste Asiático, especialmente daquela baseada em fibras químicas, foi comprovada no mesmo período, através do enorme crescimento das importações de seus produtos pelo Brasil, e também pode ser considerada como mais um fator externo de grande efeito.

Neste sentido, e retomando o conceito de família de cidades, consideramos que a ação de agregação e impulsionamento realizados pela atividade têxtil, sobre os municípios de Americana e entorno, são fortemente influenciados por fatores externos ao local, alinhados a uma ordem global.



## ANEXOS



## ANEXO A

### A Indústria Têxtil Algodoeira do Brasil

Ano	Número de fábricas	Capital (contos)	Fusos	Teares	Trabalhadores	Produção	
						(1000 metros)	(contos)
1853 <sup>a</sup>	8		4.499	178	424	1.210	
1866 <sup>a</sup>	9		13.977	346	795	3.586	2.116
1882 <sup>a</sup>	46	10.000	42.380 <sup>b</sup>		3.600	22.000	
1885 <sup>a</sup>	48	5.005 <sup>c</sup>	66.466	2.111	3.172	20.595	
1905	110	165.440	734.928	26.420	39.159	242.087	
1909 <sup>b</sup>	161	234.478			45.942		135.026
1910 <sup>b</sup>	137	250.000	1.000.000	35.000	55.000		
1915	240	321.110	1.512.626	51.134	82.257	470.783	261.183
1921	242	337.700	1.521.300	59.208	108.960	552.446	442.000
1924	244	385.685	2.502.288	65.651	110.119	579.779	775.791
1925	257	468.473	2.345.809	70.561	114.561	535.909	974.330
1926	329	587.597	2.528.611	75.631	124.619	539.025	981.082
1927	354	641.493	2.584.050	78.383	128.613	594.313	974.555
1928	347	669.912	2.620.471	78.910	123.521	581.951	929.308
1929	359	656.353	2.651.108	80.336	123.470	477.995	684.962
1932	355	669.794	2.695.639	83.312	115.550	630.738	911.926
1946	420 <sup>d</sup>	2.478.352	3.076.336	92.469	234.864	1.142.151	5.959.549
1948	409 <sup>d</sup>	4.626.269	3.092.054	98.426	224.252	1.119.738	7.019.751

<sup>a</sup> Estatística incompleta.

<sup>b</sup> Estimativa do número de fusos em oito fábricas (1866).

<sup>c</sup> Inclui capital e fusos (20 fábricas), teares (30 fábricas), trabalhadores (23 fábricas), produção (12 fábricas).

<sup>d</sup> Representa o número total de fábricas existentes, não aquelas que forneceram informações estatísticas. O número de fábricas que forneceu material estatístico para cada categoria foi: (1946) 420 para a categoria fábricas, 386 para capital, 420 para fusos, 420 para teares, 366 para trabalhadores; (1948) 409 para a categoria fábricas, 379 para capital, 381 para fusos, 342 para teares, 379 para trabalhadores e 342 para produção em metros.

Fonte: *Comissão de tarifa*, pp. 160, 342; Bonga Castro, "Relatório do segundo grupo", p. 49; *Inquérito industrial*, p. 15; *O Industrial*, 18 de junho de 1851; *Arquivos da exposição da indústria nacional de 1881*, pp. xxxv-xxxvi; Cónsul Ricketts, *Report*, 174637, 18v (1883), 187-188; Branham, *Cotton in the Empire of Brazil*, pp. 42-43; *Jornal do Commercio*, 11 de dezembro de 1895; Cónsul Rhind, *Report*, 9497-2, xxiv (1899); 3; Clark, *Cotton Ginn in Latin America*, p. 46; Garry, *Textile Markets of Brazil*, pp. 22-23; Pearse, *Brazilian Cotton*, p. 28; CIFTA-Rio, *Relatório, 1921-1922, 1924-1926, 1927. Indústria têxtil algodoeira*, pp. 104, 107, 115, 122, 130; *Indústria têxtil do algodão e do lã*, pp. 14, 19, 31, 59, 83; *Anuário estatístico. Ano X-1949*, p. 212.

Fonte: STEIN, 1979, apêndice I



## ANEXO B

Brasil – Produção de fibras têxteis – (em 1.000 toneladas)

Ano	Naturais						Artificiais (6)			Sintéticas (6)				Total Geral	
	Algodão (1)	Lã bruta (2)	Rami (3)	Seda (fio) (4)	Juta (5)	Total	Viscosa (b)	Acetato (a)	Total	Nylon (b)	Poliéster (b)	Acrílico	Outras (c)		Total
1963	476,7	12,1	8,5	0,11	56,0	553,4	33,7	5,2	38,9	8,4	2,0	—	—	10,4	602,7
1964	504,0	26,8	10,2	0,09	63,2	604,2	34,8	5,8	40,6	9,8	3,0	—	—	12,8	657,5
1965	450,0	31,0	12,5	0,11	75,8	569,4	32,4	5,9	38,3	10,6	3,9	—	—	14,5	622,2
1966	540,0	34,6	18,0	0,13	59,9	652,6	39,0	6,9	45,9	13,3	5,9	—	—	19,2	717,7
1967	445,0	26,1	18,0	0,15	64,1	553,4	37,6	7,6	45,2	12,8	5,3	—	—	18,1	616,7
1968	617,0	30,5	24,0	0,19	65,0	736,7	45,8	7,6	53,4	17,3	9,2	0,7	0,1	27,3	817,4
1969	721,0	38,5	26,0	0,22	52,7	838,4	40,3	8,1	48,4	17,7	12,1	1,0	0,7	31,5	918,3
1970	590,0	36,4	29,5	0,26	71,0	717,2	39,6	8,3	47,9	24,5	16,6	2,9	1,6	45,6	810,7
1971	595,0	39,5	30,0	0,32	59,8	724,6	45,1	8,1	53,2	27,4	20,9	4,1	2,7	55,1	832,9
1972	690,0	36,5	30,0	0,39	75,1	822,0	45,9	8,8	54,5	33,6	33,1	6,5	4,0	77,2	953,7
1973	661,0	34,2	27,5	0,54	91,8	805,0	50,5	8,8	59,3	40,0	53,9	8,2	13,1	116,2	980,5
1974	535,0	25,7	27,0	0,70	66,8	653,9	45,6	8,1	53,7	43,0	61,5	11,1	14,8	130,4	838,0
1975	532,0	31,0	24,0	1,20	78,4	660,7	42,8	6,4	49,2	49,8	63,6	12,2	20,2	145,4	855,3
1976	400,0	34,5	18,3	1,20	83,1	529,8	47,5	8,2	53,7	56,5	83,0	15,2	23,3	178,1	761,6
1977	590,0	30,3	13,8	1,12	85,3	715,5	44,7	5,8	50,5	60,4	86,4	14,0	33,0	190,8	956,8
1978	489,0	26,9	8,5	1,12	75,0	600,5	42,6	3,9	46,5	68,3	93,1	16,4	40,4	218,2	865,2
1979	544,0	25,7	14,0	1,15	85,0	669,9	46,9	3,0	49,9	78,8	112,0	20,8	(d)	211,4	931,2
1980	572,0	30,7	17,0	1,28	74,8	695,8	47,6	3,8	51,4	87,0	119,6	22,5	(d)	229,1	976,3
1981	594,0	32,5	12,9	1,33	93,6	734,3	43,7	2,6	46,3	67,7	111,8	20,2	(d)	199,7	960,3

Fonte: (1) – B.M.S.P. – Relatório Anual e Carta Semanal do Algodão – 1978/9 Dados Retificados  
 (2) – I.B.G.E. 1963 – Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul 1964/81  
 (3) – Central de Classificação de Urei-PR – I.B.G.E. – 1976/81 C.F.P.  
 (4) – S.A.E.S.P. – Serviço de Sericultura de Campinas (Produção E.S.P.) – 1974/81 Estimativa SIFTGESP  
 (5) – Jura e Malvo – FIBRAM – C.F.P.  
 (6) – 1963/64 – Estimativa SIFTGESP – 1965/1981 – A.B.P.F.A.S.

Observações: a) Exclusiva mecha para filtro de cigarro  
 b) Inclusive filamento industrial contínuo, de alta tenacidade  
 c) Olefinicas e Elastomero (Iyora)  
 d) Indisponibilidade de informações

Fonte: RATTNER, 1985, p. 164



## ANEXO C

Brasil: Produção de fibras naturais, artificiais e sintéticas e filamentos – 1982 a 2001

(em 1.000 toneladas)

ANO	NATURAIS						ARTIFICIAIS (6)			SINTÉTICAS (5)				TOTAL GERAL	
	Algodão (1)	Lã bruta (2)	Rami (3)	Seda (fio) (4)	Juta (5)	TOTAL	Viscose (b)	Acetato (a)	TOTAL	Poliâmida (b)	Poliéster (b)	Acrílico	Polipropileno		TOTAL
1982	583,0	30,0	9,7	1,3	59,0	783,0	43,0	2,0	45,0	55,9	135,6	21,8	(c)	196,3	1.021,3
1983	586,0	30,6	9,6	1,4	61,3	688,9	36,8	1,6	40,4	60,5	132,6	20,0	(c)	183,1	912,4
1984	574,0	29,8	9,6	1,5	72,6	767,7	47,4	1,7	49,1	66,4	124,9	21,0	(c)	202,3	1.039,1
1985	968,0	29,1	10,0	1,6	62,9	1.071,0	45,6	1,1	46,6	60,6	119,9	23,5	(c)	204,0	1.321,6
1986	733,0	30,5	7,0	1,6	63,1	896,2	50,4	-	50,4	62,9	129,5	26,6	(c)	239,2	1.184,6
1987	633,0	31,0	15,5	1,6	65,6	746,7	48,0	-	48,0	79,3	142,7	27,5	74,5	322,0	1.116,7
1988	664,0	31,0	18,0	1,8	69,0	883,8	51,5	-	51,5	70,4	139,0	29,8	78,7	317,9	1.363,2
1989	709,3	27,2	9,2	1,7	40,0	787,4	55,1	-	55,1	71,7	144,7	29,5	71,9	317,8	1.160,3
1990	665,7	29,1	10,2	1,7	22,0	728,7	54,7	-	54,7	63,2	117,5	28,6	73,4	280,8	1.064,2
1991	716,9	29,3	6,0	2,1	15,0	771,3	52,9	-	52,9	63,1	124,2	31,3	66,1	304,7	1.128,9
1992	667,1	27,7	7,2	2,3	22,7	726,8	54,2	-	54,2	59,1	137,1	28,0	76,6	294,8	1.076,8
1993	420,0	25,6	7,1	2,3	20,8	476,8	56,8	-	56,8	67,5	143,3	23,6	68,4	322,8	866,4
1994	483,1	26,0	4,0	2,5	18,5	534,1	58,6	-	58,6	70,5	146,2	25,8	133,5	346,1	939,8
1995	537,1	25,0	3,5	2,5	10,4	578,5	63,1	-	63,1	73,1	131,4	21,0	139,6	335,3	966,9
1996	410,1	25,0	5,0	2,3	12,0	464,4	34,3	-	34,3	71,9	136,2	19,2	135,7	333,0	821,7
1997	365,8	24,0	3,6	2,1	11,7	347,2	36,5	-	36,5	72,0	153,1	21,0	104,6	360,7	734,4
1998	411,5	14,4	1,9	1,6	10,1	439,7	29,1	-	29,1	74,1	162,7	23,6	136,4	366,6	836,6
1999	520,6	8,7	1,1	1,6	7,5	539,5	34,6	-	34,6	83,1	165,7	23,7	114,0	411,6	966,6
2000	700,3	14,0	1,0	1,4	6,6	728,3	36,4	-	36,4	80,5	228,5	36,0	122,1	467,1	1.223,6
2001	936,8	12,0	1,1	1,5	8,3	961,7	28,5	-	28,5	67,6	215,0	31,1	123,7	438,3	1.423,5

Fonte: (1) CONAB  
 (2) FEBRALÃ  
 (3) SEABIDERAL - I.B.G.E  
 (4) ABRASEDA  
 (5) CONAB  
 (6) ABRAFAS - AFIPOL

Elaboração: ABIT

**OBSERVAÇÕES:**

- (a) Exclusivo macho para filtro de cigarro.
- (b) Inclusive filamento industrial contínuo de alta tenacidade. Exclusivo elastômero
- (c) indisponibilidade de informações



## ANEXO D



# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Lei nº 11.274, de 3 de dezembro de 2002**

Projeto de lei nº 440/2001, do deputado Vanderlei Macris - PSDB

Dispõe sobre a instituição do Pólo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções da região integrada pelos municípios que especifica, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o Pólo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções, da região integrada pelos Municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré e Hortolândia.

Artigo 2º - São objetivos desse Pólo:

I - desenvolvimento da atividade produtiva têxtil e de confecções na região, aproveitando seu potencial já existente;

II - geração de empregos e renda para a população;

III - aumento da produção têxtil e de confecções do Estado;

IV - incentivo às atividades de pesquisa científica e tecnológica relacionadas à cadeia produtiva da indústria têxtil e de confecções, inclusive com a criação de centro de capacitação de recursos humanos;

V - compatibilização da atividade produtiva com preservação do meio ambiente.

Artigo 3º - Vetado.

Artigo 4º - Deverá ser criada, no prazo de 30 (trinta) dias, uma Comissão de Desenvolvimento do Pólo Tecnológico Industrial Têxtil e de Confecções, com a finalidade de zelar pela efetivação das medidas previstas nesta lei, composta por 10 (dez) membros, sendo:

I - 5 (cinco) representantes dos Municípios que integram o Pólo, cada um indicado pelo respectivo Prefeito;

II - 3 (três) representantes das indústrias têxteis e de confecções instaladas no Pólo, indicados: 1 (um) pelo Sindicato das Indústrias de Tecelagem de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste - SINDITEC, 1 (um) pelo Sindicato da Indústria Têxtil - SINDITEXTIL, e 1 (um) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;

III - 1 (um) representante do Poder Executivo do Estado, indicado pelo Governador;

IV - 1 (um) representante da Assembléia Legislativa do Estado, indicado por sua Mesa.

§ 1º - Os membros indicados deverão reunir-se para eleger o presidente da Comissão e elaborar o regimento do Pólo e da Comissão, devendo deliberar sempre com presença da maioria absoluta.

§ 2º - Os membros da Comissão terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º - Os membros da Comissão não receberão remuneração, a nenhum título, por essa atividade.

§ 4º - O Presidente terá voto nas deliberações da Comissão, além do voto de qualidade, quando for o caso.

Artigo 5º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos 3 de dezembro de 2002.

Geraldo Alckmin

Rui Martins Altenfelder Silva

Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo

Rubens Lara

Secretário-Chefe da Casa Civil

Dalmo Nogueira Filho

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de dezembro de 2002.

---

Publicado em : 04/12/2002, pág. 2

Atualizado em: 28/05/2003 12:20

Fonte: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/dg280202.nsf/0/98a6094ee107fa3d03256ce600649577?OpenDocument>> Acesso em 21 set. 2004.

## REFERÊNCIAS



ABIQUIM. Associação Brasileira da Indústria Química. *Anuário da Indústria Química Brasileira*. 2000 apud FUNDAÇÃO VANZOLINI. A competitividade das cadeias produtivas da indústria têxtil baseadas em fibras químicas. Rio de Janeiro, 2001. (Relatório final do estudo) 79 p. Disponível em: <<http://www.vanzolini.org.br/areas/desenvolvimento/cadeias-texteis/Relatorio%20BNDES%20cadeias%20texteis.pdf>>.

ACRINOR – ACRILONITRILA DO NORDESTE S. A. <<http://www.acrinor.com.br>> Acesso em 14 fev. 2004.

ALBUQUERQUE, Rui Henrique. P. L. de. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920 – 1950*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. 268 p. (Série Teses e Pesquisas – Economia e Planejamento).

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA E DA COMPETITIVIDADE DA CADEIA TÊXTIL BRASILEIRA. / IEL, CNA, SEBRAE. Brasília: IEL, 2000. 480 p.

ANÁLISE SETORIAL Fibras Têxteis. IPT, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Gazeta Mercantil. s. l., 1997. 143 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia Econômica*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1986. 288 p.

ANDRADE, José Eduardo P. de; CORREA, Abidack R.; SILVA, Cláudio V. D. G. F. *Pólo de tecelagem plana de fibras artificiais e sintéticas da região de Americana*. BNDES, 2001, 30 p. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rs2\\_gs2.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rs2_gs2.pdf)>.

ANDRIETTA, Antonio J. Índice de Participação dos Municípios no ICMS do Estado de São Paulo: uma proposta para sua recomposição e aperfeiçoamento. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 33 n. 9, p. 28-42, set. 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/content/area/Documento.asp?nCodPublicacao=799>>. Acesso em 12 abr. 2004. MDCI – Alice Web.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FIBRAS ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS. <<http://www.abrafas.org.br/perfil/associados.html>> Acesso em 14 fev. 2004.

AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986. 176 p. (Série Ensaio Econômico, nº 58).

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not451.asp>>. Acesso em 07 set. 2004.

\_\_\_\_\_. <<http://www.bndes.gov.br/noticias/not730.asp>>. Acesso em 07 set. 2004.

BAPTISTA, Margarida A. C. Política Industrial e Desestruturação Produtiva. p. 219-274. In APPY, Bernard et. al. *Crise Brasileira: anos oitenta e Governo Collor*. 1.ed. São Paulo: INCA; DESEP, 1993. 361 p.

BARBOSA, Marcelo C. et al. Setor de Fibras Sintéticas e Suprimento de Intermediários Petroquímicos. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 77-126, set. 2004. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set2002.pdf>>.

BOVO, José M. *Federalismo fiscal e descentralização de políticas públicas no Brasil*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. 274 p. (Coleção Economia / Administração Pública).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Programa Brasileiro de Prospectiva Tecnológica Industrial*. (Relatório da etapa diagnóstica). MDIC, STI, SENAI – CETIQT. 2002. 43 p. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/proAcao/proTecnologica/produtos/diaPreTexConfeccoes.pdf>>.

BRASKEM. <<http://www.braskem.com.br>> Acesso em 14 fev. 2004.

CAIADO, Aurilio S. C. *Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?* 2002. 275 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850 – 1887)*. Campinas: Mercado de Letras, Centro de Memória – UNICAMP, 1998. 192 p.

CANO, Wilson (Coord.) *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980*. São Paulo: SEADE, 1988. v. 1. 157 p. (Coleção Economia Paulista n. 1).

\_\_\_\_\_. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995*. 2. ed. rev. aum. Campinas: UNICAMP. IE, 1998a. 421 p. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 2).

\_\_\_\_\_. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas: UNICAMP IE, 1998b. 322p. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 1).

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coord.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 2 v. (Coleção Livro texto).

CATAIA, Márcio A. *Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro*. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Relatório de pesquisa: *Geração de Cidades e Modernização Agrícola no Centro-Oeste Brasileiro*. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. UNICAMP. 2004.

COELHO, Sandra. Pólo Têxtil traçará perfil de empresas. *Hoje*, Americana, 01 jun. 2003. p. 03.

CRYLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIBRAS TÊXTEIS Ltda. <<http://www.crylor.br/institucional/institucional.htm>> Acesso em 14 fev. 2004.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 141-148, 1944.

\_\_\_\_\_. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 299-308, 1944.

DURAND, José C. Formação da indústria têxtil no Brasil (1850-1965). p. 95-109. In RATTNER, Henrique (Coord.) *Pequena empresa: o comportamento empresarial na*

*acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985. 278 p.

DUPONT continua com tecidos técnicos. *Portal Textilia.Net*. 13 fev. 2004. Disponível em: <[http://www.textilia.net/index.asp?PLC\\_page=2\\_1\\_1&PLC\\_cng\\_ukey=3803064049PMM...](http://www.textilia.net/index.asp?PLC_page=2_1_1&PLC_cng_ukey=3803064049PMM...)> Acesso em 17 fev. 2004.

EDUARDO, Cristian. Consultor defende pólo da confecção. *O Liberal*, Americana, 19 set. 2002. p.03.

FAIRBANKS, Marcelo. Rhodia se fortalece nas especialidades. *Revista Química e Derivados*. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/revista/qd408/atualidades2.htm>> Acesso em 24 fev. 2004.

FIBRA S/A. <<http://www.fibra.com.br/empresa/idex.html>> Acesso em 09 out. 2004.

FILHA, Dulce C. M.; SANTOS, Ângela M. M. M. Cadeia Têxtil: Estruturas e Estratégias no Comércio Exterior. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 113-136, mar. 2002.

FREIRE, Fátima de Souza; MELO, Maria C. P. de; ALCOUFFE, Alain. Novos aspectos da influência da cotonicultura no setor têxtil brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 1, p. 63-74, jan./mar. 1997.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. *A competitividade das cadeias produtivas da indústria têxtil baseadas em fibras químicas*. Rio de Janeiro, 2001. (Relatório final do estudo) 79 p. Disponível em: <<http://www.vanzolini.org.br/areas/desenvolvimento/cadeias-texteis/Relatorio%20BNDES%20cadeias%20texteis.pdf>>.

GARCIA, Odair L. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira: Competitividade da Indústria Têxtil*. MCT, FINEP, PADCT. Campinas, 1993. 119 p. (Nota Técnica Setorial do Complexo Têxtil). Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/publi/Compet/nts\\_text.pdf](http://www.mct.gov.br/publi/Compet/nts_text.pdf)>.

GIRARDI, João B. *Resumo do setor*. Sindicato das Indústrias de Tecelagem de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré (SINDITEC), 2000, 5 p. Disponível em: <<http://www.sinditec.com.br/resumo.htm>>.

GOLDENSTEIN, Léa. *Estudo de um centro industrial satélite: Cubatão*. 1970. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

GONÇALVES, José S. Crise do algodão brasileiro pós-abertura dos anos 90 e as condicionantes da retomada da expansão em bases competitivas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 7-25, mar. 1997.

GORINI, Ana Paula F. Panorama do Setor Têxtil no Brasil e no Mundo: Reestruturação e Perspectivas. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

\_\_\_\_\_; SIQUEIRA, Sandra H. G. de. Complexo Têxtil Brasileiro. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 133-156, out. 1997a.

\_\_\_\_\_. O segmento de fiação no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.6, p. 133-154, set. 1997b.

\_\_\_\_\_. Tecelagem e Malharia. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 29-56, mar. 1998.

GRUPO KOCH INDUSTRIES. <[http://www.consultores.com.br/noticias.asp?modo=abre&cod\\_noticia=380](http://www.consultores.com.br/noticias.asp?modo=abre&cod_noticia=380)> Acesso em 21/02/2004.

GRUPO MARIANI. <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2002/r020709.asp>> Acesso em 21 fev. 2004.

GRUPO MOSSI & GHISOLFI. <[http://www.rhodia-ster.com.br/gruppo\\_mossi/gruppo.html](http://www.rhodia-ster.com.br/gruppo_mossi/gruppo.html)> Acesso em 21 fev. 2004.

GRUPO ODEBRECHT. <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2002/r020709.asp>> Acesso em 21 fev. 2004.

GRUPO ULTRA. <<http://www.ultra.com.br>> Acesso em 14 fev. 2004.

GRUPO UNIGEL. <[http://www.unigel.com.br/noticias\\_3.htm](http://www.unigel.com.br/noticias_3.htm)> Acesso em 21 fev. 2004.

HAGUENAUER, Lia et al. *Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IPEA. Brasília, 2001. 63 p. (Texto para discussão n. 786). Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td\\_0786.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0786.pdf)>.

HIRATUKA, Célio; GARCIA, Renato de Castro. Impactos da abertura comercial sobre a dinâmica da indústria têxtil brasileira. *Leituras de Economia Política*, Campinas, n. 1, p. 81-105, set. 1995.

ICONE. Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais. *Acordo Multifibras (AMF)*. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=23&Integra=Sim>>. Acesso em: 28 out. 2004.

\_\_\_\_\_. *Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV)*. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?Integra=Sim&idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=166>>. Acesso em: 28 out. 2004.

\_\_\_\_\_. *Rodada Uruguai*. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/portugues/conteudo.asp?idCategoria=7&idSubCategoria=12&idpalavra=131&Integra=Sim>>. Acesso em: 28 out. 2004.

IEMI. Instituto de Estudos e *Marketing* Industrial. *Primeiro Relatório do Setor Têxtil Brasileiro*. 2001 apud UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Economia. Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia. Estudo da Competitividade de cadeias Integradas no Brasil: Impactos das zonas de livre comércio: Cadeia Têxtil e Confecções. UNICAMP, IE, NEIT, MDIC, MCT, FINEP. Campinas, 2002. 103 p. (Nota Técnica Final) Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/forCompetitividade/impZonLivComercio/16textilCompleto.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.iemi.com.br/setorialtextil.asp>>.

IGLIORI, Danilo C. *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. 2000. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Industrial de 1960*. Rio de Janeiro, 1966. (Série Regional).v. 3. tomo I a VIII.

\_\_\_\_\_. *Censo Industrial de 1970*. Rio de Janeiro, 1974. (Série Regional). v. IV. 24 tomos.

\_\_\_\_\_. *Censo Industrial de 1980*. Rio de Janeiro, 1984. (Dados Gerais). v. 3. tomo 2. parte 1. 26 volumes.

\_\_\_\_\_. Perfil dos Municípios Brasileiros Gestão Pública 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/munic2001/index.htm>> Acesso em: 16 out. 2004.

\_\_\_\_\_. Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 24 out. 2004.

JÚNIOR, Edi B.; HEMAIS, Carlos A. O Brasil e sua indústria têxtil: uma abordagem histórica. Parte I – dos primórdios coloniais à década de 80. *Revista Têxtil*, São Paulo, n. 3, p. 26-32, mai./jun. 2000.

LEITE, Adriana. Setor têxtil terá linha de crédito mais barata. *Correio Popular*, Campinas, 19 mai. 2004. p. B-01.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano – industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo – a indústria têxtil*. 1991. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LIMA, Daniela M. de. *Americana em um século: a evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio*. 1.ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002. 192 p.

MAIOR e mais forte. *Exame*, São Paulo, ano 37, n.14, p.81, 9 jul. 2003.

MANO, Cristiane. Hora de tirar o atraso. *Exame*, São Paulo, ano 37, n. 5, p. 42, 12 mar. 2003.

MENDES, Auro A. *Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica: uma análise da estrutura produtiva mutante do Pólo Têxtil de Americana – SP*. 1997. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 242 p. (Coleção Momento).

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920 – 1980). p. 1-105. In

*A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920 – 1980.* São Paulo: SEADE, 1988. v. 1. (Coleção Economia Paulista n. 1).

NITROCARBONO S/A. <<http://www.braskem.com.br>> Acesso em 14 fev. 2004.

OLIVEIRA, Maria H. de. Principais matérias-primas utilizadas na indústria têxtil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 71-109, mar. 1997.

\_\_\_\_\_; MEDEIROS, Luiz Alberto R. de. Investimentos necessários para a modernização do setor têxtil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 73-93, mar. 1996.

OXITENO. <<http://www.oxiteno.com.br/PO/index.htm>> Acesso em 21 fev. 2004.

PAIVA, Augusto de. Governo oficializa pólo têxtil de Americana. *Correio Popular*, Campinas, 15 ago. 2003. p. B-01.

PERROUX, François. “Nota Sobre o Conceito de Pólo de Crescimento” 1955 In Perroux, François et al. A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento. *Cadernos de Teoria e Conhecimento* 6, Porto: Edições Rés Limitada, 1975 apud IGLIORI, Danilo C. *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. 2000. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PEREIRA, Maria Adelina. Têxteis Técnicos: um segmento em expansão. *Revista Têxtil*, São Paulo, ano LXXII, n. 671, p. 64-71, mar. 2004.

POLYENKA Ltda. <<http://www.polyenka.com.br>> Acesso em 21 fev. 2004.

PROJETO agita fornecedores de matérias-primas. *Revista Química e Derivados*. Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/revista/qd423/textil4.htm>> Acesso em 26 set. 2004.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais: Base de Dados. Disponível em: <<http://www.m.t.e.gov.br/Menu/Estatisticas/PDET/Acesso/RaisOnline.asp>>.

RATTNER, Henrique; THORSTENSEN, Vera H. Inovação Tecnológica e as PME têxteis. p. 224-258. In RATTNER, Henrique (Coord.). *Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo:

Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985. 278 p.

RHODIACO INDUSTRIA QUÍMICA Ltda. <<http://www.rhodiaco.com.br>> Acesso em 21 fev. 2004.

RODRIGUES, João A. Façonismo: um sistema de trabalho da indústria têxtil – o exemplo de Americana. *Revista Geografia das Indústrias*, São Paulo, n. 6, p. 1-68, 1978.

ROMERO, Luiz L. et al. Fibras Artificiais e Sintéticas. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.1, p. 53-66, jul. 1995a.

\_\_\_\_\_. Malharias. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 111-126, jul. 1995b.

SANTISTA TÊXTIL. *Relatório Anual 2003*. [S.l.]: Ipsis Gráfica. [2004?] 44 p.

\_\_\_\_\_. <<http://www.santistatextil.com.br/site/content/institucional/perfil.asp>> Acesso em 14 fev. 2004.

SANTISTA Têxtil compra Cia. Jauense Industrial. ABIT. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/noticias/noticias.asp?id=700>>. Acesso em 21 mar. 2004.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 175 p.

\_\_\_\_\_. *Economia espacial: críticas e alternativas*. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: HUCITEC, 1979a. 167 p. (Coleção Economia e planejamento: Série teses e pesquisas).

\_\_\_\_\_. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979b. 345 p. (Coleção Ciências Sociais). Tradução de L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés.

\_\_\_\_\_. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC / EDUC, 1994. 145 p.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996a. 308 p.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996b. 190 p.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. 88 p.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Novos dados do Valor Adicionado Fiscal*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/noticias/noticia06.htm>>. Acesso em: 06 out. 2004.

SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAESP; LABOPLAN – USP, 1999. 488 p.

SILVEIRA, Ary; FALCETTA, Ernesto. Complexo de fios sintéticos: situação e projeções. *Textília*, São Paulo, ano 11, n. 42, p. 4-11, out/nov/dez 2001.

SILVEIRA, Leslie Cia. Exportações cresceram 70%. *O Liberal*, Americana, 20 jun. 2004. p. 3.

SOARES, Paula M. *Abertura comercial: setor têxtil por um fio* 1994. 124 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 1994.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850 – 1950*. Tradução de Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 272 p. Tradução de: The Brazilian cotton manufacture.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Nova edição. São Paulo: Hucitec, Editora da UNICAMP, 2000. 421 p. (Economia & Planejamento; 40. Série "Teses e Pesquisas"; 24).

THORSTENSEN, Vera H. Estrutura de Mercado e pequena e média empresa têxtil. p. 148-199. In RATTNER, Henrique (Coord.) *Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985. 278 p.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Arnaldo de Araújo. Política de governo para o setor têxtil e a repercussão para as PME. p. 200-223. In RATTNER, Henrique (Coord.) *Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985. 278 p.

TROPMAIR, Helmut. Contribuição ao estudo da indústria têxtil de Americana (Estado de São Paulo). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 43 p. 59-82, jul. 1966.

UNIFI DO BRASIL. <[http://www. indi.mg.gov.br/opção/unifi.html](http://www.indi.mg.gov.br/opção/unifi.html)> Acesso em 14 fev. 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Economia. Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Impactos das zonas de livre comércio - Cadeia Têxtil e Confecções*. UNICAMP, IE, NEIT, MDIC, MCT, FINEP. Campinas, 2002. 103 p. (Nota Técnica Final) Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/forCompetitividade/impZonLivComercio/16textilCompleto.pdf>>.

VICUNHA TÊXTEL. <[http://www. vicunha.com.br/br/vicunhatextil/nossasfabricas.asp](http://www.vicunha.com.br/br/vicunhatextil/nossasfabricas.asp)>. <[http://www. vicunha.com.br/br/vicunhatextil/sobreavicunhatextil.asp](http://www.vicunha.com.br/br/vicunhatextil/sobreavicunhatextil.asp)> Acesso em 14 fev. 2004.

XAVIER, Marcos A. de M. *As empresas e o uso do território brasileiro: A cidade de São José do Rio Preto vista através da dinâmica territorial de suas empresas*. 2002. 99 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.



## BIBLIOGRAFIA



ATEM, Suely M. *Indústria têxtil: estrutura de mercado, inovação tecnológica e estratégia empresarial*. 1989. 200 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

CANABRAVA, Alice P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1871 – 1875.)* São Paulo: [Siqueira], 1951. 323 p.

DIAS, Marcos de C. *Inovação tecnológica e relações interfirmas no “Cluster” têxtil da região de Americana*. 1999. 106 f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FILHA, Dulce C. M.; CORRÊA, Abidack. *O Complexo Têxtil*. [S. d.] 28 p. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro\\_setorial/setorial11.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial11.pdf)>

FILHO, Alcides G.; NETO, Roseli J. *A Indústria do Vestuário – Economia, Estética e Tecnologia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas (em co – edição com UNESCO), 1997. 197 p.

GALHANI, Maria Adelina P. *O uso de Tecnologias de Informação pelas PME's do Pólo Têxtil de Americana e Região, como diferencial entre sucesso e fracasso*. 2000. 85 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia - USP*, São Paulo, n. 1, p. 21-47, 1982.

GORINI, Ana Paula F. O Segmento de Índigo. *Bndes Setorial*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 313-334, set. 1999.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Renato F. Novas Tecnologias e Organização do Trabalho no Setor Têxtil: Uma Avaliação do Programa de Financiamentos do BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 235-264, dez. 1998.

NAZARETH, Paula A. *A liberalização comercial no Brasil: impactos sobre o complexo têxtil/vestuário*. 1994. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Tradução de Sandra Lencioni. São Paulo: HUCITEC, 1978. 113 p. (Geografia, teoria e realidade). Tradução de Le Métier du Géographe.

\_\_\_\_\_. *Pobreza Urbana*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979. 73 p. (Coleção Estudos Urbanos).

\_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. 64 p.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Alfa – Omega, 1986. 114 p. (Biblioteca Alfa – Omega de Ciências Sociais. Série 1ª - Volume 1 Economia).

TERRITÓRIO e sociedade: Entrevista com Milton Santos. Entrevistadores: Odette Seabra; Mônica de Carvalho; José Corrêa Leite. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 127 p.